



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO



EDUCAÇÃO SUPERIOR

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO

2022

COM ADEQUAÇÕES À RESOLUÇÃO
CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

APRESENTAÇÃO

Este Projeto apresenta a proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia (PPC) realizado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), desde 2009.

Nesta apresentação, descrevemos os processos de reformulação do curso até o ano de 2022, com destaque para a profunda reestruturação implementada no ano de 2018, quando à frente da Coordenação da Pedagogia esteve a Prof.^a Dra. Maria Beatriz Albernaz. Ressaltamos a imensa gratidão à nossa saudosa companheira que, com seu espírito de luta e compromisso com a educação pública, conduziu a necessária reestruturação do curso.

Em fevereiro de 2018, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), sob a presidência da Prof.^a Dra. Maria Beatriz Albernaz, junto ao Colegiado do Curso de Pedagogia, deu início a uma série de reuniões, devidamente documentadas, intituladas de “Colegiado Ampliado” para conduzir esse processo. Na ocasião, fazia-se necessária a adequação do Curso à RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores em nível superior, mas também atender a uma série de demandas verificadas no curso implementado desde 2009 que foram objeto de ampla discussão, destacadas no texto a seguir sob o título “Reflexões para estudo e reformulação do Curso de Licenciatura em Pedagogia/2018”.

O novo curso, com Matriz Curricular completamente reestruturada em 2018, teve início no primeiro semestre de 2019-1 e sua primeira turma se formará em dezembro de 2022.

Neste ano de 2022, considerando as exigências da Deliberação CEE Nº 325/2012 e Parecer CEE Nº 072/2017 de 01/08/2017 que institui a necessidade de Recredenciamento do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro; considerando a necessidade de adequações à RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que institui diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica; considerando que a atual matriz curricular, em fase de conclusão, é fruto de amplo e recente processo de reestruturação e que tem demonstrado o acerto das decisões tomadas em 2018: o Núcleo Docente Estruturante (NDE), sob a Presidência do Professor Flávio Marques, reuniu-se para estudo, análise e adequações necessárias ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, com aprovação de todo o Colegiado do Curso.

Assim, a seguir, este PPC resgata o histórico do amplo processo de reestruturação do curso ocorrido em 2018 e registra as principais discussões e definições tomadas em 2022, por ocasião do processo de recredenciamento.

I – HISTÓRICO DAS REFLEXÕES E ESTUDOS PARA REFORMULAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ANO DE 2018

Com base na legislação vigente à época, a saber: RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15/05/2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia; RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 – CNE/CP, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) atendendo a Resolução 01 de 17 de junho de 2010 (MEC/INEP) deu início ao processo de reestruturação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Foram realizadas ao todo doze (12) reuniões do NDE, entre fevereiro e junho de 2018, tendo se constituído como colegiado ampliado por promover a participação de todos os professores. Estes eram convidados, a partir de divulgação pública de dias e horários, para o estudo. De todas estas reuniões há atas do NDE. Eram membros do NDE (2018-2020): Profa. Dra. Maria Beatriz Albernaz- Presidente do NDE/Coordenadora do Curso; Profa. Dra. Ana Maria Severiano de Paiva; Profa. Dra. Andréa Villela Mafra da Silva; Prof. Me Gilson de Oliveira; Profa. Dra. Maria de Lourdes Melo Pinto; Prof. Dr. Marcelo Lion Villela; Profa. Dra. Selma Maria da Silva; Profa. Dra. Solange Mello do Amaral.

Neste histórico, apresentamos quais foram os elementos norteadores para definição de disciplinas (carga horária disciplinar, distribuição por períodos, ementas). O primeiro indicador refere-se à concepção de um curso de formação de professores, princípios, condições de ensino e de aprendizagem, para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Estão, estes referenciais, presentes nos Art. 1º e 2º da RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15/05/ 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

A partir da concepção e do perfil do curso iniciaram-se as reflexões por temas descritos abaixo. A seguir destacam-se algumas das reflexões que conduziram o estudo e a definição do que se tornou o PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

A. “Reflexões para estudo e reformulação do Curso de Licenciatura em Pedagogia/2018”.

1 Em relação a distribuição por períodos e carga horária.

1.1 A primeira discussão e decisão considerou como parâmetro inicial oferecer **condições equânimes nos três turnos de oferta do curso**. Observou-se que o turno da manhã e da tarde possuía condições efetivas de cinco (05) horas de atividades. O turno da noite somente quatro (04) horas diárias. Portanto, a definição do total de disciplinas por dia/carga

horária teria como parâmetro o curso noturno. O que coubesse no noturno caberia no diurno (manhã e tarde).

1.2 A segunda discussão e decisão considerou a importância de **oferecer ao licenciando de Pedagogia o conhecimento do perfil do curso, nos quatro primeiros períodos letivos**, antes do início do estágio obrigatório. Este, ocorre a partir do quinto período até o oitavo período no **campo da docência e da gestão; do espaço formal e não formal**.

1.3 A terceira discussão e decisão considerou a **distribuição da carga horária**. Considerou-se a necessidade de criar condições objetivas para que o licenciando em Pedagogia tivesse oportunidades efetivas de realizar carga horária/atividades de estágio obrigatório, **a partir do quinto período**. Esta discussão considerou:

- **Os alunos do curso de Pedagogia são, predominantemente, “trabalhadores-estudantes” e não “estudantes-trabalhadores”**. Isto significa que precisam trabalhar e que desejam estudar, mas para estudar precisam do trabalho. O grande número de disciplinas, na matriz vigente desde 2009, impossibilitava a realização do estágio obrigatório, considerando a sequência/continuidade definida na matriz curricular. A dispensa do trabalho não se configura como certa e possível para a maioria dos alunos estagiários. Portanto, observamos que: “o estágio se torna o momento da exclusão do curso, via trancamento, transferência, adiamento do término do curso e acesso ao diploma de ensino superior”. Este fato, gerava um grande número de licenciandos com descontinuidade da trajetória acadêmica e ampliação da mesma para além dos oito períodos letivos.

- Considerando-se este diagnóstico do perfil do licenciando do curso de Pedagogia, do ISERJ, decidiu-se distribuir as disciplinas, a partir do **quinto até o oitavo período**, garantindo a possibilidade de dia (s) livres para realização do estágio obrigatório. A situação é mais grave no **sétimo período**. É um estágio obrigatório que se realiza fora do ISERJ, em escolas da rede estadual, no campo do ensino médio/formação de professores. Este processo é lento e difícil em função da oferta cada vez mais restrita de vagas. Este fato vem obrigando os alunos a buscar estágio em municípios fora da cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

1.4 A quarta discussão e decisão considerou a perspectiva de ampliação da oferta de disciplinas adequando-se a **definição dos núcleos de estudos**, previstos na Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e no Art. 12, da Resolução de 2015 (revogada): considerando a trajetória

do curso de Pedagogia, implantado a partir de 2009, decidiu-se ampliar de três (03) para quatro (04) os núcleos, a saber:

- Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias.
- Núcleo de aprofundamento de estudos das áreas de atuação profissional.
- Núcleo de diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.
- Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

1.5 A quinta discussão e decisão considerou o **perfil do egresso do curso de Pedagogia**- RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (licenciatura), no Art. 2º: formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Assim, distribuímos os estágios da seguinte forma:

- Quinto período: Educação Infantil;
- Sexto Período: Ensino Fundamental (regular e Educação de Jovens e Adultos);
- Sétimo Período: Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar.
- Oitavo Período: Gestão

1.6 A sexta discussão e decisão considerou a importância de **articular as disciplinas de “Fundamentos e Metodologias” com as disciplinas de “Práticas pedagógicas” e a etapa de estágio obrigatório posterior e/ou em curso** a cada uma destas disciplinas.

1.7 A sétima discussão e decisão considerou a perspectiva de que vivemos uma **“ESCOLA INCLUSIVA”**. O ISERJ tem alunos incluídos na educação infantil, no ensino fundamental (regular e EJA), no ensino médio, na educação superior. Portanto, as vivências do campo das discussões teóricas e metodológicas da educação especial ocorrem em todos os períodos de estágio, do quinto ao oitavo, pela perspectiva da escola inclusiva. Em todos os campos de estágio há alunos incluídos. Destacamos que, na Educação Superior, há licenciando (s) incluídos. Destacamos que o ISERJ possui Colégio de Aplicação. É nas escolas deste colégio que ocorre o estágio obrigatório preponderantemente. Somente o estágio de sétimo

período, na modalidade de Formação de Professores, ocorre fora do ISERJ, em Colégios da Rede Estadual de Educação. Portanto, os estagiários do curso de Pedagogia vivenciam uma escola inclusiva.

1.8 A oitava discussão e decisão se refere a ampliação das modalidades de educação. Consideraram-se as que estão definidas na RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010-CNE/CP- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Assim, ocorre a inclusão das disciplinas obrigatórias como: **“Tópicos especiais na Educação do campo/Quilombola/Indígena”** e **“Educação das Relações Étnico-Raciais”**. Desta forma, ao se tornarem obrigatórias, estas disciplinas contribuem para a consolidação de uma **“ESCOLA INCLUSIVA”** comprometida com a visibilização de segmentos sociais, em geral pouco contemplados nas propostas curriculares.

1.9 A nona discussão e decisão se refere à **organização da matriz com a maior flexibilidade** possível, diminuindo-se o número de disciplinas com pré-requisitos. Acreditamos que os licenciandos podem desenhar sua trajetória acadêmica, em função de algumas variáveis como áreas de interesse; são “trabalhadores-estudantes”, precisando conciliar tempo/estudo/trabalho, dentre outras variáveis.

Portanto, adequou-se o projeto do curso de Pedagogia, encaminhado neste documento, às legislações citadas acima oriundas do **Ministério da Educação**- Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (dezembro de 2017); Da **Mantenedora** (Fundação de Apoio à Escola Técnica-FAETEC) e da **Mantida** (Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro-ISERJ): Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Regimento Interno da IES; Orientações e regulamentos-FAETEC.

II – HISTÓRICO DAS REFLEXÕES E ESTUDOS PARA ADEQUAÇÃO DO ATUAL CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ANO DE 2022

Com base na legislação atual que rege o Curso de Licenciatura em Pedagogia, a saber: RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15/05/ 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia; RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), e Núcleo Docente Estruturante (NDE), sob a Presidência do Professor Flávio Marques, reuniu-se para estudo, análise e adequações necessárias ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do ISERJ, com aprovação de todo o Colegiado do Curso.

Foram realizadas ao todo cinco (05) reuniões do NDE, entre maio e junho de 2022, sendo a última reunião constituída como Colegiado Ampliado por contar com a participação de todos os professores. São membros do NDE (2022-2024): Prof. Flávio Amorim Marques - Presidente do NDE/Coordenador do Curso; Profa. Dra. Andréa Villela Mafra da Silva; Prof. Ms Gilson de Oliveira; Profa. Dra. Maria Cristina Corais; Prof. Dr. Gustavo do Nascimento Lopes; Prof. Dr. Marcelo da Costa Nicolau; Prof. Dr. Marcio Sales da Silva; Prof. Dra. Josélia Rocha dos Santos e Prof. Dra. Vera Lúcia Neri da Silva.

As principais reflexões e estudos realizados pelo NDE apontaram os seguintes encaminhamentos:

- 1) Necessidade de ajustes do PPC à legislação atual.

Considerando que a Resolução CNE/CP Nº 2/ 20/12/2019, em seu Art. 27, define o prazo para sua implantação e traz em seu Parágrafo único que “As IES que já implementaram o previsto na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, terão o prazo limite de 3 (três) anos, a partir da publicação desta Resolução, para adequação das competências profissionais docentes previstas nesta Resolução”, compreendemos que nosso curso tem até dezembro de 2022 como prazo para sua adequação a atual legislação. No entanto, o NDE reconhece o momento de credenciamento como oportuno para iniciar as adequações à nova legislação e revisar o que se faz urgente no Curso de Licenciatura em Pedagogia vivenciado nos últimos quatro anos;

2) Manutenção dos Núcleos atuais;

O NDE, com base no Artigo 6º das DCNs (Resolução CNE/CP Nº 1/2006), mantém a organização do Curso de Pedagogia estruturado em 4 (quatro) Núcleos: 3 (três) Núcleos de componentes disciplinares e 1 (um) Núcleo de atividades integradoras, por se constituírem como pilares do curso que se refletem em seu projeto pedagógico. Os Núcleos passam a ser assim nomeados:

I - Núcleos de componentes disciplinares:

1. Núcleo de Estudos Básicos;
2. Núcleo de Aprofundamento de Estudos;
3. Núcleo de Diversificação de Estudos.

II – Núcleo de atividades integradoras:

4. Núcleo de Estudos Integradores para enriquecimento curricular.

Em adequação aos Artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019, que determinam a formação docente pressupondo o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais docentes, bem como das competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, incorporamos estas dimensões à estrutura dos Núcleos existentes:

Competências gerais: Núcleo 1

Competências específicas:

- I - Conhecimento profissional: Núcleo 2
- II - Prática profissional: Núcleo 3
- III - Engajamento profissional: Núcleo 4

3)Ampliação da carga horária do curso:

Em observação às exigências da Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019 que, em seus artigos 10 e 11, determina que “ Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas” sendo destinadas aos Grupos I (800 horas) e II (1.600 horas) totalizando 2.400 horas (duas mil e quatrocentas horas), compreendemos que a carga horária total do Curso de Licenciatura em Pedagogia necessita ser ampliada.

Nossa Matriz curricular, adequada à Resolução CNE/CP nº 2, de 1º/07/de 2015 que trazia em seu Art. 13 a determinação de 2.200 horas (duas mil e duzentas horas) para os Grupos I e II, oferece 2.280 (duas mil e duzentas e oitenta horas) para esses componentes, precisando recompor 120 horas.

4) Manutenção da AACC:

As Atividades Complementares no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), designadas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) são compostas por ações de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação, obrigatoriamente, compondo o histórico escolar do discente.

A Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019, no que tange à formação do licenciando para a docência, retirou esse componente da carga horária total da licenciatura que, pela Resolução anterior (2015) compunha 200 horas da carga horária total do curso.

Com base no Artigo 7º das DCNs de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 2/2006), manteremos no Curso de Pedagogia a realização de “100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria”.

O aluno que não cumprir a carga horária prevista legalmente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), no decorrer do curso, não terá direito ao diploma de graduação, mesmo que tenha aprovação em todas as disciplinas.

Considerando o histórico das reformulações do curso, bem como as legislações atuais que regem a licenciatura e Pedagogia, constituíram-se os documentos específicos do curso de Pedagogia: proposta pedagógica, matriz curricular, regulamentos e normas de funcionamento que seguem neste projeto pedagógico e anexos.

24 DE JUNHO DE 2022.

Sumário

1. Contextualização da Instituição de Ensino Superior	Página
1.1 Dados Gerais da Mantenedora e da Mantida	13
1.2. Perfil E Missão	14
1.3. Breve Histórico Da Instituição- ISERJ	14
2. Contextualização Do Curso	
2.1. Dados Gerais do Curso	18
2.1.1 Denominação do Curso	18
2.1.2 Estrutura do Curso	18
2.1.3 Perfil do Curso	19
2.1.4 Acesso ao Curso	19
2.2 Breve Histórico do Curso de Pedagogia	20
3. Organização Didático-Pedagógica	
3.1 Projeto do Curso: Aspectos Gerais	22
3.1.1 Princípios do Curso	22
3.1.2 Perfil do Egresso	22
3.1.3 Coerência do Projeto Pedagógico e Diretrizes Curriculares Nacionais (2006; 2010;2015)	23
3.1.4 Autoavaliação do Curso: Ações Implementadas	24
3.2 Projeto do Curso: Formação	26
3.2.1 Estrutura Curricular	26
3.2.1.1 Adequação e Dimensionamento de Cargas Horárias	29
3.2.1.2 Libras: Obrigatória	30
3.2.1.3 Educação das Relações Étnico- Raciais: Lei 10.639/2003 - Parecer Cne/Cp 3/2004	30
3.2.1.4 Tecnologias de Informação e Comunicação No Processo Ensino/Aprendizagem	30
3.2.2 Conteúdos Curriculares	32
3.2.2.1 Ementas Atualizadas: Articulação Com o Perfil do Egresso	32
3.2.3. Procedimentos de Ensino-Aprendizagem	33
3.2.3.1. Estratégias de Flexibilização Curricular, Contextualização e Interdisciplinaridade	33
3.2.4. Atendimento ao Discente	33
3.2.4.1. Programa Institucional de Monitoria	33
3.2.4.2. Atividade Extraclasse	34
3.2.4.3. Acesso a Registros Acadêmicos	34

3.2.4.4. Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Diferenciadas	34
3.2.4.5 Programa Institucional de Nivelamento	35
3.2.4.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógico	35
3.2.4.7 Setor Espaço de Inclusão	35
3.2.4.8 Centro Acadêmico	37
3.3. Procedimentos de Avaliação	38
3.3.1 Da Aprovação	38
3.3.2 Da Reprovação	39
3.3.3 Do Exame Final	39
3.3.4 Da Segunda Chamada	39
3.3.5 Da Vista e Revisão de Prova	40
3.3.6 Do Abandono do Curso (CI/Faetec/2011)	40
3.3.7 Do Regime Excepcional de Aprendizagem (CI/Faetec/2011)	40
3.4 Atividades Acadêmicas Articuladas À Formação	41
3.4.1 Estágio Curricular Supervisionado	41
3.4.2 Trabalho De Conclusão de Curso	45
3.4.3 Atividades Complementares	46
3.4.4 Pesquisa e Extensão	47
4. Corpo Docente, Corpo Técnico e Administrativo	
4.1 Da Coordenação Do Curso	58
4.2 Do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	59
4.3 Das Instâncias Coletivas Do Curso	59
4.4 Do Corpo Docente	59
4.5 Do Corpo Técnico E Administrativo	59
5. Instalações Físicas: Infraestrutura De Apoio Administrativo E Pedagógico	
5.1 Instalações Gerais	60
5.2 Biblioteca	60
5.3 Laboratórios Didáticos de Formação Básica	62
5.3.1 Brinquedoteca Como Espaço de Formação	62
5.3.2 Mobilização Educacional - Mob.E	64
5.3.3 Laboratório de Movimento e Arte	65
5.3.4 Laboratório Promemo	66
5.3.5 Laboratório Didático: Complexo de Biologia	66
5.3.6 Laboratório De Informática	66
5.3.7 Laboratório De Investigação em Tecnologia e Formação de Professores	67
5.3.8 Laboratório Alfabetização em Curso: Um convite ao debate	67

5.3.9 Outros	68
6. Referências	69
Anexos	
ANEXO 1- MATRIZ CURRICULAR	75
ANEXO 2 – NÚCLEOS E DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	77
ANEXO 3- DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: EMENTAS	78
ANEXO 4- DISCIPLINAS OPTATIVAS: EMENTAS	86
ANEXO 5- MATRÍCULA: TURNO-PERÍODO	94
ANEXO 6- CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO-REGIME DE TRABALHO	95
ANEXO 7- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR	96
ANEXO 8- QUADRO DESCRITIVO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	98
ANEXO 9- LINHAS E GRUPOS DE PESQUISA INSTITUCIONAIS	100
ANEXO 10- ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO DE PEDAGOGIA	101
ANEXO 11- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE: COMPOSIÇÃO	114
ANEXO 12- FLUXOGRAMA	115

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

a) DADOS GERAIS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA

MANTENEDORA: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA (FAETEC)

Município – Sede: Rio de Janeiro

Estado: Rio de Janeiro

C.G.C. / C.N.P.G no. 031.608.763/0011-15

Endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, CEP 21.311-280

Tel/fax (21) 2332-4108

Endereço eletrônico: www.desup@faetec.rj.gov.br

MANTIDA: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ)

Ato de Credenciamento da IES: Decreto N° 24.338 de 03 de junho de 1998

Data de publicação no DO:

Processo: Processo N°: E-03/100.498/2003

Ato de Autorização do curso:

Data de publicação no DO: D.O. de 09/07/2009

Processo: parecer CEE n° 010/2009

Município – Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 Bairro: Praça da Bandeira CEP: 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-2501

Site: www.iserj.edu.br **E-mail:** direcao.dg@iserj.edu.br

Ato de Renovação do Reconhecimento do curso:

Data de publicação no DOERJ: 03/10/2017

Processo: parecer CEE n° 72 de 01/08/2017

Homologação: Portaria CEE/RJ n. 3633 de 27/09/2017

Município – Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 Bairro: Praça da Bandeira CEP: 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-2501

Site: www.iserj.edu.br **E-mail:** direcao.dg@iserj.edu.br

Ato de Recredenciamento da IES:

Data de publicação no DOERJ: 03/10/2017

Processo: parecer CEE n° 72 de 01/08/2017

Homologação: Portaria CEE/RJ n. 3633 de 27/09/2017

Município – Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 Bairro: Praça da Bandeira CEP: 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-2501

Site: www.iserj.edu.br **E-mail:** direcao.dg@iserj.edu.br

b) PERFIL E MISSÃO

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) é a mantenedora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social, a qual proporciona o aporte de financiamento, recursos humanos e materiais. É princípio norteador do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) formar alunos e professores, nos níveis, etapas e modalidades de ensino, em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) do referido curso; com a RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e com a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

c) BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO- ISERJ

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, ISERJ, se insere na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no bairro da Praça da Bandeira. A cidade do Rio de Janeiro é hoje um município com uma população, segundo o Estudo Cidades e Estados/2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 6.775.561 de habitantes e o Estado do Rio de Janeiro com 17.463.349 de habitantes. Neste contexto populacional o ISERJ tem destaque importante como espaço de formação de professores. O corpo discente é, predominantemente, proveniente das regiões norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro e de outras da grande região metropolitana.

No dia 5 de abril de 1880, com a presença de sua majestade o Imperador Pedro II, foi inaugurada a Escola Normal do Município da Corte, no Salão Nobre do Imperial Colégio Pedro II. Nessa ocasião, o Conselheiro Francisco Ignácio Homem de Mello – Barão Homem de Mello, Ministro dos Negócios do Império, em nome de Sua Majestade o Imperador, instalou, solenemente, a Escola Normal da Corte, discursando em seguida, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, o primeiro Diretor. De 1880 a 1885, Benjamim Constant foi o diretor da Escola.

Pelo Decreto 6.379 de 30/11/1876 foi criada a Escola Normal do Município da Corte, compreendendo dois estabelecimentos: um para rapazes e outro para moças, este em regime de internato. O curso era de três anos, porém a conclusão de dois anos habilitava para o exercício do magistério primário, e a conclusão de três anos para o magistério do ensino secundário. Matricularam-

se, logo após a instalação da Escola Normal da Corte, 88 moças e 87 rapazes, tendo o início das aulas ocorrido em maio daquele ano nas salas do Colégio Pedro II, de acordo com as instruções ministeriais.

Em 1888, a Escola Normal da Corte foi transferida para o prédio da Escola Central no Largo de São Francisco e, nesse mesmo ano, para o prédio da atual Escola Técnica Rivadávia Correia, onde permaneceu até 1914. A seguir, foi transferida para a escola Estácio de Sá, depois Escola Pedro Varela, na Rua de São Cristóvão, nº 18, atual Rua Joaquim Palhares. A Escola Pedro Varela foi demolida para a construção da Estação do Metrô Estácio.

Fernando Azevedo e Lourenço Filho sonhavam com um edifício de salas amplas, bem iluminadas, com acesso através de galerias espaçosas, para abrigar a Escola de Formação de Professores. O Prefeito Prado Júnior adquiriu uma grande área existente na Rua Mariz e Barros, Praça da Bandeira, até então utilizada como entreposto de carroças para distribuição de carne aos açougues, e nela mandou construir o edifício de três andares.

Em meados de 1930 o prédio estava praticamente pronto. A inauguração foi marcada para o dia 12 de outubro de 1930. No entanto, com a Revolução surgiu a notícia de que Getúlio Vargas estava vindo com tropas revolucionárias do Sul do Brasil, procurando um lugar para se aquartelar no Rio de Janeiro. Temendo perder o novo prédio, diretores, professores, funcionários, alunos e pais de alunos se uniram em mutirão e às pressas fizeram a mudança da Escola Pedro Varela, no Estácio, para o novo prédio da Rua Mariz e Barros, nº 273.

O Prof. Anísio Teixeira obteve do Prefeito Pedro Ernesto o Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, que transformou a antiga Escola Normal em Instituto de Educação, tendo como diretor o Prof. Manoel Begstrom Lourenço Filho. Por esse Decreto cabia ao Instituto de Educação “[...] ministrar educação secundária a ambos os sexos, preparar professores primários e secundários e manter cursos de continuação e aperfeiçoamento para professores.” Assim é que o Instituto passou a ter Escola Secundária, Escola de Formação de Professores, além da Escola Primária (Grupo Escolar) e Jardim de Infância.

Com a criação no Rio de Janeiro da Universidade do Distrito Federal, em 1935, pelo Decreto 5.512, o Instituto de Educação foi incorporado a essa instituição através da Escola de Formação de Professores, que passou a denominar-se Escola de Educação. A referida Universidade teve como reitor o Prof. Anísio Teixeira, e a Escola de Educação do Instituto, que formava professores secundários, teve como Diretor o Prof. Lourenço Filho.

O Decreto nº 6.215, de 21 de maio de 1938, reorganizou a Universidade do Distrito Federal e retirou do Instituto de Educação o Curso de Formação de Professores Secundários, anexando-o à Faculdade de Educação da universidade. O Instituto de Educação passou então a constituir-se dos cursos Jardim de Infância, Grupo Escolar, Ginásial e Normal.

A partir de 1946, o Ensino Normal do Instituto de Educação passou à subordinação direta da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e, posteriormente, Estado da Guanabara. Após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1974, a Secretaria foi reestruturada e criou os Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho. O Instituto de Educação passou a ser sede desse Centro de Educação e Cultura, coexistindo como Unidade Experimental CREC/RJ.

Em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no.5692 de 1971 o curso Normal passou a denominar-se Curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª séries do primeiro grau e o magistério foi incorporado às demais habilitações oferecidas no segundo grau.

Nos anos 80, do século XX, o processo de redemocratização do país traz para o debate a docência como base de formação do pedagogo. Movidos por esse ideal, alguns cursos de Pedagogia das Faculdades de Educação assumem a docência como base de identidade da formação do pedagogo, com ênfase na formação do professor para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Essa tendência é incorporada no texto da LDB 9394 de 1996 que ressalta em seu artigo 62 que, “[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”.

Mais recentemente, através do Decreto nº 23.482, de 10 de setembro de 1997, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi transferido para o âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC) – vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – e, transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Com o objetivo de resgatar a importância desta instituição que sempre desempenhou papel relevante na formação de professores no cenário educacional, e com fins de cumprir com as exigências decorrentes da LDB 9394/96, o Curso Normal, até então oferecido pelo Instituto de Educação, foi transformado em Curso Normal Superior, tendo início em junho de 1999.

Em decisão unânime de 13 de outubro de 1998, o Conselho Estadual de Educação, Processo Nº: E- 03/100.248/98, através do Parecer 258/98, credencia o Instituto Superior de Educação – ISERJ e autoriza o funcionamento do seu Curso Normal Superior. Faz, ainda algumas recomendações para que se dê prosseguimento ao programa de capacitação de seus professores em nível de Pós-Graduação *lato sensu* e que se estude a criação de programas especiais de adaptação e complementação de estudos, visando a adaptação às novas exigências da Lei Nº 9394/96, em particular ao art. 87, que estabeleceu a exigência da formação superior para todos os professores de Educação Básica até o final da “década da Educação”.

Com base na documentação e detalhado relatório elaborado por uma Comissão Verificadora, o Conselho Estadual de Educação, Processo Nº: E-03/100.498/2003, através do Parecer Nº 200/2004, reconhece, pelo prazo de 2 (dois anos), o Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, sugerindo que se concedam 200 (duzentas) vagas, sendo 100 (cem) para

o primeiro semestre e 100 (cem) para o semestre subsequente, devendo, ainda, implementar e desenvolver práticas investigativas de iniciação à pesquisa, implementar um processo de informatização da biblioteca, assinatura de periódicos e revistas especializadas, estabelecer um plano de carreira para o corpo docente e desenvolver ações permanentes que visem à conservação e preservação das instalações físicas do estabelecimento, dentre outras.

A renovação do reconhecimento do Curso Normal Superior se deu com o Parecer N° 021/2008 de 19/02/2008 que reconhece o Curso com a finalidade de diplomação dos alunos nele matriculados até aquela data.

Em 30/11/2007 o Conselho Diretor do ISERJ aprovou o envio ao Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ) de proposta de equivalência da Licenciatura Normal Superior para a Licenciatura em Pedagogia. Através do parecer CEE n° 010/2009 foi aprovado o Regimento Interno do Instituto Superior do Rio de Janeiro-ISERJ e autorizado o funcionamento do Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia (D.O. de 09/07/2009 pag.09).

Destaca-se na estrutura do ISERJ o Colégio de Aplicação, Cap/ISERJ. Os Segmentos que o compõem são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Formação Geral e Cursos Técnicos). O ISERJ congrega Núcleo de Ensino de Línguas – NEL, desde 2002, oficializado pela FAETEC em 2008. Atualmente o NEL denomina-se LABLIN (Laboratório de Línguas)

O Cap-ISERJ abriga também as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Em 2011, o decreto 43.068 de 08 de julho de 2011 dispôs sobre a transferência das Escolas Estaduais de Educação Especial Antônio Francisco Lisboa e Professora Maria Ivete Correa de Vasconcelos para a FAETEC. Em Portaria FAETEC/PR 323 de 29 de julho de 2011, passaram a funcionar como Espaços de Educação Especial do Cap-ISERJ. O corpo discente matriculado nestes Espaços é composto por jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. A Creche Casa da Criança, sito à Rua Clarimundo de Melo, n° 847, Bairro Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro, vinculou-se ao ISERJ através do Decreto de n° 43.448 de 02/02/2012. O Espaço de Inclusão foi aprovado em 22/06/2006 pela FAETEC e teve suas instalações físicas implementadas com equipamentos instalados para atender alunos com necessidades educacionais especiais, através de um projeto encaminhado à FAPERJ, em 23/03/2007 e aprovado neste mesmo ano. (Dec. Lei Federal 7.611 de 17/11/2011)

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. DADOS GERAIS DO CURSO

2.1.1 DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Pedagogia

Município – Sede: Rio de Janeiro

Rua Mariz e Barros n. 273 **Bairro:** Praça da Bandeira **CEP:** 20270-003

Estado: Rio de Janeiro

Telefones: (21) 2334-2501

Site: www.iserj.edu.br **E-mail:** direção.dg@iserj.edu.br

2.1.2 ESTRUTURA DO CURSO: Modalidade Licenciatura

Ato de Autorização do curso:

- a) Data de publicação no DO: D.O. de 09/07/2009
- b) Processo: parecer CEE nº 010/2009

Ato de Renovação do Reconhecimento do curso:

- a) Data de publicação no DOERJ: 03/10/2017
- b) Processo: parecer CEE nº 72 de 01/08/2017
- c) Homologação: Portaria CEE/RJ n. 3633 de 27/09/2017

Ato de Recredenciamento da IES: (Após 5 anos/ 2022)

- a) Data de publicação no DOERJ:
- b) Processo:
- c) Homologação:

Número total de vagas anuais: duzentos e quarenta (240) vagas anuais, sendo oitenta (80) vagas por turno.

Número de candidatos por vaga, segundo dados oriundos do portal “SISU Gestão”, no último processo seletivo (2022.1): Matutino - 245 inscritos e 18 vagas (13,6 candidatos por vaga); Vespertino - 195 inscritos e 18 vagas (10,8 candidatos por vaga); Noturno - 216 inscritos e 24 vagas (9 candidatos por vaga)

Turnos de funcionamento: Diurno e Noturno.

Regime Acadêmico: Seriado Semestral.

Integralização Curricular:

- a) Integralização mínima: Quatro anos (08 períodos)
- b) Integralização máxima: Oito anos (16 períodos).

Observação: O prazo de integralização está definido em documento oriundo da FAETEC- CI FAETEC/DESUP: Circular no. 095/2011 de 01 de novembro de 2011. Assunto: Procedimentos acadêmicos atualizados.

2.1.3 PERFIL DO CURSO

Período	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	Ch/total
Disciplinas obrigatórias (previstas PPC)	360	400	360	360	280	300	220	180	2.460horas
Disciplinas optativas									280 horas
Trabalho de conclusão do curso	-	-	-	-	-	-	-	60	60 horas
									2.800 horas
Estágio supervisionado					100	100	100	100	400 horas
Atividades complementares (AACC – ao longo do curso)									100 horas
Carga Horária Total do CURSO									3.300 horas

2.1.4. ACESSO AO CURSO

Acesso por processo seletivo (Vestibular FAETEC/SISU); Transferência externa; Reingresso para portadores de diploma do Curso Normal Superior (CNS). O processo de seleção dar-se-á por vestibular, com duas entradas (fevereiro e agosto), definido e realizado pela Mantenedora, com participação da Mantida.

OBS: SISU- Sistema de seleção unificada- sistema informatizado e gerenciado pelo Ministério da Educação que utiliza a nota do Exame nacional do Ensino Médio (ENEM).

Regime de matrícula: A matrícula será efetivada por sistema de créditos, que configura cada componente curricular, a partir de calendário próprio definido pela Mantida. São respeitadas, neste item, as normas previstas no Regimento Interno do ISERJ para a matrícula, como um todo.

OBS: O aluno poderá cumprir, no máximo, dez (10) componentes curriculares por período, respeitados os pré-requisitos.

OBS: Será permitido ao aluno, em cada período letivo, inscrever-se em um mínimo de três (3) disciplinas.

OBS: Os alunos oriundos de vestibular terão acesso automaticamente aos componentes curriculares do 1º período, tendo de cursar, no mínimo, três componentes curriculares.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) enquanto instituição de ensino superior surge no final da década de noventa, do século XX, com a implantação do Curso Normal Superior. Em 30/11/2007 o Conselho Diretor do ISERJ aprovou o envio ao Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ) da proposta de equivalência da Licenciatura Normal Superior para a Licenciatura em Pedagogia. Através do parecer CEE nº 010/2009 foi aprovado o Regimento Interno do Instituto Superior do Rio de Janeiro-ISERJ e autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Pedagogia (D.O. de 09/07/2009 p.9).

O projeto do curso de Pedagogia, ora apresentado neste documento, incorpora na sua matriz curricular, as orientações das legislações do MEC/CNS/CES, tais como:

- RESOLUÇÃO CNS/CES n. 1 de 2006, DCNs para o curso de Pedagogia que define o perfil do egresso como sendo o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica exigindo a oferta, no projeto do curso, da formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica e exige, como componentes integrantes do projeto político-pedagógico, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular .
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e que exige a incorporação de princípios como a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes; a valorização da profissão docente, a colaboração constante entre os entes federados; a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes; a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes; a equidade no acesso à formação inicial e continuada,

contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais; a articulação entre a formação inicial e a formação continuada; a formação continuada integrada ao cotidiano da instituição educativa; a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar.

A organização curricular do curso de graduação em Pedagogia do ISERJ prevê tratar a reflexão epistemológica sobre os conteúdos ensinados, de forma a levar o aluno a se responsabilizar com sua aprendizagem e com os procedimentos que, quando postos em ação, produzem conhecimentos válidos. Nesse sentido, buscamos responder aos desafios de desenvolver, aplicar e avaliar as novas concepções pedagógicas para a educação, especificamente, com uma formação de professores voltada para o uso de tecnologias. Esta formação, prioritariamente, ocorre por experiência direta na aprendizagem, no papel exato de aluno, levando-o a compreender as dificuldades e as habilidades necessárias ao aprendizado e por extensão ao ensino.

O projeto específico do ISERJ considera que uma educação de qualidade pressupõe políticas de formação de professores, projetos pedagógicos institucionais diferenciados como variáveis para o desenvolvimento científico, tecnológico, ambiental, econômico e social do estado. Uma educação de qualidade, comprometida com desenvolvimento científico e tecnológico pressupõe investir na formação de professores.

Tomamos como premissa que a licenciatura em Pedagogia do ISERJ deve possibilitar ao aluno o desenvolvimento de capacidades de análises e sínteses para se apropriar de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimentos sobre os conceitos de educação, formação, cultura, pedagogia, processo educativo, saber educativo, dentre outros, a partir de um enquadramento epistemológico. Do mesmo modo, priorizamos um projeto de curso, na perspectiva da educação especial e inclusiva, a fim de maximizar a igualdade de oportunidades educativas para todos os sujeitos. Buscamos oferecer uma visão estrutural e cultural necessárias para refletir a heterogeneidade dos alunos e alunas, de forma a possibilitar aos futuros pedagogos recursos instrumentais e atitudinais com a finalidade de acolher a todos na escola.

Consideramos a relevância da questão da formação de professores frente aos sistemas de inclusão em educação que defendem o uso das estratégias e recursos diferenciados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, público da Educação Especial.

A Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) demanda que o currículo seja o mesmo com acessibilidades em níveis atitudinais, cognitivos, comunicacionais, físicos e tecnológicos.

Foi Vygotsky (1932), quem nos levou a refletir sobre a necessidade de ensinarmos as mesmas coisas para todos, independentemente de terem ou não deficiências, como nos aponta Rieber & Carton (1982). A LBI (2015) incorporou, além das deficiências, os transtornos e as Altas Habilidades, segundo legislações anteriores (2011, 2008).

Nessa medida, defendemos o efetivo exercício do ensino, pesquisa, extensão e a produção científica do conhecimento ao longo da licenciatura em Pedagogia, com atividades de investigação que possibilitem a construção de conhecimentos no âmbito da Educação. Em outras palavras, em relação a inclusão, acessibilidades citadas anteriormente, práticas pedagógicas e de ensino, buscamos identificar tendências no domínio do rigor científico nos estudos, direcionando o projeto do curso com conteúdos voltados para estes temas.

Por fim, o projeto de curso apresentado tem a identidade de um trabalho de equipe, conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), atendendo a Resolução 01 de 17 de junho de 2010 (MEC/INEP) e descrito na apresentação deste documento.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 PROJETO DO CURSO: ASPECTOS GERAIS

3.1.1 Princípios do Curso

A partir da Diretriz Curricular Nacional para o curso de Pedagogia – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 – Art. 3º são princípios do curso:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

A partir da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, no **Art. 6º, Inciso I:**

[...] a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes;

3.1.2. Perfil do Egresso

O perfil do egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia está definido na RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam

previstos conhecimentos pedagógicos. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006.

O licenciado em Pedagogia, ao exercer funções previstas no artigo 4º da Resolução de 2006, terá como área de atuação a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I – Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II – Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;
- III – produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

Os egressos da formação inicial e continuada deverão possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. Este repertório será resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo.

A consolidação da formação virá do exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

A formação do egresso do curso de Pedagogia deve possibilitar o conhecimento da instituição educativa. Entendendo-a como organização complexa com a função de promover a educação para e na cidadania; a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica. A este egresso, é possibilitada a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica, assim como em atividades formais e não formais.

3.1.3 Coerência do Projeto Pedagógico e Diretriz Curriculares Nacionais (2006, 2010, 2015)

A proposta pedagógica do curso incorpora atividades de ensino, pesquisa e extensão, descritas no corpo deste texto e dos anexos incluídos neste documento. A estrutura curricular busca atender ao perfil do egresso no que se refere as áreas de atuação do licenciado em Pedagogia e as seguintes legislações: RESOLUÇÃO CNS/CES n. 1 de 2006, DCNs para o curso de Pedagogia; a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica; RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação

Básica exigindo a oferta, no projeto do curso, da formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica.

3.1.4 Auto avaliação do Curso: Ações Implementadas

O processo de auto avaliação, tendo como base a Comissão Própria de Avaliação (CPA), é fomentado pela mantenedora (FAETEC). A auto avaliação gera relatórios encaminhados a FAETEC, para cumprimento do artigo 29, item X da DELIBERAÇÃO CEE Nº 325, DE 17 DE JANEIRO DE 2012 que “Fixa normas para as Instituições de Educação Superior – IES, mantidas pelo Poder Público Estadual Municipal do Estado do Rio de Janeiro e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e cursos superiores que integram o Sistema Estadual de Ensino do Rio de Janeiro”.

O relatório de auto avaliação constitui-se em subsídio para as ações de intervenção pedagógica e na infraestrutura disponível para o funcionamento do curso de Pedagogia. Destacamos dentre as ações implementadas, a partir de 2014, as seguintes:

- a) Laboratório de Pesquisa e Extensão (Sala 219 A) – Espaço digital para desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão dos cursos superiores e extensionistas do Iserj. O laboratório também subsidia atividades de ensino na Licenciatura em Pedagogia, Pós-graduação, cursos e oficinais por agendamentos. O laboratório possui infraestrutura de rede lógica cabeada e wifi, recursos multimídia e 17 laptops. O laboratório é resultado do Projeto de Manutenção e Atualização Tecnológica-Pedagógica dos Laboratórios de Cursos Superiores do Iserj com fomentos da FAPERJ. Sua efetivação é parte da política institucional de fortalecimento do ambiente acadêmico para discentes e docentes.
- b) Laboratório Identidade e Saberes Docentes (Sala 224) – Espaço interdisciplinar para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão considerando a interdisciplinaridade entre componentes curriculares e aproximação com experiências práticas. O laboratório nasce da experiência exitosa do MOB.e que buscava integrar a comunidade acadêmica ao Cap Iserj onde atualmente tem a liderança do Grupo de Pesquisa GPIDOC. O espaço possui uma infraestrutura que abrange tecnologia, artes, música, corpo e movimento, entre outros. Como espaço interdisciplinar o laboratório tem a missão de fortalecer, promover e estimular o compartilhamento de saberes e experiência interdisciplinas e cursos. O laboratório é resultado do Projeto de Manutenção e Atualização Tecnológica-Pedagógica dos Laboratórios de Cursos Superiores do Iserj com fomentos da FAPERJ. Sua efetivação é parte da política institucional de fortalecimento do ambiente acadêmico para discentes e docentes.

- c) Espaço de Convivência Digital – Em atenção a necessidade de promover ações de acolhimento para comunidade acadêmica, o espaço de convivência digital foi idealizado para oportunizar um ambiente de lazer. O espaço foi idealizado como local para receber alunos e docentes em tempo livre, na perspectiva de criar momentos de interação entre todos a partir da zona de acolhimento com internet, mobiliário para ambiente externo e vista livre. O laboratório é resultado do Projeto de Manutenção e Atualização Tecnológica-Pedagógica dos Laboratórios de Cursos Superiores do Iserj com fomentos da FAPERJ. Sua efetivação é parte da política institucional de fortalecimento do ambiente acadêmico para discentes e docentes.
- d) Auditório (Sala 303) – Local para reunião com 50 lugares organizado na forma de auditório, com infraestrutura digital. Possui climatização adequada em atenção a medidas de melhoria do microclima da sala. O laboratório é resultado do Projeto de Manutenção e Atualização Tecnológica-Pedagógica dos Laboratórios de Cursos Superiores do Iserj com fomentos da FAPERJ. Sua efetivação é parte da política institucional de fortalecimento do ambiente acadêmico para discentes e docentes.
- e) Sala de ensaios e reuniões (Sala 204) – Espaço organizado para apresentações e ensaios de trabalhos de conclusão de curso. Na sala também são recebidos os alunos com atendimento pelo NAPPs, supervisão de estágio e orientação acadêmica, mediante agendamentos.
- f) Sala da Pós-graduação (Sala 222) – Espaço organizado para aulas e eventos da pós-graduação, em linha de utilização com o Auditório (Sala 303). Informatização da secretaria acadêmica da educação superior;
- g) Melhoria da sala dos professores com disponibilização de computadores para uso dos docentes;
- h) Implantação de espaço específico para a coordenação do curso de Pedagogia; para as chefias de núcleos de estudos; para a orientação acadêmica e para a coordenação de pesquisa e extensão;
- i) Disponibilização de informações institucionais no *site* da instituição como projeto do curso; regulamentos específicos; formulários de estágio, trabalho de conclusão do curso; monitoria;
- j) Criação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- k) Implantação do Núcleo Docente Estruturante NDE;
- l) Consolidação do Programa institucional de Monitoria.

O questionário aplicado a comunidade acadêmica – Docentes; Discentes; Técnico-administrativo- atende as orientações do Instrumental de Avaliação do MEC/INEP.

3.2 PROJETO DO CURSO: FORMAÇÃO

3.2.1 ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Pedagogia, apresentado neste documento, considera as Diretrizes Curriculares Nacionais constantes da Resolução CNE/CP Nº 1, DE 15 de maio de 2006, ressaltando a complexidade da formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia por abranger “a formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”.

Considera, também, o disposto nos Art. 10 e 11 da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

d) Da Carga Horária mínima de 3.200 horas

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, atendendo ao disposto no Art. 10 da Resolução CNE/CP Nº 2/ 2019, “Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I – Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II – Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento [...].

III – Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Com base no Artigo 7º das DCNs de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 2/2006), em nossa instituição, compõe também a carga horária do Curso de Pedagogia a realização de “100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria”.

A partir das Resoluções CNE/CP1/2006 e CNE/CP/2019, observa-se que os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de licenciatura considerarão na definição da organização a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam; bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, os processos educativos escolares e não escolares, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional.

Na proposta do curso apresentada, neste documento, há 2800 horas distribuídas entre disciplinas obrigatórias e optativas, distribuídas ao longo do curso, buscando-se integrar a “prática como componente curricular” com as horas “dedicadas às atividades formativas”, distribuídas ao longo do curso.

B) Da integralização de estudos

Para a integralização de estudos da estrutura curricular do curso de Pedagogia, buscou-se atender critérios de organização da matriz curricular. Isso influenciou a alocação de tempos e espaços curriculares, a definição das disciplinas (ementas e carga horária), o período de oferta da disciplina, a articulação entre as disciplinas de prática como componente curricular e as do processo formativo distribuindo-se ao longo do curso, estruturadas pelos núcleos, assim como a relação entre teoria e prática. Nesse sentido, buscou-se:

- Garantir no currículo conteúdo específico da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação;
- Considerar as três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – e objetivos e habilidades previstas na BNCC- Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
- Garantir formação na área de políticas públicas e gestão da educação, educação especial seus fundamentos e metodologias;
- Incluir disciplinas obrigatórias e ementas temáticas como direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional;
- Incluir Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

- Definir o estágio supervisionado, na área de formação e atuação em todas as etapas da Educação Básica.

Sendo assim, este projeto considerou o perfil do egresso do curso de Pedagogia-RESOLUÇÃO CNE/CP no. 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (licenciatura), no Art. 2º: à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar; bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

C) Da estrutura do curso de Pedagogia:

Na estrutura do curso de Pedagogia do ISERJ, considerando a sua trajetória, implantado a partir de 2009, o NDE responsável por fazer a adequação do Projeto decidiu por ampliar de três (03) para quatro (04) os núcleos de estudos, subdividindo o núcleo de aprofundamento e o de diversificação.

Dessa forma, com base no Artigo 6º da Resolução CNE/CP/2006 (DCNs do Curso de Licenciatura em Pedagogia) e no Artigo 4º da Resolução CNE/CP Nº 2/2019 (DCNs para Formação Inicial de professores), a organização do Curso de Pedagogia está estruturada em 4 (quatro) Núcleos: 3 (três) Núcleos de componentes disciplinares e 1 (um) Núcleo de atividades integradoras, assim nomeados:

I – Núcleos de componentes disciplinares:

1. Núcleo de Estudos Básicos
2. Núcleo de Aprofundamento de Estudos
3. Núcleo de Diversificação de Estudos

II – Núcleo de atividades integradoras:

4. Núcleo de Estudos Integradores para enriquecimento curricular

Em adequação aos Artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019, que determinam a formação docente pressupondo o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais docentes, bem como das competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, incorporamos estas dimensões à estrutura dos Núcleos existentes:

Competências gerais: Núcleo 1

Competências específicas:

I – Conhecimento profissional: Núcleo 2

II – Prática profissional: Núcleo 3

III – Engajamento profissional: Núcleo 4

3.2.1.1 Adequação e Dimensionamento de Cargas Horárias:

O dimensionamento das cargas horárias das disciplinas tem relação com o perfil do egresso definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006, 2019). As cargas horárias estão distribuídas pelos núcleos de disciplinas que constituem a matriz curricular do curso. Foram indicadores para a adequação e o dimensionamento das cargas horárias:

a) Oferecer condições equânimes nos três turnos de oferta do curso. Observou-se que o turno da manhã e o da tarde possuíam condições efetivas de cinco horas de atividades. O turno da noite, no entanto, somente possuía quatro horas diárias. Portanto, a definição do total de disciplinas por dia/carga horária teria como parâmetro o curso noturno. O que coubesse no noturno caberia no diurno (manhã e tarde).

b) Oferecer ao licenciando de Pedagogia o conhecimento do perfil do curso, nos quatro primeiros períodos letivos, antes do início do estágio obrigatório que ocorre a partir do quinto período: no campo da docência e da gestão; do espaço formal e não formal; do conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

c) Distribuir a carga horária, considerando a importância de criar condições objetivas para que o licenciando em Pedagogia tivesse condições efetivas de realizar a carga horária/atividades de estágio obrigatório, a partir do quinto período, dentro do próprio turno de matrícula. Essa discussão considerou o perfil do licenciando do curso de Pedagogia.

d) Articular as disciplinas de “Fundamentos e Metodologias” com as disciplinas de “Práticas pedagógicas” e a etapa de estágio obrigatório posterior e/ou em curso.

e) Ampliar as modalidades de educação para atender à RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Assim, ocorre a inclusão das disciplinas obrigatórias: Tópicos especiais na Educação do campo/Quilombola/Indígena e Educação das Relações Étnico-Raciais.

f) Organizar a matriz com a maior flexibilidade possível, diminuindo-se o número de disciplinas com pré-requisitos.

g) A necessidade de ajuste da Carga Horária do Curso à Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019, no que determina seu Art.11 “I – Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum [...] e no “II – Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos [...], totalizando 2.400 horas (duas mil e quatrocentas horas), levou nossa Matriz Curricular a receber o acréscimo de 120 horas (cento e vinte horas) assim distribuídas: as disciplinas de Filosofia e

Educação – 40h (1º período), Antropologia e Educação – 40h (2º período) e Práticas Pedagógicas na Educação Especial e Inclusão – 40h (6º período) recebem o acréscimo de um crédito, passando para 60h cada uma; e a criação da Disciplina História da Educação II – 60h (2º período, com 3 (três) créditos, o que totaliza 120 horas.

Portanto, adequa-se o projeto do curso de Pedagogia, encaminhado neste documento, às legislações citadas acima na íntegra deste documento.

3.2.1.2 LIBRAS: Obrigatória

A referida disciplina foi inserida em 2009/2 no Curso de Pedagogia, para o 6º período, de acordo com o DECRETO nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, e regulamentada pela Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras. Neste projeto, esta disciplina está alocada no 4º período, considerando as etapas posteriores que, em função do estágio obrigatório, colocarão os licenciandos em contato com os alunos da escola básica.

3.2.1.3 Educação das Relações Étnico- Raciais: Lei 10.639/2003 – Parecer CNE/CP 3/2004

A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados. No projeto do curso apresentado há a inclusão de disciplina obrigatória intitulada Educação das Relações Étnico-raciais.

3.2.1.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2014-2024, estando em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2016). Na área de Linguagens, o documento faz referência a cerca de oitenta componentes curriculares relacionados às tecnologias na educação. Alguns exemplos de atividades propostas no documento: (i) no 4º ano do Ensino Fundamental, a produção de textos com a utilização de diferentes mídias digitais; (ii) no 5º ano há a proposta de trabalhar com a seleção e a relação entre a informação transmitida por mídias diferentes; (iii) no terceiro ano do Ensino Médio,

as atividades didáticas estariam voltadas à análise, comparação e tratamento da informação em diversos meios de comunicação e tecnologias (BRASIL, 2018). A BNCC contempla o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais tanto de forma transversal – presentes em todas as áreas do conhecimento e destacadas em diversas competências e habilidades com objetos de aprendizagem variados – quanto de forma direcionada – tendo como fim o desenvolvimento de competências relacionadas ao próprio uso das tecnologias, recursos e linguagens digitais –, ou seja, para o desenvolvimento de competências de compreensão, uso e criação de tecnologias em diversas práticas sociais, como destaca a competência geral 5: “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos”, além de “resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018, s/p).

Em outro dispositivo legal, o Parecer CNE/CP nº5/2020 é possível perceber em seu discurso a defesa pelo uso das tecnologias de informação e comunicação para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado (BRASIL, 2020).

A análise dos discursos construídos pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para o decênio é um caminho que pode nortear o entendimento das relações que se estabeleceram e que se estabelecerão na sala de aula a partir do alcance de cada meta. O PNE (2014-2024) é composto por vinte metas seguidas de duzentas e cinquenta e quatro estratégias e, desse total, a metade das metas enfatiza o uso das Tecnologias como recurso para promover a melhoria da educação ofertada à população e para promover elevação da escolaridade média da educação, corrigindo a distorção idade-série. O documento traz, segundo o seu texto, “importantes instrumentos para viabilizar as ações conjuntas em regime de colaboração”, referindo-se às propostas de utilização de tecnologias inovadoras para corrigir o fluxo (BRASIL, 2015, s/p). Nesse documento é marcante a centralidade das Tecnologias como aposta para democratização do ensino sob a justificativa de melhorar a qualidade da Educação.

Tendo como base tais documentos norteadores, as práticas docentes no ensino superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro têm como pano de fundo a inclusão dos futuros professores no cenário digital. Para isso, as tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso e garantem a acessibilidade digital e comunicacional ao promoverem a interatividade entre docentes e discentes. As atividades na área das tecnologias de informação e comunicação associada à formação de professores vêm ocorrendo desde 2013, articuladas ao grupo de pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais – FORPROTEC, cadastrado no CNPq, sob a coordenação da Profa. Dra.

Andréa Villela Mafra da Silva. Vinculado ao grupo, o Laboratório de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores consolida as ações de extensão e projetos de intervenção do grupo desenvolvida desde o ano de 2013, com o objetivo de promover a realização de investigação e construir conhecimento nos domínios das Tecnologias e Formação de Professores.

Com a finalidade de aproximar a formação do futuro Pedagogo/professor à autoria da/na modalidade da Educação a Distância (EaD) e de estimular os licenciandos a uma formação continuada, esse grupo desenvolve as seguintes ações: (i) Minicursos à distância para alunos do curso de Pedagogia, produzidos e disponibilizados na plataforma *Moodle* do ISERJ, tais como “Uso de multimeios na sala de aula”; “Inclusão na docência”; “A importância da ludicidade na alfabetização”; “Educação e o candomblé”; “Meio-ambiente”; “Ética e cidadania”; “Educação e desenvolvimento da criança surda: um novo olhar sobre a deficiência”; “A importância da literatura na Educação Infantil”; “Materiais reciclados no trabalho pedagógico”; “Transtornos globais do desenvolvimento”; “Aromaterapia”; “O lúdico na educação infantil”; “Leitura na Educação Infantil”; “Uso de mídias digitais para confecção de materiais didáticos”; “Capacitação para professores em Literatura Infantil”; “Evasão Escolar”; (ii) Reunião de produções autorais e remixadas dos alunos do curso de Pedagogia no formato de recursos educacionais abertos (REA), para *Design Didático de cursos à distância*, a fim de compartilhar e contribuir com o fazer docente.

3.2.2 CONTEÚDOS CURRICULARES

e) Ementas Atualizadas: articulação com o Perfil do Egresso

A matriz curricular, as ementas e os planejamentos foram elaborados a partir de discussões realizadas em reuniões de núcleo de estudos com os professores, priorizando a articulação com os objetivos do curso e com o perfil do egresso definido pelas DCNs do curso (2006).

Em observação às exigências da Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019, que em seu 11 determina que, das 3.200 (três mil e duzentas) horas totais do curso, 2.400 horas (duas mil e quatrocentas horas) sejam destinadas aos Grupos I (800 horas) e II (1.600 horas), implica na ampliação da carga horária total do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

A Matriz curricular de 2018, adequada à Resolução CNE/CP nº 2, de 1º/07/de 2015 que em seu Art. 13 determinava 2.200 horas (duas mil e duzentas horas) para os Grupos I e II, já oferecia 2.280 (duas mil e duzentas e oitenta horas) para esses componentes. A Matriz Curricular de 2022, com base na Resolução CNE/CP Nº 2 de 20/12/2019 passa, então, a oferecer para os componentes

curriculares dos Grupos I e II mais 120 horas, completando as 2.400 horas (duas mil e quatrocentas horas) exigidas pela lei.

3.2.3. PROCEDIMENTOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

3.2.3.1. Estratégias de Flexibilização Curricular, Contextualização e Interdisciplinaridade

Com a finalidade de tornar flexível a matriz curricular, o curso de Pedagogia ampliou o número de disciplinas sem pré-requisito e a oferta de disciplinas optativas. Estas, atendem a temas diversificados e atuais, que contemplem, junto à matriz curricular do curso, as necessidades do perfil do egresso dentre outras: discutir problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas; estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; investigar e refletir sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

3.2.4. ATENDIMENTO AO DISCENTE

3.2.4.1. Programa Institucional de Monitoria

O Programa Institucional de Monitoria do curso de graduação em Pedagogia (Licenciatura) tem como objetivo possibilitar experiência em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão identificadas com o perfil do egresso do curso de Pedagogia previsto nas diretrizes curriculares nacionais (2006) e no projeto pedagógico do curso: professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; pesquisa na área educacional; gestão de processos educativo; gestão da organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. Há regulamento de monitoria aprovado em Conselho/Câmara Acadêmico de Ensino Superior. O Programa Institucional de Monitoria é um dos mais exitosos projetos do curso, integrando corpo docente e discente em suas mais diversas atividades. A cada semestre é lançado o Edital de Monitoria com divulgação dos projetos inscritos pelos professores, inscrição dos alunos pretendentes à monitoria, processo seletivo, divulgação dos resultados, efetiva participação nos projetos, elaboração de relatórios, entrega de certificados e divulgação das atividades em eventos específicos.

3.2.4.2. Atividade Extraclasse

O curso de Pedagogia promove, anualmente, eventos na área de Extensão e Pesquisa como Diálogos em Formação e Jornada de Pesquisa e Extensão. Além desses eventos, previstos no calendário institucional, o curso organiza eventos internos e externos como visitas guiadas à cidade em seus aspectos histórico-culturais. Parte-se da compreensão da sala de aula para além dos espaços físicos da instituição de Ensino Superior.

3.2.4.3. Acesso a Registros Acadêmicos

A Secretaria Acadêmica da Educação Superior é responsável pelo acesso aos registros acadêmicos. Processos como trancamento de matrículas, transferências, solicitação de documentos são feitos, via protocolo geral. Em 2014 a Secretaria Acadêmica iniciou seu processo de informatização. Desde então, foram criados vários sistemas que viabilizam a adaptação de ambientes informatizados. Este processo vem possibilitando novas perspectivas na gestão acadêmica e melhor transparência nos trâmites gerenciais. Foram sistemas implantados:

Sistema Acadêmico Coruja2 – possibilita o controle cadastral dos discentes e docentes, assim como suas avaliações, renovações de matrícula, histórico escolar, emissão de documentos, diário online, dentre outros.

Sistema de protocolo *online* – Ferramenta que facilita, informa e acelera as solicitações discentes sobre todos os procedimentos acadêmicos, como por exemplo solicitações de documentos, trancamento e destrancamento de matrícula, isenções, justificativas de faltas, troca de turno, dentre outros.

Sistema de arquivamento digital – Sistema que controla digitalmente o arquivo permanente da Secretaria Acadêmica facilitando a localização de pastas e documentos.

Sistema de controle de processos – Sistema que gerencia a logística e distribuição dos processos destinados à secretaria, possibilitando seu acompanhamento ao longo das necessidades até o fechamento.

3.2.4.4. Condições de acesso para pessoas com necessidades diferenciadas

A IES possui Setor Espaço de Inclusão que atende às diferentes necessidades especiais da comunidade acadêmica. Considerando os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (SINAES)- Parte 1-Avaliação de Cursos de Graduação (julho de 2013) a acessibilidade deve ser implantada em diferentes níveis para estudantes com necessidades de atendimento diferenciado. Amplia-se o conceito de acessibilidade: atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica,

pressupondo medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

Na educação superior do ISERJ, especificamente no curso de Pedagogia, este debate sobre a inclusão ocorre de forma mais acentuada desde 2014, em função da matrícula de aluno que exige a presença de mediador no espaço institucional. O fato em si traz a discussão para o campo do direito de todos à educação e para a igualdade de oportunidades de acesso e permanência, inclusive na etapa de ensino. Definiu-se Plano de Estágio Individual (PEI), considerando as condições efetivas de presença e participação nas atividades de estágio dos alunos com deficiência, incluindo como obrigatória a presença de um professor mediador nas atividades de campo, realizadas nas escolas. O mediador para as atividades de campo é do Setor Espaço de Inclusão. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico assume a etapa de reflexão, de diálogo, de acompanhamento da escrita do relatório.

3.2.4.5 Programa Institucional de Nivelamento

O projeto pedagógico do curso prevê disciplinas optativas com o objetivo de flexibilizar a matriz curricular, mas também oferecer aos discentes subsídios de leitura, de atividades pedagógicas, de conteúdos que propiciam a ampliação do conhecimento. Atende a campos de interesse de formação dos discentes.

3.2.4.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPs)

A implantação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPs) do curso de graduação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro está implantado desde 2014. São objetivos deste núcleo desenvolver atividades de atendimento à comunidade acadêmica, por encaminhamentos ou demanda espontânea. É público alvo do NAPs os professores e alunos. O NAPs possui em sua equipe profissionais com formação em psicopedagogia. A organização e sistematização do Núcleo de Apoio Psicopedagógico tem como objetivo identificar, acompanhar e intervir pedagogicamente em situações de frequência, baixo rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem e outras que tenham relação com o processo de formação acadêmica.

3.2.4.7. Setor Espaço de Inclusão

O Setor Espaço de Inclusão está inserido no Regimento Interno do ISERJ, conforme Seção II – DA EQUIPE TÉCNICA, Parágrafo 1 – Serviços de Apoio Educacional. A proposta da Educação Inclusiva tem como princípio uma escola que deve se preparar para lidar com a diversidade do

alunado, recebendo aqueles com necessidades educacionais especiais em uma pedagogia centrada no estudante, com suportes para que ele se desenvolva. (UNESCO, 1994).

Conforme resolução do CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a legislação vigente garante que “*Os Sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva*”. Dentro deste contexto, o Setor Espaço de Inclusão do ISERJ deve trabalhar em parceria com os outros agentes da educação nos diferentes segmentos do Corpo Administrativo-Pedagógico da Instituição: Direção Geral, CAP, Coordenações, Corpo Docente, SOE e SOP.

É objetivo geral contribuir para o desenvolvimento da política inclusiva institucional do ISERJ, favorecendo a valorização das diferentes formas de existir de todos os seus sujeitos, da Educação Infantil ao Ensino Superior, estimulando a discussão acerca desta diversidade e mobilizando esforços para o desenvolvimento de práticas que levem à efetivação da inclusão social. São serviços de apoio e recursos oferecidos:

- **Projeto Investigativo de Inclusão *Lendo e Escrevendo***, que desde 1998 atua junto às séries iniciais do Ensino Fundamental. Tem como foco investigar e investir na criação de práticas pedagógicas que consideram os saberes, os interesses e as necessidades de alunos que não conseguem alcançar êxito escolar. Este projeto busca colaborar com novas possibilidades de ensino, além do tempo regulamentar da sala de aula, auxiliando aqueles alunos que necessitarem de um suporte pedagógico mais específico, nos campos da leitura e da escrita.
- **Sala de Recursos Multifuncionais**, que deve funcionar como um espaço educativo que oferece serviços de natureza pedagógica para os alunos que apresentam deficiência (sensorial, cognitiva e física), transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados em classes regulares de todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Laboratório de Tecnologia Assistiva**, que funciona no Setor Espaço de Inclusão, oferecendo aos alunos com necessidades educacionais especiais, recursos pedagógicos adaptados (computadores com sintetizador de voz, impressora Braille, material didático-pedagógico em Braille, etc).

Destaca-se, em específico para o curso de Pedagogia o **PROJETO “MEDIÇÃO ESCOLAR: Monitoria no curso de Pedagogia”**. As atividades práticas são realizadas no Colégio de Aplicação, na Casa da Criança, no PROEJA, na Favo de Mel. São atribuições do Monitor em Mediação Escolar:

- a) Aprofundar estudos que fundamentem as práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem dos alunos dos Segmentos: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com Necessidades Educacionais Especiais.
- b) Participar das reuniões de supervisão no Setor Espaço de Inclusão.
- c) O Monitor em Mediação Escolar acompanhará o aluno em processo de inclusão nos diferentes espaços escolares: durante atividades pedagógicas, no momento da recreação e atividades extraclasse, sob a orientação do professor regente e supervisão dos profissionais do Espaço de Inclusão.
- d) Participar na elaboração de materiais adaptativos e de acessibilidade, específicos às necessidades do aluno, juntamente com a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, do Espaço de Inclusão.
- e) Registrar mensalmente as ações realizadas no Projeto de Monitoria em Mediação Escolar, através de relatório padronizado da Coordenação de Estágio do Ensino Superior.
- f) Participar das Reuniões de Planejamento e Reuniões de Estudo de Caso no Setor Espaço de inclusão, conforme cronograma específico do setor.

As atividades de monitoria, na educação superior, poderão ser equiparadas à carga horária e atividades de estágio obrigatório, conforme o que dispõe a LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, sobre o estágio de estudantes (Art. 2º , § 3º) e a _DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013 (Comissão Permanente de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação). Nesta, está prevista a *equiparação da* monitoria, extensão e iniciação científica como “carga horária de estágio obrigatório” com a denominação de Estágio sociocultural ou iniciação científica. No ISERJ esta equiparação tem como pré-requisito, previsão e execução de atividades práticas no Colégio de Aplicação, na Casa da Criança, no PROEJA, na Favo de Mel, no Setor de Inclusão sempre articulada a modalidade e período de estágio para o qual o aluno solicita a equiparação.

3.2.4.8 Centro Acadêmico

O Centro Acadêmico Cecília Meireles, fundado em 30 de novembro de 1999, sociedade civil sem fins lucrativos, apartidária, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ, é o órgão de representação estudantil do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. O Centro Acadêmico tem por objetivos: Reconhecer, estimular e levar adiante a participação dos estudantes do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro em defesa de seus interesses.

3.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação consideram desempenho escolar e frequência às atividades previstas no projeto pedagógico do curso. A integralização da carga horária mínima do curso em horas e anos está prevista na:

- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 que “Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial”;
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura”.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- Projeto Pedagógico do curso: apresentado neste documento.

O aproveitamento escolar é definido em documento da FAETEC- CI FAETEC/DESUP: Circular no. 095/2011 de 01 de novembro de 2011; Regimento Geral do ISERJ e Projeto Pedagógico do Curso, a saber:

A aprovação do aluno terá por base notas e frequência. Os alunos deverão frequentar o mínimo de 75% das aulas e atividades previstas e serão avaliados em cada componente curricular.

- a) A avaliação formativa será realizada ao longo do processo, de maneira a acompanhar o desempenho dos alunos.
- b) Os resultados alcançados pelos alunos, individualmente ou em grupo, serão registrados por cada professor.
- c) A média final do período letivo/semestre deverá ser obtida como resultante de, no mínimo, dois (2) instrumentos distintos de avaliação, sendo um obrigatoriamente individual.
- d) A média de aproveitamento final (MF) semestral será obtida através da média aritmética simples dos resultados das avaliações realizadas por cada aluno.
- e) Todas as disciplinas constituintes da estrutura curricular terão os mesmos critérios de avaliação e frequência previstos no Regimento.

3.3.1 DA APROVAÇÃO:

Será considerado APROVADO o aluno que obtiver:

- a) Média final (MF) igual ou superior a 7,0 (sete), em escala que variará de 0 (zero) a 10 (dez).

- b) Frequência de 75% (setenta e cinco por cento) por disciplina/componente curricular;
- c) Nota final mínima de seis (6,0) na Avaliação final (AF), quando houver, em decorrência de não obtenção da média final (MF) igual ou superior a 7,0 (sete).

OBS: Caso a média de aproveitamento seja inferior a sete (7,0), porém não inferior a quatro (4,0), o aluno terá direito a avaliação final (AF) .

3.3.2 DA REPROVAÇÃO:

Será considerado REPROVADO o aluno que **NÃO** obtiver:

- a) Média final (MF) igual ou superior a quatro (4,0) como resultado da média aritmética das avaliações do semestre;
- b) Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada uma das atividades acadêmicas;
- c) Nota do exame final (AF), igual ou superior, a seis (6,0) quando houver em decorrência de não obtenção da média final (MF) igual ou superior a 7,0 (sete).

3.3.3 DO EXAME FINAL:

Terá direito ao Exame Final o aluno que:

- a) Obtiver média final (MF) inferior a **7,0** (sete) e não menor que 4,0 (quatro), observados os limites de frequência.

OBS: Ao resultado do exame final (F) será atribuída nota que variará de 0 (zero) a 10,0 (dez).

OBS: Será aprovado, após o exame final, o aluno que obtiver resultado igual ou superior a 6,0 (seis).

3.3.4 DA SEGUNDA CHAMADA

O aluno que deixar de comparecer à avaliação na data fixada pelo professor, dentro do calendário acadêmico, **DEVERÁ atender as exigências abaixo:**

- a) Requerer no protocolo geral a avaliação em segunda chamada, anexando documentos que justificam ausência à avaliação;
- b) Cumprir prazo máximo para a solicitação de 2ª chamada de três (3) dias úteis, após a realização da primeira chamada;

- c) Realizar a segunda chamada na data definida pelo professor, dentro do período letivo definido no calendário escolar.

OBS: O aluno que faltar à 2ª chamada de provas, previamente estabelecidas, terá nota 0 (zero), com exceção para casos amparados em legislação específica para abono de faltas.

3.3.5 DA VISTA E REVISÃO DE PROVA

A vista da prova é um direito do aluno. Será concedida após a divulgação, pelo professor, da nota de cada avaliação e antes da entrega oficial na Secretaria Acadêmica.

- a) A vista da prova ou trabalho é concedida na presença do docente que atribuiu a nota;
- b) O aluno poderá requerer revisão do julgamento de Prova Escrita, mediante requerimento dirigido ao professor da disciplina/componente curricular, no prazo máximo de dois (2) dias úteis, após a divulgação do resultado;
- c) O pedido de revisão deve ser fundamentado, contendo as razões e os pontos de discordância.
- d). Caberá em última instância apresentação de consulta e recurso ao Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior.

3.3.6 DO ABANDONO DO CURSO (CI/FAETEC/2011)

Será considerado ABANDONO DO CURSO quando o aluno

- a) NÃO preencher na Secretaria Acadêmica da Educação Superior requerimento de matrícula, ou desistência ou transferência ou trancamento da matrícula;
- b) NÃO frequentar as atividades curriculares por dois (2) meses consecutivos, sem justificativa, tendo como consequência a reprovação por falta em todas as disciplinas nas quais está inscrito.

OBS: O aluno perderá, em definitivo, o direito à vaga no curso, só podendo ingressar no Ensino Superior mediante processo seletivo.

3.3.7 DO REGIME EXCEPCIONAL DE APRENDIZAGEM (CI/FAETEC/2011)

Poderão requerer os benefícios do regime excepcional de aprendizagem os alunos amparados no que dispõem

- I- **Decreto-Lei no. 1044/69**, a saber:

Art 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

d) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

e) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cardites, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

II- DECRETO LEI 6.202/75

Art. 191 Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares.

Art 192 A partir do oitavo mês de gestação ou do surgimento de complicações decorrentes do estado de gravidez e durante três meses, a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto Lei 1.044 de 21 de Outubro de 1969. Em qualquer caso, é assegurado à estudante em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

3.4 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

3.4.1. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio curricular supervisionado de ensino, componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica, conforme estabelecido no projeto pedagógico do curso e em legislações nacionais que dispõem sobre o estágio, visam desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação de profissionais para o exercício do magistério, no campo da docência e da gestão.

O Estágio curricular supervisionado de ensino constitui-se em ato educativo, desenvolvido em ambiente compatível com o perfil do egresso, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006) e no projeto pedagógico do curso de graduação, visando favorecer o exercício da **docência e a**

participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, em atividades formais e não formais.

Na área da docência destaca-se a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, os cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. É constituinte do perfil do egresso do curso de Pedagogia o que está previsto no Art. 4º, Parágrafo único, das DCNs 2006. Este artigo ressalta que as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

São objetivos específicos do Estágio curricular supervisionado de ensino proporcionar ao aluno-estagiário a OBSERVAÇÃO/COPARTICIPAÇÃO na área do ensino, da gestão, e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, em atividades formais e não formais.

O Estágio curricular supervisionado de ensino é normatizado, até o presente momento-maio de 2018- por legislação oriunda do Ministério da Educação – Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006) e por Lei Federal nº 11.788/09 de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes - e por documentos do Conselho Estadual de Educação (RJ); da FAETEC e do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro- Educação Superior, como:

- a) Do Ministério da Educação- Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
 - RESOLUÇÃO CNE/CP NO. 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 QUE INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS para o curso de Pedagogia (licenciatura);
 - RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010- CNE/CP- Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
 - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

- b) Do Ministério da Educação- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SINAES: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO-ATOS REGULATÓRIOS DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSOS.
- c) Do Conselho Estadual de Educação: DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre a realização de Estágio Supervisionado de alunos do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e da Educação Superior. (Define modalidades de estágio).
- d) FAETEC
- PORTARIA n. 302 de 28 de janeiro de 2010 – Institui normas e procedimentos para o cumprimento do estágio supervisionado nos cursos dos Institutos Superiores de Tecnologia e de Educação; NORMA INTERNA FAETEC/VPE n. 01/2012: Estabelece normas internas de Estágio Não-obrigatório;
- e) SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- PORTARIA n. 302 de 28 de janeiro de 2010: Institui normas e procedimentos para o cumprimento do estágio supervisionado nos cursos dos Institutos Superiores de Tecnologia e Educação
- f) INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO-ISERJ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Regimento Geral do ISERJ; Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado de Ensino; Projeto pedagógico do curso de graduação- Pedagogia.

Constituem-se em Campos de Estágio, prioritariamente, o CAp- Colégio de Aplicação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e as instituições escolares e não-escolares, desde que haja celebração de convênio com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

As atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica na Educação Superior, desenvolvidas pelo aluno estagiário, poderão ser equiparadas ao estágio, por estarem presentes no projeto pedagógico do curso, constituindo-se como campos de estágio previstos na LEI FEDERAL nº 11.788/09 de 25/09/2008 e DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013. Nesta legislação as atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica, consideradas como constituintes da formação do educando, são uma das modalidades de estágio previstas no artigo 3º e intitulada de “Estágio sócio cultural ou iniciação científica”.

As atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica, para equiparação ao estágio obrigatório, deverão estar articuladas e (ou) ter aderência ao campo de estágio previsto para o período letivo ao qual o discente solicita equiparação.

São programas que constituem equiparação ao estágio no Curso de Pedagogia Licenciatura :

- **Programa de Residência Pedagógica** – programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da Educação Básica nos cursos de licenciatura;
- **PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência:** programa do Governo Federal que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública, articulando a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

Quando ocorrer equiparação das atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica o professor responsável por estas atividades deverá preencher formulário específico da avaliação do discente estagiário, encaminhando ao professor Supervisor do Estágio, responsável pelo estágio.

As atividades de Estágio terão carga horária, definida no “**Planejamento das Atividades de Estágio Curricular Supervisionado**”, a ser desenvolvida, obrigatoriamente nos campos de estágio em acordo com a legislação e o perfil do egresso. A carga horária do Estágio curricular supervisionado de ensino em acordo com a legislação oriunda do Ministério da Educação, específicas para o curso de graduação- Pedagogia, distribui-se pelos quatro (4) últimos semestres letivos, considerando o tempo de integralização mínima do Curso, em 4 (quatro) anos e/ou 8 (oito) semestres letivos. Em cada etapa do Estágio – 5º ao 8º Períodos letivos- o aluno cumprirá carga horária de cem (100) horas, perfazendo um total de quatrocentas (400) horas, distribuídas da seguinte forma:

- Quinto período (5º.): 100 horas na Educação Infantil;
- Sexto período (6º.): 100 horas no Ensino Fundamental (Anos Iniciais);
- Sétimo período (7º.): 100 horas no Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar;
- Oitavo período (8º.): 100 horas em Gestão.

O “Setor de estágios da Educação Superior” do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro tem como objetivo organizar e supervisionar atividades de estágio dos cursos intrínsecos à instituição, como o curso de Pedagogia, ao qual se refere este regulamento e atividades extra institucionais

decorrentes de convênios com outras instituições de ensino, realizados pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

A organização, a supervisão, a orientação do estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia é atribuição de docentes, a saber: Supervisor do Setor de estágios do ISERJ; Professor Supervisor da Educação Superior: do 5º aos 8º períodos; Professor Colaborador: Regente, Gestor, Professor responsável por atividades de monitoria, extensão e iniciação científica que recebe os estagiários de nível superior. Há regulamento do estágio curricular supervisionado obrigatório aprovado em Conselho Superior/Conselho Acadêmico.

3.4.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória, considerado critério indispensável para a obtenção do título acadêmico expresso na obtenção do diploma de formação profissional. É o resultado do desenvolvimento e construção de um trabalho de investigação sobre um tema específico de acordo com o interesse e a aptidão do aluno. O trabalho de conclusão de curso na Pedagogia, desde o último processo para ato regulatório do Conselho Estadual de Educação- 2014/2017- para renovação do reconhecimento do curso, considera diferentes formas de apresentação do que se intitula TCC, a saber:

a) Trabalho de Conclusão de curso- monografia (TCC) é o documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um professor orientador;

b) Trabalho de Conclusão de Curso- artigo. ABNT-NBR 6022:2002

Artigo científico: é o documento que apresenta resultado de estudo que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. Deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um professor orientador;

c) Trabalho de Conclusão de Curso (outros formatos): é o documento que está em acordo com a natureza da área e a finalidade do curso (perfil do egresso definido nas diretrizes curriculares nacionais e ou outras legislações afins) e atendendo normas da ABNT.

A compreensão de que é importante “outros formatos”, para além do trabalho monográfico busca atender ao perfil do egresso do curso, como também a indicadores do MEC/INEP previstos no indicador 1.1 do Instrumental de avaliação/reconhecimento dos cursos de graduação (dezembro de 2018), quando considera item de avaliação o fato do TCC “estar institucionalizado, considerando carga horária, formas de apresentação, orientação, coordenação e divulgação de resultados”.

A aprovação do aluno no Trabalho de Conclusão de Curso será feita de acordo com critérios estabelecidos em Regulamento de Trabalho de conclusão aprovado em colegiado acadêmico.

3.4.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AACC)

As Atividades Complementares no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), são designadas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), no Regimento Geral de 2007, e são compostas por ações de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação, obrigatoriamente, compondo o histórico escolar do discente.

As atividades articulam-se ao processo formativo como um todo. O aluno deverá totalizar 100 (cem) horas até o final do curso, sendo esta carga constituinte da carga horária total do curso. O aluno que não cumprir a carga horária prevista legalmente pela RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, no decorrer do curso, não terá direito ao diploma de graduação, mesmo que tenha aprovação em todas as disciplinas.

As atividades poderão ser realizadas desde o início do curso, ou seja, a partir do primeiro período. O registro da carga horária efetivamente realizada poderá ocorrer em qualquer período até o final do curso. Para o MEC “ [...] as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.”. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

A manutenção das AACC busca adequar-se ao perfil do ingressante no curso (alunos trabalhadores fora da carreira docente; alunos docentes); às demandas da sociedade no campo da presença de atividades em diferentes mídias e tecnologias digitais, com presença de cursos e diferentes formações de curto, médio e longo prazo na modalidade EaD, dentre outras experiências contemporâneas fundamentais para a formação do egresso do curso de Pedagogia.

Entendendo que é tarefa docente a contínua revisão e adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, expressa não somente em sua matriz curricular, mas nas práticas cotidianas, o NDE aprovou o “quadro descritivo das atividades e carga horária” de AACC. Deixamos claro que esta proposta incorpora necessidades e reflexões de professores e alunos, portanto, ganha força e legitimidade por ser oriunda daqueles que continuamente, nas salas de aula, lidam com a aplicabilidade do “Quadro Descritivo”, em anexo. Apresentamos a definição do INEP para o que se entende como “atividades complementares”: Componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente escolar. (BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP -Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES- Instrumento de

3.4.4. PESQUISA E EXTENSÃO

A Coordenação de Pesquisa e de Extensão do curso de Pedagogia do ISERJ é o setor responsável por supervisionar os procedimentos de apresentação do trabalho de conclusão de curso (TCC); orientar, estimular as atividades de pesquisa e de extensão; organizar política institucional de monitoria; organizar eventos acadêmicos e científicos. Destacam-se eventos como o “Fórum de Pesquisa” e “Diálogos em Formação”. Pesquisa e extensão estão associadas ao ensino em função das atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisa. Essas ações desenvolvem-se em **laboratórios**, articulando ensino, pesquisa e extensão e a formação de professores. A coordenação de pesquisa está sob a liderança da Prof^a Dr^a Andréa Villela Mafra da Silva e a coordenação de extensão com a Prof^a Dr^a Josélia Rocha dos Santos.

A) Grupo de Pesquisa FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS -FORPROTEC/CNPq

Cadastrado no CNPq em 2013, o grupo tem como objetivo investigar as competências necessárias ao professor para o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Através de atividades de pesquisa e extensão, buscamos aproximar a formação do futuro Pedagogo à autoria, apoiando-se quando possível no percurso realizado na construção do seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. O grupo de pesquisa FORPROTEC/CNPq estuda as principais mídias evidenciando as vantagens e limitações destes recursos na educação a distância e na educação presencial. A repercussão deste grupo de pesquisa é: (1) promover estudos sobre as plataformas educativas e institucionais; (2) estudar a legislação pertinente; (3) apoiar o desenvolvimento de projetos na FAETEC, em particular no ISERJ, que tenham como referência os estudos sobre a formação de professores e tecnologias educacionais. As Linhas de Pesquisa tratam:

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: (a) Pesquisar o histórico da Educação a Distância; (b) Investigar os aspectos metodológicos da EaD; (c) Analisar os cenários contemporâneos da EaD; (d) Estudar ambientes virtuais de ensino com suas limitações e vantagens para o processo educacional.

AUTORIA EM EDUCAÇÃO ONLINE: Investigar a autoria docente e discente, por meio de tecnologia. Estudar a reconfiguração do formato digital de escrita e a remixagem no processo de autoria online. Analisar as práticas de colaboração e compartilhamento on-line no acesso ao

conhecimento. Investigar o tema cópia (plágio) versus autoria e sua relação com a indispensabilidade da ética.

CURRÍCULO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM TECNOLOGIAS DIGITAIS: Pesquisar e estudar as políticas de formação de professores para o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, às repercussões desta formação, particularmente, nos sistemas educativos e nos contextos que lhes dão sentido e significado, como na escola.

EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: A linha de pesquisa aponta para uma estruturação teórica em dois eixos centrais: (I) O processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica em ambientes informatizados é cada vez mais necessário nas escolas, tanto na elaboração de conteúdo específico, quanto na assessoria pedagógica, com o uso de materiais instrucionais e práticas de avaliação adequados; (II) novos padrões para professores com programas de formação profissional de mais alta qualidade.

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA: Investigar, analisar e estudar o uso competente das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para o aprimoramento da prática pedagógica docente e a ampliação da formação cultural dos professores e estudantes.

EDUCAÇÃO UBÍQUA, BLENDED LEARNING E GAMIFICAÇÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS: Estudar e promover atividades extensionistas de formação discente e docente sobre os principais conceitos que envolvem os jogos digitais, gamificação de processos educacionais, Educação Ubíqua, Blended Learning, incluindo a investigação de suas características, metodologias, sala de aula invertida, procedimentos baseados em gamificação, dentre outros.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Analisar como licenciandos em Pedagogia lidam com a linguagem da Informática, para então desenvolver materiais didáticos que sejam mediadores do uso da Informática como linguagem no desenvolvimento do pensamento.

INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: Investigar e estudar as políticas educacionais (projetos e programas) para o desenvolvimento da informática na educação no Brasil. Estudar a História da Informática na Educação no Brasil, identificando os pontos críticos e os agentes (públicos e/ou privados) do processo de sua implementação.

LETRAMENTO DIGITAL, COMPUTAÇÃO AFETIVA, PROGRAMAÇÃO E PENSAMENTO COMPUTACIONAL: Estudar o letramento digital, cognição e a afetividade na formação discente/docente. Estudar os conceitos bases de programação na Educação Básica. Estudar a relação entre jogos de tabuleiro e jogos digitais, e como funciona a conversão de um para o outro. Desenvolver atividades extensionistas.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: (a) Investigar as competências necessárias ao professor para incluir o potencial das TIC no processo de ensino e aprendizagem; (b) Caracterizar o potencial dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem para propiciar a construção colaborativa do

conhecimento de docentes e futuros docentes; (c) Propor estratégias que contribuam para a integração das TIC nas práticas educativas.

Do grupo fazem parte dezesseis pesquisadores, dentre egressos e alunos da graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Gestão Educacional Integrada do ISERJ, professores do ensino superior, uma (01) professora do Colégio de Aplicação do ISERJ e uma (01) estudante do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá. As reuniões para estudos são semanais, desde a criação do grupo. Apoiamos diversas iniciativas da mantenedora, no que se refere ao uso de recursos tecnológicos em seminários e congressos na área da educação.

Os PROJETOS DE EXTENSÃO contemplados pelo FORPROTEC, desde 2013:

1. Gestão do ambiente virtual de aprendizagem - AVA/ISERJ: Hospedado na Plataforma Moodle contém categorias para os segmentos de ensino do ISERJ - ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio, espaço de inclusão - adotarem essa tecnologia, se desejarem. Atualmente (mês de maio de 2018) temos dezessete salas de minicursos que estão sendo organizadas por alunos do curso de Pedagogia do ISERJ. Nesses cursos todos os alunos conciliam a função de professores produtores de cursos e avaliadores de cursos dos demais colegas.

2. Atividades de extensão: Organização de Seminários, oficinas, cursos de formação em serviço para os professores formadores de professores do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e minicursos voltados para a formação docente e discente.

3. Gamificação na Educação - Implementação de curso de extensão (online) sobre Gamificação na Educação aberto à comunidade iserjiana e à comunidade externa.

4. Oficina Básica de Realidade Aumentada e Realidade Virtual (Curso de curta duração ministrado/Extensão no Google Meet/ G Suite).

5. Oficina de Formação para o uso da Web conferência na Plataforma Moodle (Curso de curta duração ministrado/Extensão no Google Meet/G Suite).

6. Formação dos professores do Ensino Superior do ISERJ para o uso das ferramentas Google Workspace.

7. Aulas abertas com convidados externos e com pesquisadores do grupo FORPROTEC.
Temas:

a) Virtualização do Ensino Superior;

b) Cibercultura;

c) Metaverso;

d) Ensino Híbrido; dentre outros.

8. Lives com temas variados, no âmbito da relação entre formação de professores e Tecnologias Educacionais.

9. Monitoria de pesquisadores do FORPORTEC auxiliando professores do ensino superior no uso das Tecnologias no contexto da Pandemia de Covid-19.

10. Dentre outras oficinas, lives e aulas abertas com temas voltados para as investigações do grupo e demandas do ensino superior e Colégio de Aplicação do ISERJ.

No contexto da Pandemia de Covid-19, o Parecer CNE/CP Nº: 5/2020 aprovado em 28 de abril de 2020, determinou a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia. Estados e municípios editaram decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares. A Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. No Art. 1º, a Portaria determina “autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação”, bem como “outros meios convencionais” (BRASIL, 2020, s/p).

Nesse contexto, em atendimento às medidas sanitárias de restrição ao contato social e em atendimento a demanda do ISERJ, no que se refere à formação dos professores para o uso dos recursos do *Google*, tem sido missão do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais (FORPROTEC/CNPq) organizar e implementar cursos de formação aos docentes do ensino superior, para o uso do *Google Classroom* e do *Google Meet*. Essa demanda se deu no âmbito do ensino remoto, seguindo os princípios do ensino presencial, mas através de videoaula, aula expositiva por sistema de webconferência e atividades assíncronas no espaço de um ambiente virtual de ensino.

O FORPROTEC tem como um dos grandes objetivos o empoderamento do professor no uso crítico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, tendo em conta não só a abordagem teórica sobre a Educação e as Tecnologias; como o seu uso pedagógico e sua integração às perspectivas curriculares. Apoiadas em autores que vêm discutindo a inserção das tecnologias na educação e a formação de professores (BARRETO, 2004; MELLOUKI, ZEICHENER, 2008), a intenção do FORPROTEC/CNPq é formar os professores para lecionarem em sala de aula virtual no contexto do ensino remoto e dar apoio ao desenvolvimento de aprendizagens ativas alinhadas às perspectivas curriculares “enriquecidas” pela tecnologia, às estratégias de ensino, aos recursos pedagógicos e às práticas avaliativas.

O pressuposto teórico é o paradigma socioconstrutivista de Lev Vygotsky (1998, 2007) a partir do conceito de Aprendizagem Mediada e de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), em

que o desenvolvimento do indivíduo está diretamente vinculado às interações sociais e às situações de aprendizagem no campo educacional. Isto é, com base na teoria sócio-histórico-cultural Vygotskyana a recriação de práticas docentes no ensino remoto no ISEJ reflete a ideia de que o campo educacional coloca em movimento as perspectivas curriculares e a produção de conhecimento, (re)significando constantemente os estímulos advindos das trocas no processo de ensino e aprendizagem.

Em 2019, o FORPROTEC teve a pesquisa intitulada *As primeiras experiências sistemáticas de uso de Tecnologia Educacional no Instituto de Educação* aprovada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ - EDITAL IC – 2019/2. A investigação se propõe a estudar as primeiras experiências sistemáticas de uso de Tecnologia no Instituto de Educação, a partir de um recorte predominantemente no período de 1932 até 2018. A pesquisa parte de 1932, quando Anísio Teixeira implementando reformas educacionais no Estado do Rio de Janeiro, Distrito Federal na época, criou as chamadas escolas-laboratórios cujo objetivo era formar professores na experimentação pedagógica concebida em bases científicas. O escopo geral da pesquisa é composto por dois subprojetos: (1) Investigar o projeto pedagógico de Anísio Teixeira (1900-1971) com a implementação no ano de 1932 das escolas-laboratórios; (2) Estudar a implementação do Rádio e Televisão, a partir da década de 1970, como instrumentos de Teleducação que se insere nas atividades no Instituto de Educação.

Em 2021, a pesquisa com o TERMO DE RENOVAÇÃO aprovado pela FAPERJ temos dado continuidade às investigações, principalmente, para consolidar o recurso teórico metodológico adotado com a possibilidade (de um período pós-pandêmico) de acesso a outros referenciais sobre o tema. No que se refere ao subprojeto 2 da pesquisa que trata de investigar a implementação do Rádio e Televisão, a partir da década de 1970, como instrumentos de Teleducação inseridos nas atividades no Instituto de Educação, é importante mencionar que tivemos pouco material sobre esse tema. Não localizamos (nos locais de investigação limitados que dispomos, em função da pandemia) materiais iconográficos, livros, recortes de revista, jornais e demais recursos que nos possibilitasse historicizar as concepções pedagógicas alinhadas ao uso dos recursos tecnológicos e as práticas escolares que dela resultaram no contexto do Isej. Pelas mesmas razões descritas, ainda se faz necessário aprofundar e dar continuidade na investigação sobre as primeiras experiências de uso das Tecnologias a natureza metodológica da sua abordagem, especialmente, identificando sua efetiva utilização no contexto educacional, no caso do Instituto de Educação.

A criação do *Laboratório de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FORPROTEC/CNPq para consolidar as ações de extensão e projetos de intervenção do grupo desenvolvida desde o ano de 2013. Tem como principal objetivo

promover a realização de investigação e construir conhecimento nos domínios das Tecnologias e Formação de Professores.

PROJETOS DE LEI – ENCAMINHADOS PELO GRUPO DE PESQUISA FORPROTEC/CNPQ

(Situação: aguardando resposta)

I. DESCRIÇÃO DO PROJETO: Um laptop por professor: inclusão digital e democratização de acesso às tecnologias.

Autoria: Prof^a Dr^a Andréa Villela Mafra da Silva

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ – FAETEC)

Líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais – FORPROTEC/CNPq

OBJETO: Programa Um laptop por professor.

LOCAL: Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), mantido pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

PÚBLICO-ALVO: Professores do ensino superior e do colégio de aplicação do ISERJ.

RESUMO: O projeto é um desdobramento da investigação, financiada pela FAPERJ, no âmbito do grupo de pesquisa FORPROTEC/CNPq - Formação de Professores e Tecnologias Educacionais – que, atualmente, se reúne no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, antigo Instituto de Educação, mantido pela Fundação de Apoio à Escola Técnica. O projeto de investigação do grupo de pesquisa FORPORTEC/CNPq se propõe a estudar as primeiras experiências sistemáticas de uso de Tecnologia no Instituto de Educação, a partir de um recorte predominantemente no período de 1932 até 2018. Os resultados parciais apontam que o uso intensivo das Tecnologias nos cursos de formação dos professores do ISERJ não tem contemplado, de maneira crítica, os procedimentos e as modalidades de apropriação. O uso de Tecnologia na Educação deve estar fundamentado em aportes teóricos que deem conta dos desafios de desenvolver, aplicar e avaliar as concepções pedagógicas que utilizem as ferramentas da comunicação digital. Mas, para que isso ocorra os professores precisam ter e saber utilizar de maneira crítica os equipamentos para fomentar a qualidade da educação. Portanto a inserção dos computadores no processo de ensino e de aprendizagem pressupõe que os professores estejam subsidiados em suas práticas pedagógicas, dispondo de laptop e de uma formação permanente que dê conta do uso dessas novas ferramentas ao seu fazer pedagógico.

II. DESCRIÇÃO DO PROJETO: Lousa Digital Interativa: Tecnologias e Formação de Professores

Autoria: Prof^a Dr^a Andréa Villela Mafra da Silva

Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ – FAETEC)

OBJETO: Lousas Digitais Interativas com software educacional instalado.

LOCAL: Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), mantido pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

PÚBLICO-ALVO: Professores e alunos do ensino superior e do colégio de aplicação do ISERJ.

RESUMO: A Resolução CNE/CP nº. 02/2015, revogada pela Resolução nº 02/2019, considera os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a formação inicial e continuada de professores, tais como: (a) sólida formação teórica e interdisciplinar, compreendendo à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional; (b) unidade teoria - prática; (c) trabalho coletivo e interdisciplinar; (d) valorização do profissional da educação; (e) gestão democrática; (f) avaliação e regulação dos cursos de formação. No segundo capítulo da Resolução CNE/CP nº 02/2015 que trata, especificamente, da formação dos professores para atuarem na educação básica, está previsto, no art. 5º, “o uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores (as) e estudantes” (BRASIL, 2015). Nesse contexto, o presente projeto visa a um duplo objetivo: (1) submeter à prova prática a incorporação das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no cotidiano do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, mais especificamente, possibilitando a integração das lousas digitais interativas, na prática docente; (2) Assumindo a importância das novas tecnologias em sala de aula, pretendemos promover a integração das TIC na prática docente fundamentada em aportes teóricos que deem conta dos desafios de desenvolver, aplicar e avaliar as concepções pedagógicas que utilizem as ferramentas da comunicação digital. Acreditamos que a capacitação de profissionais do ensino no uso das TIC deva se dar por experiência direta na aprendizagem, no papel exato de aluno, levando-os a compreender as dificuldades e a desenvolver as habilidades necessárias ao aprendizado e, por extensão, ao ensino.

CÂMARA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL E INOVAÇÃO (CTEI/ ISERJ)

Aprovada em Conselho Diretor Pleno do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, no dia 17 de maio de 2022, a CÂMARA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL E INOVAÇÃO (CTEI/ISERJ) vinculada ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais (FORPROTEC/CNPq/FAETEC – ISERJ) e coordenada pela Prof^ª Dr^ª Andréa Villela Mafra da Silva e pelo Prof^º Dr^º Felipe Cordeiro, promove a pesquisa sobre Tecnologias, formas e instrumentos de ação em rede.

A repercussão da Câmara de Tecnologia Educacional e Inovação (CTEI/ISERJ) é analisar, planejar, implementar e subsidiar a gestão de políticas, cursos e projetos de

Educação mediados por Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), incluindo-se cursos à distância, ensino remoto ou cursos híbridos (semipresenciais) na educação básica, educação profissionalizante, graduação, pós-graduação, programas de extensão, bem como na introdução das tecnologias aos processos de negócios organizacionais e aos projetos pedagógicos do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) em linha de cooperação com as coordenações de cursos, setores, segmentos e em atenção ao fortalecimento de ensino, pesquisa e extensão.

A premissa da CTEI/ISERJ visa estimular o desenvolvimento, seleção, difusão e incorporação de tecnologias de uso pedagógico e administrativo e tecnologias para fins educacionais, objetivando:

1. Democratizar o acesso ao saber acadêmico, visando à redução das desigualdades sociais, por meio de iniciativas de tecnologias educacionais e inovação;
2. Implementar e/ou apoiar a implementação e/ou parcerias de cursos e projetos de educação mediados por TIC, em unidades da Rede FAETEC e, particularmente, no ISERJ;
3. Acompanhar a oferta de disciplinas em superiores, educação básica, livres, entre outros do ISERJ no campo das TIC, na perspectiva de subsidiar sua efetivação;
4. Desenvolver, produzir e disseminar ferramentas tecnológicas para a utilização administrativa e didático-pedagógica na Educação Básica, profissionalizante, graduação, pós-graduação, programas de extensão, dentre outros;
5. Atuar como interveniente nos convênios e parcerias com empresas e outras instituições de ensino governamentais e não-governamentais para promover a Educação mediada por TIC;
6. Cooperar com as unidades de ensino da Rede FAETEC, no intuito de manter e desenvolver a excelência acadêmica, criando oportunidades para a integração e a convergência entre as modalidades educacionais presencial, remoto, semipresencial e a distância;
7. Apoiar a formação inicial do discente nos cursos superiores do ISERJ, um papel central na atividade profissional tanto na dimensão acadêmica, como na dimensão experimental/instrumental/pragmática para o uso crítico das TICs;
8. Apoiar iniciativas institucionais com Tecnologia Assistiva (TA) voltados aos discentes com dificuldades de aprendizagens;
9. Elaborar a política de Educação a Distância, ensino híbrido e/ou remoto e demandas visando sua efetivação na instituição e sendo ouvidas as coordenações e segmentos do ISERJ, conforme recorte educacional;

10. Elaborar, manter e gerir as soluções tecnológicas institucionais, na forma de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), homepages, rede sociais institucionais, em linha de cooperação com as coordenações e segmentos do ISERJ;

11. Oferecer cursos e formações para o consórcio CEDERJ.

Endereço para acessar o espelho o Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9718259117617341>

Site do grupo: <https://avmafra.wixsite.com/forprotec>

Instagram: @forproteciserj

B) GRUPO DE PESQUISA IDENTIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE

LABORATÓRIO LÚDICO Mobilização Educacional (Mob.E)

O projeto Mobilização Educacional (Mob.E), criado na instituição pela Profa. Dra. Maria de Lourdes de Melo Pinto (Profa. Malu) é considerado pela comunidade escolar como um dos mais atuantes do Curso. Produziu eventos integradores que articulou toda a comunidade escolar, com palestras, seminários, saraus, campanhas fraternas, oficinas, além da manutenção do espaço físico do MOB-E para acolhimento integração dos alunos.

A Pandemia de Covid-19 no Brasil atingiu diretamente o projeto, sobretudo pela perda inestimável de sua coordenadora, nossa querida companheira “Malu”, vitimada neste período. Com o apoio do corpo docente, o MOB-E manteve algumas de suas atividades durante o ano de 2020. Por decisão do Colegiado do Curso de Pedagogia, o projeto permanece neste PPC, retomando suas atividades a partir de 2022-2.

Como resultado das ações do grupo, o projeto Mob.E participou de Edital FAPERJ (2016/1) com projeto intitulado “A CONSTRUÇÃO DO SER PROFESSOR: Representações de formandos em Pedagogia através da realização de atividades práticas”. Esse projeto tinha como objeto de investigação o processo de formação de pedagogos.

Como campo de atuação e investigação a *sala de aula* na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A proposta específica para o edital FAPERJ/ISERJ articulou-se ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais – FORPROTEC/CNPq. Com base nessa perspectiva e na proposta de investigação, buscou-se refletir sobre as percepções que os formandos em Pedagogia possuem acerca da prática docente. Inserir os formandos no cotidiano das salas de aula, em práticas colaborativas, tornou-se, então, uma proposta de intervenção por imersão em atividades práticas relativas ao cotidiano da profissão.

C) **Grupo de Pesquisa** “PROJETO MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA ORIGEM COMO ESCOLA NORMAL À HISTÓRIA IMEDIATA” (não cadastrado no CNPq, desenvolvido desde 2001, implementado em 2006 com auxílio da FAPERJ. Esteve em atividade até 2021

LABORATÓRIO PROMEMO

Este laboratório abriga um acervo relacionado com História do Rio de Janeiro, Educação Não Formal e Formação de Professores. Organizado a partir da instituição do Projeto Memória da Formação de Professores no Instituto de Educação desde sua origem como Escola Normal (1880) à História Imediata (PROMEMO) / ISERJ, em 2001. Há subprojetos sobre dimensões da formação de professores do ISERJ, a saber: da institucional à arquitetura escolar; dos processos e sujeitos no cotidiano escolar; das organizações e mobilizações. O PROMEMO/ ISERJ formou e forma pesquisadores-monitores-estudantes do Curso Normal Superior (2001-2010) e Pedagogia (2010 à atualidade). Sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Carolina Granato, atualmente, existem dois subprojetos sendo desenvolvidos: Fotografia e Arquitetura Escolar da Escola Normal do Distrito Federal: permanências e transformações da construção à criação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) (1928-1998); As Grandes Greves do Magistério Carioca e o Instituto de Educação: Militância, Mobilização e Formação de Professores (1979-2016).

Esse projeto Memória da Formação de Professores no Instituto de Educação tem como objetivo valorizar, por meio do levantamento de documentação escrita, oral e iconográfica, a história do ISERJ, antigo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que, durante muitos anos, foi considerado um centro de referência e excelência na formação de professores, servindo de paradigma para todas as Escolas Normais do país.

No campo da **extensão, articulada ao ensino**, destacamos o projeto de educação de jovens e adultos intitulado **ProEJA**. Criado em 1999 destaca-se desde então por articular suas atividades em ensino, pesquisa e extensão. Este projeto promove oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – do primeiro ao quinto ano - à população jovem e adulta pouco ou não escolarizada, que reside e/ou trabalha nas adjacências do ISERJ e que, por alguma razão, foi impedida de realizar seus estudos na idade própria ou obrigada a interrompê-los em algum momento da vida. No campo da pesquisa cria oportunidades para a realização de aprofundamento dos estudos para a produção de pesquisas de caráter monográfico – Trabalhos de Conclusão de Curso – cujos temas estejam, direta ou indiretamente, vinculados ao campo da EJA.

D) GRUPO DE ESTUDOS TRABALHO E EDUCAÇÃO (GTE)

Com temas relacionados à História na perspectiva do trabalho como princípio filosófico e educativo, o grupo é coordenado pela Prof. Antonio Cícero Cassiano Sousa que desenvolve, além dos estudos, realiza atividades de extensão com leitura ativa e compartilhada de textos da literatura brasileira e universal relacionando-os com o conhecimento histórico e a metodologia do ensino da História nas séries iniciais. Periodicidade bimensal. Os círculos trabalham com elementos de mediação da leitura, como música, cinema, contação de histórias e teatro de fantoches.

E) DOCÊNCIA, INFÂNCIA, MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL

Coordenado pela Prof^a Dr^a Sandra Santos, os trabalhos teóricos traduzem a práxis da formação de profissionais da Educação no mesmo espaço físico, acadêmico e pedagógico da formação de crianças, jovens e adultos; na perspectiva da inclusão social, amalgamando as modalidades EJA e ESPECIAL e não dissociando EDUCAÇÃO e TRABALHO. Nossos recortes epistemológicos são Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Maria Lúcia Lopes de Oliveira, Gelta Xavier, José Contrera, Antonio Nóvoa, dentre outros. Os trabalhos do grupo têm sido socializados através do NUPEC (Núcleo de pesquisa de currículo da UFF), do CEMEF (Centro de Memória da FAETEC) e da ANFOPE (Associação Nacional de Formação de Profissionais da Educação), na Implementação da Pós-graduação Lato Sensu em Educação Museal entre Faetec, Iserj, Ibram, Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya e Museu da República. Pesquisa e publicação pela Chiado Books Kids o livro MENINO MOVIMENTO (ISBN 978-989-5237-23-4) uma história inspirada na infância do educador Anísio Teixeira.

LINHAS DE PESQUISA:

MEMÓRIA, TRABALHO E IDENTIDADES DOCENTES: Estudar as relações e as atividades de interação/interface do trabalho docente e saberes docentes, a partir das formulações de autores como Tardif, Lessard, Nóvoa, entre outros. Objetivos:

(a) Pesquisar o histórico das políticas de formação docente; (b) Investigar os saberes docentes na interface com a formação inicial e continuada de professores; (c) Analisar o conceito de aprendizagem permanente do professor no exercício da profissão.

INFÂNCIA, CIENTIFICIDADE, LUDICIDADE: A concepção de aprendizagem na infância pode ser compreendida como um processo social em que a atividade das crianças na escola (e fora dela) é mediada pelas ações partilhadas com o outro e individualmente através de experiências e descobertas. Objetivos: (a) Estudar a infância em diferentes campos do conhecimento, em especial na Educação; (b) desenvolver estudos interdisciplinares e processos flexíveis de investigação com base em autores

referenciados no campo; (c) Investigar o diálogo com outras áreas do conhecimento no uso de metodologias e pressupostos teóricos comuns.

INFÂNCIA E PRÁXIS LITERÁRIA: A temática de educação literária enquanto contexto de formação de leitores na educação básica é assumida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj). Por essa razão, essa linha de pesquisa busca estudar tanto o desempenho dos discentes e docentes como a pertinência da especificidade das suas formações na Licenciatura em Pedagogia no Iserj. Objetivos: (a) Estudar os encaminhamentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere a essa temática; (b) Investigar as contribuições da escola e dos professores na apresentação de gêneros discursivos diversos às crianças, principalmente, através da práxis; (c) Pesquisar categorias analíticas que preveem a capacidade das crianças de influírem na produção da cultura e não serem agentes passivos na produção de um mundo social que lhes é próprio.

INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: A inclusão social perpassa pelas questões de diversidade de classe social, gênero, etnia, origem familiar, região, faixa etária, cognição e na relação dos jovens e adultos com o mundo do trabalho. Do nosso ponto de vista, o fundamento da inclusão social está na garantia dos direitos humanos como direitos essenciais e indispensáveis a uma vida digna. Objetivos:

(a) Com base nos direitos humanos analisar a implementação e execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres, especialmente, no ambiente escolar; (b) Estudar as perspectivas de inclusão social do ponto de vista sócio--histórico, econômico e geograficamente situado.

4. CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.

4.1 DA COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso de graduação- Licenciatura em Pedagogia- é exercida por professor do curso, escolhido entre os pares, com titulação de Mestre ou Doutor e regime de trabalho de 40 horas. O período de gestão corresponde a 2 (dois) anos.

4.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e tem por objetivo a revisão, a adequação e a consolidação do mesmo. A sua constituição segue orientações do Ministério de Educação (MEC/INEP).

A composição do NDE do Curso encontra-se em quadro apresentado em anexo com respectiva titulação e formação acadêmica. O NDE está instituído desde 2014, quando da organização do curso para ato regulatório de renovação do reconhecimento do curso. Há atas de todas as reuniões realizadas pelo NDE. Os processos de reformulação e/ou adequações do Projeto Pedagógico do Curso são geridos pelo NDE e aprovados pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

4.3 INSTÂNCIAS COLETIVAS DO CURSO

As instâncias coletivas do curso atendem as normas do regimento geral do ISERJ – composição, atribuições e periodicidade. O ISERJ possui três conselhos deliberativos, a saber: Conselho Diretor; Conselho-Câmara de Educação Básica; Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior. Os Conselhos Deliberativos são presididos pelo (a) Diretor (a) Geral, pelo Diretor(a) do CAp e pelo (a) Coordenador (a) Geral do Ensino Superior, respectivamente. No Conselho Diretor há um (1) representante da Educação Superior.

O Conselho-Câmara Acadêmico de Ensino Superior é órgão deliberativo e normativo em matérias de ensino, pesquisa e extensão do Ensino Superior.

As deliberações de Ensino Superior que tratam de questões de interesse da instituição como um todo, são apreciadas e aprovadas pelo Conselho Diretor Pleno e encaminhadas aos órgãos superiores, caso seja necessário. As reuniões de professores ocorrem com periodicidade definida em calendário semestral.

4.4 DO CORPO DOCENTE

O Curso de Pedagogia conta com docentes titulados em nível de Pós-graduação *lato sensu* (especialização); *stricto sensu* (Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado). Em anexo, o quadro docente com a titulação.

4.5 DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

O Curso conta com apoio administrativo da **Secretaria Acadêmica, da Coordenação Acadêmica da Educação Superior, do Setor de Apoio à Informática, da Biblioteca da Educação Superior.**

5 INSTALAÇÕES FÍSICAS: Infraestrutura de apoio administrativo e pedagógico

5.1 INSTALAÇÕES GERAIS

O conjunto do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) é organizado em “escolas” nas etapas e modalidades da Educação Básica. A Educação Superior atende ao nível da Graduação (curso de Pedagogia e programas de formação de docentes) e nível de Pós-graduação *lato sensu*. Os espaços físicos para ensino, pesquisa e extensão e gestão acadêmica são:

- a) Infraestrutura de apoio técnico-administrativo: Reprografia; Recursos Humanos; Eventos; Protocolo; Apoio de Informática/Mídias.
- b) Infraestrutura de apoio acadêmico: Biblioteca; Setor de Inclusão; Setor de Estágios; Sala de reunião docente; Sala de professores; Salas de aula; Secretaria Acadêmica; Coordenação da Educação Superior; Teatro, entre outros.

5.2 BIBLIOTECA

O Sistema Integrado de Bibliotecas do ISERJ é constituído pela Biblioteca Central, denominada de Cecília Meireles, que atende prioritariamente à Escola Básica e a Biblioteca Setorial Paulo Freire que atende prioritariamente a Educação Superior. Apesar dessa divisão, a Biblioteca Central manteve em seu acervo, as obras oriundas da antiga Biblioteca da Escola Normal da Corte, em 1888 (que veio a formar uma Coleção de Obras Raras), e também por aquelas adquiridas em 1932, por decreto do então Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, Anísio Teixeira, dentre as quais a coleção conhecida como “Brasileira”, editada pela Companhia Editora Nacional, a partir de 1931, sob a direção de Fernando Azevedo até 1946. A Coleção Brasileira foi concebida primeiramente como uma subsérie da “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, também presente no acervo da Biblioteca do Instituto de Educação. Em 2007, foi feita uma inventariação do acervo da Biblioteca Central, chegando-se a um número aproximado de 40.000 livros.

Inaugurada em maio de 2004, a Biblioteca da Educação Superior atende discentes e docentes do Curso Superior de Graduação em Pedagogia, do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Também têm acesso ao acervo, docentes da Educação Básica, servidores técnico-administrativos do ISERJ e o público externo, este último apenas para consulta. São atribuições da Biblioteca Paulo Freire:

- a). Realizar empréstimo e consulta ao acervo;
- b). Promover aquisição, processamento técnico e divulgação do acervo;

- c). Manter e preservar o acervo;
- d). Oferecer suporte técnico-pedagógico aos trabalhos de pesquisa dos usuários;
- e). Promover visitas guiadas de discentes da Educação Superior;
- f). Promover intercâmbio com outras bibliotecas;
- g). Compartilhar acervo bibliográfico com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN);

A Biblioteca Paulo Freire está em processo de informatização – Sistema *Openbiblio*- desde o início do segundo semestre de 2013. Nos anos de 2014 e 2015 estabeleceu-se política institucional de ampliação do acervo, investimento na infraestrutura física- pintura, iluminação, climatização, ampliação e melhoria da rede e equipamentos de informática, com instalação de novos computadores e pontos de acesso *on line* para discentes e docentes. Ampliou-se a equipe técnica de apoio com inclusão de *professor orientador de pesquisa e uso do acervo*. Criou-se “guia de uso da biblioteca” para melhorar o contato com a comunidade acadêmica. As informações disponibilizadas, neste momento do projeto apresentado- 2018- referem-se ao período de 2014, quando foram coletadas as informações aqui disponibilizadas e pertinentes à Biblioteca Paulo Freire, da Educação Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ): (ABRIL de 2014)

1. Acervo Geral

A biblioteca possuía, em 2014, um total de 2.542 títulos de livros, totalizando 9.639 exemplares (volumes); 97 títulos de material digital-eletrônico (CD; CD-ROM; VHS); 13 títulos de periódicos especializados; 397 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

2. Assinaturas de Periódicos Acadêmicos e Científicos

A biblioteca contava, em 2014, com uma (O1) assinatura corrente de periódicos (*Caderno do Cedes – Centro de Estudos Educação & Sociedade*) e 12 títulos deste acervo resultam de doações.

3. Formas de Atualização e Expansão

O processamento técnico da biblioteca é todo executado de forma informatizada; utilizando-se para isso os bancos de dados criados em *Access*. A biblioteca também conta com um *software* livre de controle, consulta e empréstimo do material bibliográfico, o *OpenBiblio*, que, atualmente, está em fase de testes para utilização. Também possui um ponto de acesso à Internet. Foi realizado um levantamento das Bibliografias Básicas e Complementares, listadas com base no Caderno de Programas Curriculares das disciplinas do Curso de Pedagogia, visando à atualização e/ou ampliação do acervo.

4. Espaço Físico para Estudos: A biblioteca possui um salão de leitura e uma área de exposições.

O salão de leitura é um espaço de acolhimento e orientação dos usuários, utilizado para estudos e pesquisas. É também espaço para pequenas exposições e painéis informativos, podendo ser aproveitado para divulgação de projetos e iniciativas da instituição.

A biblioteca possui ainda uma sala de leitura com balcão de atendimento, onde o usuário pode ser orientado sobre o funcionamento desta, bem como fazer inscrição como leitor, solicitar apoio pedagógico para pesquisas bibliográficas, requisitar ou devolver as obras destinadas a empréstimo domiciliar ou a consulta.

A pesquisa dos arquivos escolares, ou seja, relatórios, livros de atas de reuniões, históricos escolares, boletins, quadros, mobiliário, quadros didáticos, lousas, globos, uniformes, cadernos, produções de alunos e professores, manuais escolares, materiais iconográficos e sonoros, traços arquitetônicos, entre tantos outros, propicia aos estudantes e professores uma compreensão mais efetiva do uso do patrimônio no processo educacional.

5.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

5.3.1 BRINQUEDOTECA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

Destacamos os laboratórios didáticos de formação básica, como se intitula no indicador 3.8 do Instrumental do MEC/INEP para avaliação/reconhecimento de cursos de graduação (dezembro de 2017). O primeiro é a Brinquedoteca.

O curso de Pedagogia, do ISERJ, se articula com o Colégio de Aplicação, ambos localizados no mesmo espaço físico, sendo campo de estágio obrigatório dos licenciandos de Pedagogia. Passamos a descrever um dos espaços de formação para o licenciando e que se localiza na escola de educação infantil, do Colégio de Aplicação.

O Laboratório Brinquedoteca do CAP vem atendendo alunos e professores da Educação Infantil e Anos Iniciais regularmente, e alunos e professores de outros segmentos do ISERJ e de outras escolas e universidades. Junto ao curso de Pedagogia trabalha em parceria com grupos de pesquisa, desenvolve trabalho com estágio e monitoria, projetos culturais, disciplina eletiva e curso de extensão. Na formação continuada desenvolve trabalho junto aos professores que frequentam a sala de brincar com seus alunos e participa dos centros de estudos e projetos no âmbito curricular regular.

A brinquedoteca tem se constituído num espaço de formação na medida em que suas ações dialogam com os diferentes campos de conhecimentos desenvolvidos na escola. A constante tensão entre a cultura lúdica e a cultura escolar, tem gerado reflexões e discussões nos centros de estudos dos professores, nas relações com os estagiários, nas bancas de monografias e tem gerado ações que vão para além do trabalho com as crianças.

A formação oferecida pelo laboratório brinquedoteca do Colégio de Aplicação tem como principais objetivos o desenvolvimento de atitude lúdica refletindo acerca das possibilidades desse tipo de interação no espaço escolar; incentivar a realização de projetos/ideias criativas baseadas nas interações lúdicas de aprendizagem dos sujeitos participantes, crianças e adultos; articular o campo da práxis lúdica da brinquedoteca através da interlocução entre a formação superior e continuada. Assim, busca compartilhar reflexões na criação de novos caminhos para a educação escolar, uma vez que Colégio de Aplicação pode fornecer conhecimentos e saberes produzidos em seu campo de atuação articulados à formação superior e constituindo também esta formação.

AÇÕES CURRICULARES

Na **SALA DE BRINCAR** propomos aos educadores o exercício da *observação atenta* do brincar livre, atividade fundamental para a qualidade da interação que se pretende na sala de brincar; refletimos as questões levantadas a partir das observações registradas nos diários de campo; e buscamos referenciais teóricos que dialoguem com as questões apresentadas. Num segundo momento, propomos o exercício do *brincar mútuo*, onde se experimentará o equilíbrio entre interdições e limites e o exercício da liberdade para a construção da autonomia.

ARTE E CIÊNCIA é uma experiência que nasce da parceria com o projeto CISA (Pedagogia) e da disciplina de Física (Ensino Médio), tem como principal objetivo brincar de decifrar a ciência escondida nos brinquedos e na vida, indagando de que maneira experiências científicas que lancem mão de elementos lúdicos nos facilitam reconhecer no pensamento lógico sua face de brinquedo. Descobrimo as forças vivas da natureza, esta ação pensa a possibilidade de uma dupla pedagogia, da Razão e da Imaginação. Estas ações nos permitem observar e refletir sobre a importância de uma experimentação de caráter aberto, não prisioneira de modelos científicos fechados, presos ao resultado e avessos ao erro.

OLHAR DO CORPO INTEIRO é uma experiência fruto da parceria com o projeto *Mídia e Educação: diálogos possíveis no contexto escolar* (GPIC/FAPERJ). Em virtude do financiamento do projeto foram adquiridos equipamentos e aparatos técnicos lançando o desafio de pensar os seus usos e a mediação dos professores nas relações que as crianças poderiam estabelecer com eles. No sentido de elaborar atividades que não só coloquem esses aparatos nas mãos das crianças, mas que também de alguma forma as façam refletir sobre eles permitindo experimentar as diferentes formas de ver e perceber o mundo a sua volta, o principal objetivo do trabalho desta ação é possibilitar às crianças experiências lúdicas que explorem diferentes formas de olhar.

FESTIVAL DE DESENHO, POESIA, CARICATURA E FOTOGRAFIA é um evento cultural integrando as crianças da Educação Infantil e do 1º Segmento do Ensino Fundamental em parceria com Projeto Investigativo de Inclusão Lendo e Escrevendo. Seus principais objetivos são

incentivar e promover o fazer artístico das crianças, estimulando sua produção cultural, sua expressão e criatividade; criar um ambiente de encontro e intercâmbio entre os participantes; além de aproximá-los de artistas profissionais que vem apresentar seu processo de trabalho.

EXPOSIÇÃO MEMÓRIAS INFÂNCIAS E BRINQUEDOS é uma parceria com o GPICC e tem como principal objetivo um encontro com os brinquedos e seus sentidos aproximando educação e cultura através do convite a olhar, interagir, experimentar e criar, tratando a experiência de estranhamento com os temas/objetos ponto de partida para estabelecer relações comunicativas através do jogo/diálogo.

PASSEAR, ações que buscam olhar a vocação lúdico-educativa da cidade e a *escola que passeia* como espaço de reconquista dos espaços públicos e populares. Tem o objetivo de promover uma experiência criativa de suspensão na cidade refletindo sobre a ideia de pertencimento como base para a experiência de conhecimento e circulação de um território particular para um território público, buscando este *lugar-cidade que deixa de ser apenas um material construído e organizado para se embeber da atmosfera que as relações ajudam a estabelecer* (Mayumi Lima 1989, p. 13).

O BLOG É forma de comunicação e divulgação do trabalho realizado na brinquedoteca, criado por alunos bolsistas do ensino médio profissionalizante de informática/ISERJ/FAPERJ, seu endereço <http://brinquedoteca-iserj.blogspot.com.br/>, onde podem ser vistas ações do projeto.

As FEIRAS são uma modalidade que utilizamos em geral para realizar as ações culturais de arte, ciência, mídia etc, pois a feira como esse lugar de acontecimentos simultâneos e variados onde se pode flunar segundo nossos interesses tem afinidades com a dinâmica da brinquedoteca.

5.3.2 MOBILIZAÇÃO EDUCACIONAL (Mob.E) (Histórico de 2015 a 2020 – Retomou suas atividades em 2022)

O projeto de extensão Mobilização Educacional (Mob.E) coordenado pela Professora Dra. Maria de Lourdes Melo Pinto teve sua origem nos idos de julho de 2015, inspirado pelas experiências educacionais da Escola da Ponte, em Portugal. Desde seu surgimento, o grupo de alunos e professores envolvidos desenvolveram estratégias para uma efetiva aplicabilidade dos conceitos estudados nas diversas disciplinas da licenciatura de Pedagogia no âmbito prático, contribuindo nos espaços da Instituição.

Como resultado das ações do grupo o projeto Mob.E participou de Edital FAPERJ (2016/1) com projeto intitulado “A CONSTRUÇÃO DO SER PROFESSOR: Representações de formandos em pedagogia através da realização de atividades práticas”. Este projeto tinha como objeto de investigação o processo de formação de pedagogos. Como campo de atuação e investigação a “sala de aula” na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A proposta articula-se a grupos de pesquisa cadastrados no CNPq: *Identidade(s) e Formação Docente e Formação de*

Professores e Tecnologias Educacionais (FORPROTEC). Teve como objetivo: refletir sobre o processo de formação de pedagogos a partir de duas questões, a saber: a) Articulação teoria e prática; b) Construção do conhecimento em uma perspectiva colaborativa que envolve o aluno-docente e o professor da escola básica.

Com base nessa perspectiva e na proposta de investigação, buscou-se refletir sobre as percepções que os formandos em Pedagogia possuem acerca da prática docente. Inserir os formandos no cotidiano das salas de aula, em práticas colaborativas tornou-se, então, uma proposta de intervenção na “formação” pela imersão em atividades práticas relativas ao cotidiano da profissão.

Estruturado em um laboratório ambientado de modo a favorecer as interações de caráter lúdico e extensivo, inúmeras atividades foram oferecidas pelo Mob.E, entre elas: oficinas pedagógicas, cursos livres, Cine Mob.E, consulta e empréstimo de acervo bibliográfico e lúdico-pedagógico, além de visitas mediadas ao campus do Instituto Superior de Educação. Essas ações atenderam tanto ao público da Pedagogia, quanto da Escola Básica. Adotando a metodologia de Pedagogia de Projetos e buscando a parceria com outras instituições, era organização e implementação de eventos, como culminâncias de ações desenvolvidas no Laboratório ao longo de cada semestre letivo,. Após dois anos de contínuo exercício educacional, estabeleceu-se que a atuação do projeto ficaria circunscrita à gestão de espaços e eventos, com algumas ações instiladas por leituras nas subáreas da Educação Não Formal e da Pedagogia em espaços não-escolares.

Em 2020 e 2021 as atividades do Mob.E se desenvolveram através de palestras, cursos e oficinas no formato remoto, oferecidas ao público do ISERJ. Temporariamente interrompido, retomará suas atividades sob nova coordenação a partir de 2022.2.

5.3.3 LABORATÓRIO DE MOVIMENTO e ARTE (Atividades finalizadas em 2019)

O Laboratório Movimento e Arte é um desdobramento do projeto de extensão “Corpo, Movimento e Alfabetização Corporal” proposto pelo Grupo de Pesquisa “Corpo, Multiculturalismo e Diversidade” (Dgp-CNPq) em 2012, atualmente coordenado pela prof. Ms. Cristina Ramos, com a parceria da UFRJ (Prof. Dra. Maria Aparecida Donato, da Faculdade de Dança da Escola de Educação Física) e da Escola Especial Favo de Mel. Por meio de uma metodologia que estimula a aprendizagem física, com a educação somática, as artes plásticas e musicais; a interpessoal, com atividades de convívio social, trocas de experiências compartilhamentos; e a intrapessoal, com atividades individuais, com foco na atenção, concentração, na construção simbólica e na significação, o projeto tem como meta a potencialização da capacidade de aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual.

5.3.4 LABORATÓRIO PROMEMO

Este laboratório abriga um acervo relacionado com História do Rio de Janeiro, Educação Não Formal e Formação de Professores. Organizado a partir da instituição do Projeto Memória da Formação de Professores no Instituto de Educação desde sua origem como Escola Normal (1880) à História Imediata (PROMEMO) / ISERJ, em 2001.

Através do desenvolvimento de subprojetos sobre dimensões envolvidas nesta formação, da institucional à arquitetura escolar, processos e sujeitos no cotidiano escolar, organizações, mobilizações, o PROMEMO/ ISERJ formou e forma pesquisadores-monitores-estudantes do Curso Normal Superior (2001-2010) e Pedagogia (2010 à atualidade). Sob a coordenação da prof. Dra. Maria Carolina Granato, atualmente dois subprojetos estão sendo desenvolvidos:

- a) Fotografia e Arquitetura Escolar da Escola Normal do Distrito Federal: permanências e transformações da construção à criação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) (1928-1998);
- b) As Grandes Greves do Magistério Carioca e o Instituto de Educação: Militância, Mobilização e Formação de Professores (1979-2016).

5.3.5 LABORATÓRIO DIDÁTICO: complexo de Biologia

O Complexo de Biologia se constitui de três salas no terceiro andar do Pavilhão Central do ISERJ. A sala 309 é um laboratório multifuncional no qual podem ser desenvolvidos experimentos acadêmicos-didáticos, bem como funcional como sala de projeção. Possui uma Coleção Zoológica que atende plenamente o Pedagogo, pois todos os *phyla* estão representados.

Este complexo é dotado de bancadas azulejadas que propiciam o desenrolar de práticas voltadas para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A sala 311 é uma sala de projeção em plano inclinado e é dotada de uma bancada com pia que permite demonstrações experimentais. A sala 313 é um Museu de Ciências Naturais que agrega um rico material zoológico e botânico. O Complexo possui material de vidraria, microscópios estereoscópicos, microscópios ópticos, lupas de mão, pinças, tesouras, etc.

5.3.6 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O Curso conta com o apoio do SESUTI, setor responsável pela gerência dos recursos de informática da Instituição. À gerência de Rede compete implantar, manter e atualizar estruturas que

possibilitem o pleno funcionamento das redes e subredes que compõem o Sistema de Informática do ISERJ. Há disponibilidade de rede *WI-FI* em espaços abertos e fechados da IES para docentes e discentes. Apresentamos as instalações e equipamentos do laboratório (**Sala 208**): Rede Cabeada e *WiFi*; Velocidade de conexão de Fibra Óptica de 1Gbps; Ar-Condicionado; TV de Plasma de 50 polegadas; Vinte e um (21) computadores; Processador Intel Core i7; Memória RAM de 8Gb; Disco Rígido 500Gb; Leitor e gravador de DVD. (**Sala 219A**): 16 Notebooks Acer Aspire 3 A315-23-R215 AMD Ryzen 7 12GB 512GB SSD RX Vega 10 15,6' Windows 10

5.3.7 LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO EM TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Este laboratório foi criado no início do semestre letivo de 2018. Tem sua origem no Grupo de Pesquisa FORPROTEC/CNPq. O principal objetivo é promover a realização de investigação e a construção de conhecimento nos domínios das Tecnologias e Formação de Professores, no campo do ensino, pesquisa e extensão. Atende a Resolução CNE/CP nº 02/2015 que trata, especificamente, da formação dos professores para atuarem na educação básica, que prevê no art. 5º, “o uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores (as) e estudantes” (BRASIL, 2015).

Mais especificamente, os objetivos gerais do Laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* são: a investigação em várias áreas no âmbito das tecnologias e formação de professores; a educação continuada e difusão científica; a promoção de projetos de intervenção na comunidade iserjiana; a produção, disseminação e avaliação de recursos didáticos e estratégias educativas no âmbito das tecnologias e sua inserção nas perspectivas curriculares; o estudo das políticas educacionais locais, nacionais e internacionais, no âmbito das Tecnologias e Educação.

5.3.8. ALFABETIZAÇÃO EM CURSO: UM CONVITE AO DEBATE

Alfabetização em curso: um convite ao debate é uma iniciativa que surgiu como resposta à necessidade de efetivar ações do Curso de Pedagogia do ISERJ junto aos alunos no momento de isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19 no Brasil. Coordenado pelas professoras Dra. Maria Cristina Corais e Dra. Rosalva Drummond, teve seu início em 30/06/2020 e encontra-se em funcionamento até os dias atuais. Seu objetivo é promover o debate teórico-metodológico em

torno de questões contemporâneas da alfabetização para contribuir com a formação dos alunos do Curso de Pedagogia como futuros alfabetizadores, bem como de todos os interessados no tema.

O Alfabetização em curso: um convite ao debate, tem como proposta teórico-metodológica a promoção de encontros pensados com viés dialógico, instituindo como a abertura da nossa “sala de aula” aos estudantes, professores e interessados na temática para compartilhar conhecimentos construídos no campo da alfabetização e juntos recebermos convidado(a)s da área da Educação, professor(a) e/ou pesquisador(a) que se disponibilizem em compartilhar suas experiências. A dinâmica dos encontros é interativa, um espaço de troca e interlocução. A atividade acontece às 6as feiras, das 19h às 20:30, através da Plataforma ZOOM, com capacidade para 100 pessoas. Articulado ao Zoom, abrimos o espaço ao vivo pelo Youtube, como plataforma de divulgação e repositório das gravações dos encontros realizados. Até o período foram realizados 30 encontros. Para os alunos do ISERJ a atividade vale como AACC. O projeto, inscrito no Programa de Monitoria, conta com 02 (dois) monitores. O endereço do canal com todas as ações desenvolvidas é <https://www.youtube.com/c/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3oemCurso>

5.3.9 OUTROS

O Curso conta ainda com os LABORATÓRIO MULTIMÍDIA - LabMm; onde os licenciandos têm acesso a oficinas em radiocomunicação, com instrumentos musicais e em edição de vídeo; LABORATÓRIO DE LÍNGUAS – LabLin, onde licenciandos e professores têm acesso a cursos de línguas estrangeiras (espanhol, francês e inglês) e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Vale acrescentar que Atividades Desportivas e de Educação Física também estão disponíveis com a oferta de cursos livres como: Ioga, Futebol de Salão, natação, etc.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
_____. **A poética do devaneio**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e Educação: Trabalho e formação docente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1181-1201, set./dez. 2004.
- BARROS, Manoel. **Memórias inventadas**. A infância. São Paulo: Record, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
_____. **Obras Escolhidas II – rua de mão única**. São Paulo: editora Brasiliense, 1995.
_____. **Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2002.
- BERNET, J.T. **Otras educaciones: animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa**. Barcelona: Anthropos, México: Universidad Pedagógica Nacional, 1993.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- BOUSQUET, Martine Mauriras. **L Experience Ludique**. Paris: Seuil, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL.. **Política Nacional para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.
- BRASIL.. **Decreto Lei Federal nº 7611/2011**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 17/11/2011.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 193)
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão. Lei Federal nº 13.146**. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos, 06/07/2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

_____. Estado do Rio de Janeiro. Conselho Estadual de Educação. **DELIBERAÇÃO CEE Nº 337, DE 16 DE JULHO DE 2013**. Dispõe sobre a realização de Estágio Supervisionado de alunos do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e da Educação Superior, e determina outras providências. (Define modalidades de estágio).

_____. **Lei Federal nº 11.788/09 de 25/09/2008**- Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. **LEIS 10639/03 e 11645/08 - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**. Laboratório Pedagógico Curso Normal. Currículo Mínimo, 2013.

_____. Ministério da Educação. CONAES. Parecer n. 4, de 17 de junho de 2010. Resolução n. 01 de 17 de junho de 2010. Normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006**.

_____. Ministério da Educação. Do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: **Instrumento de Avaliação-atos regulatórios de autorização e reconhecimento de cursos (2017)**.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Brasília, agosto de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno- **PARECER CNE/CP no. 10, de 10 de maio de 2017**. Proposta de alteração do Art. 22, da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010**- CNE/CP que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 13005/14 | Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Disponível em: < <https://goo.gl/CTwz8V>> Acesso em 22 mai 2018.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <<https://goo.gl/eiLYKV>> Acesso em 22 mai. 2018.

DUVIGNAUD, Jean. **El juego del juego**. Colômbia: Fondo de Cultura Econômica, 1997a.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Direito à infância**: Mário de Andrade e os parques infantis para crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935-1938). Tese de doutoramento. Faculdade de educação, USP. 1993.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA- FAETEC. NORMA INTERNA FAETEC/VPE n. 01/2012: Estabelece normas internas de Estágio Não-obrigatório.

_____. PORTARIA n. 302 de 28 de janeiro de 2010: Institui normas e procedimentos para o cumprimento do estágio supervisionado nos cursos dos Institutos Superiores de Tecnologia e Educação.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Censo demográfico Estudo cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010/2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html>. Acesso em junho de 2022.

MELLOUKI, M'hammed; GAUTHIER, Clermont. O professor e seu mandato de mediador, herdeiro, intérprete e crítico. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 537-571, 2004.

RIEBER, R. W.; CARTON, A. S. (Orgs.). The Collected Work of L. S. Vygotsky (1932). Problems of Abnormal Psychology and Learning Disabilities: The Fundamentals of Defectology. Volume 2. New York City, NY State, USA: Plenun Press, 1982.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC and CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: UNESCO, 7-10/06/1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZEICHENER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103. 2008.

Gerais para a Educação Básica

HAMPATÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História Geral da África I**, Metodologia e pré-história da África. Págs 167-212. Editado por Joseph Ki-Zerbo, 2. ed. Brasília, UNESCO, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Teorias, pesquisas e organização que valorizam o jogo na educação**: o exemplo da brinquedoteca. Cadernos da EDM. São Paulo: USP.vol.2 no. 2. 1990.

- LIMA, Mayume Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.
- LISBOA, Marcia. **Para contar histórias: teoria e prática: narrativa, dramatização, música e projetos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.
- MARCELLINO, Nelson C. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1990.
- MILITO, Cláudia e SILVA Hélio. **Vozes do meio fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- MUNIZ, M. Cristina S. (org.). **Esconderijos**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2000.
- MUNIZ, M. Cristina S. **A brinquedoteca na escola**. Dissertação de mestrado em Educação Física. UGF. 1997
- PERROTI, Edmir. **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- PRETTO, Nelson De Luca e RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 153-169, maio/ago. 2010.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013. Edição do Kindle.
- SARMENTO, Manoel J. Imaginário e culturas da infância. In: **As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância**. Portugal: Universidade do Minho, 2003.
- SOUZA, Solange Jobim e. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- TAHAN, Malba. **A Arte de Ler e Contar Histórias**. Rio de Janeiro: Conquista. 1961.
- WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (orgs.). **Mulheres negras na primeira pessoa** Porto Alegre: Redes Editora, 2012. In: [www.belezacidadania.org.br/.../Mulheres%20Negras%20na%20primeira%20Pessoa%](http://www.belezacidadania.org.br/.../Mulheres%20Negras%20na%20primeira%20Pessoa%20), acesso em 25 maio 2018
- WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Este ANEXO apresenta documentos que organizam e normatizam a proposta pedagógica do curso de Pedagogia realizado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), a partir de 2009

O PPC de Pedagogia-licenciatura foi elaborado, em 2018, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) atendendo a Resolução 01 de 17 de junho de 2010 (MEC/INEP). Para tal, foram realizadas reuniões, entre fevereiro e junho de 2018, tendo se constituído como colegiado ampliado por promover a participação de todos os professores. Estes eram convidados, a partir de divulgação pública de dias e horários, para o estudo. De todas estas reuniões há atas do NDE. Eram membros do NDE no período de (2018-2020): Profa. Dra. Maria Beatriz Albernaz- Presidente do NDE- Coordenadora do Curso; Profa. Dra. Ana Maria Severiano de Paiva; Profa. Dra. Andréa Villela Mafra da Silva; Prof. Ms Gilson de Oliveira; Profa. Dra. Maria de Lourdes Melo Pinto; Prof. Dr. Marcelo Lion Villela; Profa. Dra. Selma Maria da Silva; Profa. Dra. Solange Mello do Amaral.

Este projeto recebeu adequações, no ano de 2022, propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovadas pelo colegiado do Curso. Foram realizadas ao todo cinco (05) reuniões do NDE, entre maio e junho de 2022, sendo a última reunião constituída como Colegiado Ampliado por contar com a participação de todos os professores. São membros do NDE (2022-2024): Prof. Flavio Amorim Marques - Presidente do NDE/Coordenador do Curso; Profa. Dra. Andréa Villela Mafra da Silva; Prof. Ms Gilson de Oliveira; Profa. Dra. Maria Cristina Corais; Prof. Dr. Gustavo do Nascimento Lopes; Prof. Dr. Marcelo da Costa Nicolau; Prof. Dr. Marcio Sales da Silva; Prof. Dra. Josélia Rocha dos Santos e Prof. Dra. Vera Lúcia Neri da Silva.

JUNHO DE 2022

ANEXO 1 : MATRIZ CURRICULAR (2022)

Período	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	Ch/total
Disciplinas obrigatórias (previstas PPC)	360	400	360	360	280	300	220	180	2.460horas
Disciplinas optativas									280 horas
Trabalho de conclusão do curso	-	-	-	-	-	-	-	60	60 horas
									2.800 horas
Estágio supervisionado					100	100	100	100	400 horas
Atividades complementares (AACC - ao longo do curso)									100 horas
Carga Horária Total do CURSO									3300 horas

1° Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PFG15	Filosofia e Educação	60h
PDE01	Fundamentos para o ensino de Língua Portuguesa	40h
PDE14	Arte e Educação	40h
PNI01	Introdução à Metodologia da Pesquisa	40h
PAP18	Didática e Práticas Pedagógicas	60h
PDE13	Movimento e Expressão Corporal	60h
PFG03	História da Educação	60h

2° Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PFG16	Antropologia e Educação	60h
PDE02	Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa	40h
PFG02	Filosofia e Questões Contemporâneas	40h
PAP15	Planejamento e Prática Pedagógica	40h
PFG08	Educação e Movimentos Sociais	40h
PDE16	Tecnologias digitais na educação	60h
PFG06	Psicologia na Educação	60h
PFG14	História da Educação II	60h

3° Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PDE15	Intertextualidades: linguagem verbal e não verbal	40h
PAP16	Currículo e Educação	40h
PFG11	Tópicos especiais em educação não formal	40h
PDE03	Fundamentos e Metodologias para o ensino de Matemática I	40h
PDE07	Fundamentos e Metodologias para o ensino de Ciências Naturais I	40h
PDE09	Fundamentos e Metodologias para o ensino de Geografia I	40h
PFG07	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	60h
PFG04	Sociologia da Educação	60h

4º Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PAP02	Fundamentos e Metodologias para a Educação Infantil	40h
PDE17	Introdução à literatura Infanto-Juvenil	40h
PDE10	Fundamentos e Metodologias para o ensino de Geografia II	40h
PDE04	Fundamentos e Metodologias para o ensino de Matemática II	40h
PDE08	Fundamentos e Metodologias para o ensino de Ciências Naturais II	40h
PAP17	Avaliação da Aprendizagem: questões teóricas e práticas	40h
PDE11	Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS	60h
PAP07	Alfabetização I	60h

5º Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PDE05	Fundamentos e Metodologias para o ensino de História I	40h
PAP10	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil	40h
PAP04	Fundamentos e Metodologias para Educação de Jovens e Adultos	40h
PAP03	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental	40h
PAP05	Fundamentos e Metodologias para Educação Especial e Inclusão	60h
PAP08	Alfabetização II	60h
ESGEI	Estágio: Educação Infantil	100h

6º Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PAP17	Práticas Pedagógicas na Educação Especial e Inclusão	60h
PAP13	Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental	40h
PDE06	Fundamentos e Metodologias para o ensino de História II	40h
PDE12	Música e Educação	40h
PAP12	Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos	60h
PNI02	Pesquisa I	60h
ESGEF	Estágio: Ensino Fundamental- Regular e EJA	100h

7º Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PAP06	Fundamentos e Metodologias para o Ensino Médio	40h
PFG13	Tópicos especiais na Educação do Campo/Quilombola/Indígena	40h
PFG12	Tópicos especiais na Educação a Distância	40h
PNI03	Pesquisa II	60h
PAP01	Fundamentos e Princípios da Gestão da Educação	40h
ESGEM	Estágio: Ensino Médio, na modalidade Normal e Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar	100h

8º Período	Disciplinas Obrigatórias	CH
PAP 09	Gestão e Organização do Trabalho na Educação	60h
PFG09	Política, Estado e Educação	60h
PFG10	Educação das Relações Étnico-Raciais	60h
ESGGT	Estágio: Gestão	100h

ANEXO 2: NÚCLEOS E DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

NÚCLEOS	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
Núcleo de Estudos Básicos	Filosofia da Educação Filosofia e Questões Contemporâneas História da Educação I História da Educação II Sociologia da Educação Antropologia e Educação Psicologia na Educação Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem Educação e Movimentos Sociais Política, Estado e Educação Educação das relações étnico-raciais Tópicos Especiais em educação não formal Tópicos Especiais na educação à distância Tópicos Especiais na educação do campo/Quilombola/Indígena
Diversificação de Estudos	Alfabetização I e II Fundamentos e Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa Fundamentos e Metodologias para o ensino de Matemática I e II Fundamentos e Metodologias para o ensino de História I e II Fundamentos e Metodologias para o ensino de Ciências Naturais I e II Fundamentos e Metodologias para o ensino de Geografia I e II Introdução à literatura Infantil LIBRAS Música e Educação Movimento e Expressão Corporal Arte e Educação Intertextualidades: linguagem verbal e não verbal Tecnologias digitais na educação
Aprofundamento de Estudos	Fundamentos e Princípios da Gestão da Educação Fundamentos e Metodologias para a educação infantil Fundamentos e Metodologias para o ensino fundamental Fundamentos e Metodologias para a educação de jovens e adultos Fundamentos e Metodologias para a educação especial e inclusão Fundamentos e Metodologias para o Ensino Médio Gestão e Organização do trabalho na educação Práticas pedagógicas na ed. Infantil Práticas pedagógicas na ed. Especial e inclusão Práticas pedagógicas na ed. de jovens e adultos Práticas pedagógicas no ensino fundamental Planejamento e Prática Pedagógica Currículo e Educação Avaliação da aprendizagem: questões teóricas e práticas Didática e Práticas Pedagógicas
Estudos Integradores	Introdução à Metodologia da Pesquisa Pesquisa I Pesquisa II Estágio Supervisionado Obrigatório (a partir do 5º. Período)

ANEXO 3 – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS- EMENTAS

PRIMEIRO PERÍODO- Disciplinas Obrigatórias	CH
<u>Filosofia e Educação</u>	
Diálogos entre a filosofia e a educação sob o viés histórico e os interesses temático e metodológico. Especificidades do pensamento filosófico frente à Ciência, Religião e Arte. Modelos de aprendizagem de matriz técnica e filosófica. Investigação de questões e construção de conceitos. Perspectivas epistemológicas, éticas, políticas e estéticas. Filosofia e formação do homem. Cultura e cidadania	60h
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa</u>	
Cultura, língua e linguagem. Signo, texto e discurso. Contribuições da Linguística aplicada ao ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. Norma-padrão e variações linguísticas., considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva	40h
<u>Arte e Educação</u>	
Arte no desenvolvimento da percepção, do conhecimento e da expressão. A linguagem da arte como produtora de sentidos. Dimensão criadora e integradora da arte no processo educativo. Caráter transdisciplinar e multicultural da arte. Fundamentos estéticos e artísticos da educação em arte. Arte na educação escolar. Expressão plástica como linguagem. Imaginação criadora e arte como jogo. Espaço experienciado e espaço gráfico. História e grafismo. Aquisição da linguagem gráfica. O desenho das crianças. Técnica, expressividade e interpretação de imagens. Interação e complementaridade entre as artes. Metodologia tríplice: contextualizar, apreciar e fazer.	40h
<u>Introdução à Metodologia da Pesquisa</u>	
Conhecimentos das técnicas de estudo e pesquisa. As relações do homem com o conhecimento científico e o seu processo de produção. Aspectos lógicos da formulação de um problema relevante da investigação científica: o objeto de estudo.	40h
<u>Didática e Práticas Pedagógicas</u>	
Concepções de educação, conhecimento e sociedade. Tendências da educação brasileira. Didática e prática docente: relações do fazer pedagógico na escola. Trabalho pedagógico e autonomia docente. O curso de Pedagogia: perfil do egresso e do curso. A relação entre o Projeto Político Pedagógico e a Didática. Didática e Práticas Pedagógicas em uma escola inclusiva. Didática e TICs: ação pedagógica que visa formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de construir seu próprio conhecimento em uma sociedade que disponibiliza cada vez mais o acesso à informação	60h
<u>Movimento e Expressão Corporal</u>	
Corpo, movimento e expressão. Aspectos históricos, antropológicos e culturais. O corpo e a relação com o outro. Consciência corporal e identidade. Noção de corporalidade como promotora de presença e de inclusão. Ludicidade.	60h
<u>História da Educação I</u>	
História da educação ocidental. O Egito Antigo e sua africanidade. A educação na antiguidade clássica. A formação da cristandade e do medievo. A filosofia mulçumana do norte da África. O advento da modernidade. A formação do mundo contemporâneo. Concepções e objetivos do estudo da História da Educação. Interrelações entre educação, cultura e cotidiano em diferentes períodos históricos. Mudanças nos processos educacionais: das práticas educativas, das teorias pedagógicas e das organizações do ensino escolar em diferentes contextos e períodos históricos das sociedades ocidentais. O conceito de educação enquanto processo social e a importância da História da Educação para um posicionamento sociopolítico do magistério.	60h

SEGUNDO PERÍODO- Disciplinas Obrigatórias		CH
<u>Antropologia e Educação</u>		
Breve história da Antropologia. O campo de conhecimento da Antropologia Social. Conceitos e noções antropológicas básicas. Cultura, Etnocentrismo e Relativismo Cultural. Antropologia e Educação: condicionantes histórico-culturais. Pesquisa e educação: a contribuição do método etnográfico.		60h
<u>Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa</u>		
Leitura e escrita como atividade de produção de sentidos. As estratégias cognitivas, contextuais e textuais. Expressão escrita e oral em diversos gêneros textuais. Coesão e coerência. Fundamentos básicos da Linguística, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.		40h
<u>História da Educação II</u>		
História da Educação Brasileira. A problemática dos povos originários. A educação colonial jesuítica. As reformas pombalinas e a ilustração. O regime imperial e a formação do Estado Brasileiro. A República Brasileira e suas crises. A educação do negro no Brasil. Os movimentos sociais e a criação da educação moderna brasileira: o escolanovismo e os pioneiros da educação. A luta antirracista na educação. A lenta construção do ensino superior brasileiro. O debate contemporâneo na educação brasileira.		60h
<u>Filosofia e Questões Contemporâneas</u>		
A experiência filosófica. Escolha de questões orientadoras, tais como: “Que tipo de homem se quer formar?”, “qual a direção filosófica a ser apresentada às novas gerações?”, “quais são os descaminhos da educação vigente na civilização Ocidental em geral e no Brasil em particular?” etc. Leitura de autores selecionados, para elaboração do pensamento em torno das perguntas formuladas.		40h
<u>Planejamento e Prática Pedagógica</u>		
Planejamento e gestão do processo de ensino e aprendizagem. Planejamento e planos para diferentes etapas e modalidades do ensino básico. Planos de Ação/atividades para projetos formais e não formais. Planejamento e Plano em uma escola inclusiva. Planejamento de atividades considerando múltiplas e diversas tecnologias de ensino.		40h
<u>Educação e Movimentos Sociais</u>		
A ordem mundial globalizada e as políticas de orientação neoliberal. Histórico dos Movimentos Sociais na luta contra a exclusão. A pedagogia dos movimentos sociais. O papel dos Movimentos Sociais na proposição de um novo paradigma de participação popular e de uma nova cultura política. A democracia no interior da escola.		40h
<u>Tecnologias digitais na educação</u>		
Perspectiva histórica. Cultura digital e formação docente: perspectivas éticas e políticas. Educação, sociedade e tecnologias digitais. <i>Literacia</i> digital. Leitura crítica da mídia massiva. Desafios e possibilidades das redes sociais para a educação. Recursos Educacionais abertos: práticas e políticas públicas. Autoria e <i>remix</i> . APP e gamificação na educação: práticas contextualizadas. Políticas públicas de inclusão digital na educação. Ambientes virtuais de aprendizagem e estratégias pedagógicas.		60h
<u>Psicologia na Educação</u>		
Visão epistemológica da Psicologia. Campos de estudo e de aplicação, métodos de investigação. Bases para o estudo do desenvolvimento humano. Os modelos de desenvolvimento de Sigmund Freud, Henri Wallon, Jean Piaget e Lev Vygotsky.		60h

TERCEIRO PERÍODO- Disciplinas Obrigatórias	CH
<p align="center"><u>Intertextualidades: linguagem verbal e não verbal</u></p> <p>Estudo das linguagens do ponto de vista da Semiótica do Texto. Abordagem interdisciplinar: Língua, Cultura, Arte e Educação, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.</p>	40h
<p align="center"><u>Currículo e Educação</u></p> <p>Currículo e Projeto político pedagógico. Teorias sobre Currículo. Parâmetros, Referenciais, Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais para Educação Básica. Currículo e Tecnologias. Currículo em uma Escola Inclusiva.</p>	40h
<p align="center"><u>Tópicos especiais em educação não formal</u></p> <p>Problematização da educação dita formal, escolarizada. Percepção do fenômeno educativo em suas variantes não formais e informais. Compreensão das especificidades pedagógicas em diferentes ambientes não escolares. Correlação com outros conceitos: transversalidade, educação permanente, cidade educativa, educomunicação, educação em rede, educação inclusiva etc.</p>	40h
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Matemática I</u></p> <p>Números; sistemas de numeração; algoritmos das operações; operações e suas ideias; resolução de problemas como metodologia de ensino, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva. Uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino da matemática.</p>	40h
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias Ensino de Ciências Naturais I</u></p> <p>O homem e seu meio natural. Percepção dos fenômenos naturais e a ciência formalizada. Princípios da Ecologia. Visão harmônica entre homem e ambiente natural. Preservação ambiental e educação. Saúde e meio ambiente. Educação, saúde e fisiologia: aspectos preventivos, orientação sexual, vícios. Estruturas básicas de atenção à saúde.</p>	40h
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Geografia I</u></p> <p>Geografia como ciência: integração entre os diversos ambientes vividos pelo aluno, fornecendo-lhe uma visão mais completa do espaço construído pelo trabalho da humanidade ao longo de um processo histórico. Construção de conceitos-chave a serem desenvolvidos ao longo do curso como: Espaço, paisagem, território, região e lugar. A cartografia como forma de representação espacial na Geografia.</p>	40h
<p align="center"><u>Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem</u></p> <p>A aprendizagem: conceito, segundo diferentes perspectivas teóricas. Teoria de aprendizagem e sua base filosófica. Fatores que influem na aprendizagem. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Desenvolvimento da linguagem. A personalidade sua estrutura e dinâmica. Principais distúrbios mentais, comportamentos atípicos no ambiente escolar.</p>	60h
<p align="center"><u>Sociologia da Educação</u></p> <p>As relações entre sociedade, economia, política e educação. O processo histórico-social como fator de interferência no processo educacional. A educação como processo socializador. O estudo sociológico da escola. Educação e cidadania. Pobreza e escolarização. Analfabetismo e exclusão social. A educação e a comunicação na atualidade.</p>	60h

QUARTO PERÍODO: Disciplinas Obrigatórias		CH
<u>Fundamentos e Metodologias para a Educação Infantil</u>		
A construção social do conceito de infância. História e política do atendimento à criança no Brasil: assistencialismo e educação. As políticas educacionais para a criança de 0 a 6 anos. A legislação brasileira e a educação infantil.		40h
<u>Introdução à literatura Infanto-Juvenil</u>		
A literatura infantil: das fontes orais e populares à afirmação do gênero do séc.XIX e suas transformações até as produções de autores contemporâneos, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.		40h
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Geografia II</u>		
O processo de construção da noção de espaço na criança. A alfabetização cartográfica/espacial/geográfica. O construtivismo e a Teoria sócio-histórica na interface com a aprendizagem geográfica nos Anos Iniciais. Ferramentas tecnológicas no trabalho de campo e na pesquisa virtual. Utilização de <i>softwares</i> para dinamização do conteúdo, para a localização e para o mapeamento do espaço. Uso de registros fotográficos.		40h
<u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de Matemática II</u>		
A história dos números racionais. Os números racionais e suas representações. A metodologia do ensino de frações e recursos didáticos. Operações com decimais e o contexto do dinheiro. O espaço e as relações espaciais na educação infantil. O ensino de geometria nas séries iniciais. A conceituação em Geometria. Identificação e classificação das figuras espaciais e planas. Reconhecimento dos elementos e propriedades das figuras geométricas. Os padrões e instrumentos de medida. Jogos analógicos e digitais, <i>softwares</i> específicos. Os parâmetros para o ensino de geometria articulados à análise de livros didáticos e paradidáticos. Ensino da matemática considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.		40h
<u>Fundamentos e Metodologias Ensino de Ciências Naturais II</u>		
Noções de astronomia. O lugar do homem no universo. Questões relacionadas à expansão do universo. Finitude e infinitude. Borda do universo. Abordagem sobre o Big Bang para levar a compreensão sobre a origem da vida. A genética e seus avanços. Clonagem e transgênicos. Bioética. Reflexões sobre a relação entre o ensino das Ciências e as TICs, especificamente no que condiz ao uso de softwares educacionais como recurso didático.		40h
<u>Avaliação da Aprendizagem: questões teóricas e práticas</u>		
Avaliação: princípios, teorias e práticas. Estudo da avaliação como instrumento para o planejamento e acompanhamento das ações educativas. Procedimentos e instrumentos da avaliação da aprendizagem. O processo de avaliação em uma escola inclusiva.		40h
<u>Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS</u>		
Pensamento e Linguagem. Surdez e bilinguismo; formação da subjetividade da criança surda; inclusão social; o papel da família na educação da criança com necessidades educacionais especiais auditivas. (LIBRAS) Língua Brasileira de Sinais. Formação de docentes de Educação Infantil e Anos Iniciais do EF. LIBRAS e inclusão social do surdo e o seu acesso à cidadania plena. Gramática básica, aspectos linguísticos e símbolos icônicos e classificadores da LIBRAS. Importância das expressões faciais, corporais e dos recursos visuais na comunicação com surdos, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.		60h
<u>Alfabetização I</u>		
Bases epistemológicas da alfabetização: constituição sociocultural e discursiva do sujeito e a interrelação aprendizagem e desenvolvimento, linguagem, pensamento e grafismo; o Construtivismo e a língua escrita como objeto de conhecimento. Questões contemporâneas sobre a alfabetização: relações entre cultura escrita/do escrito e oralidade, letramento e alfabetização e a formação do sujeito-autor leitor e escritor.		60h

QUINTO PERÍODO: Disciplinas Obrigatórias		CH
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias para o ensino de História I</u></p> <p>Ensino-Aprendizagem de História na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação do saber histórico escolar no Brasil a partir da matriz francesa, marcos de mudança (1838, 1895, anos 30, ..., dos Estudos Sociais ao retorno da História) Historiografia sobre a formação da sociedade brasileira, sociedades nativas, “o sentido da colonização” e a escravidão nos períodos colonial e monárquico, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.</p>	40h	
<p align="center"><u>Práticas Pedagógicas na Educação Infantil</u></p> <p>O professor de Educação Infantil. A criança: características e necessidades. A organização do escolas de Educação Infantil e creches: espaço e ambiente. Planejamento, interdisciplinaridade e avaliação na Educação Infantil. Relacionamento com as famílias. Currículo oficial e Projetos Pedagógicos.</p>	40h	
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias para Educação de Jovens e Adultos</u></p> <p>O marco legal da EJA. Políticas públicas para educação de jovens e adultos. A EJA na perspectiva do direito: os movimentos nacionais e internacionais pelo direito à educação para todos e por toda a vida. Os sujeitos da EJA: o jovem, o adulto e o idoso. Educação e trabalho. O PROEJA. O Trabalho como princípio educativo. Pressupostos filosóficos, históricos e antropológicos fundamentais da educação de jovens e adultos, considerando práticas pedagógicas e sociais em uma escola inclusiva.</p>	60h	
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias para o Ensino Fundamental</u></p> <p>Papel social da escola e concepções de ensino e aprendizagem no ensino fundamental. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diretrizes curriculares para a educação básica, etapa do ensino fundamental: relação com plano de Ensino e Plano de aula. O cotidiano escolar dos anos iniciais do ensino fundamental.</p>	40h	
<p align="center"><u>Fundamentos e Metodologias para Educação Especial e Inclusão</u></p> <p>Marcos históricos e legais da Educação Especial (EE). Leis e Legislação, diretrizes curriculares nacionais. Atuação com alunos público-alvo da EE. Estigma. Identidade/Alteridade. Eliminação/minimização de barreiras à aprendizagem e participação. Mediação Pedagógica e de Conflito, sob a perspectiva do pensamento de Vygotsky/Feuerstein, a afetividade de Piaget/Wallon, Freire, dentre outros. Inclusão do sujeito social, acadêmica, profissionalmente e com êxito.</p>	60h	
<p align="center"><u>Alfabetização II</u></p> <p>Histórico da alfabetização no Brasil. Classificação geral dos métodos. Práticas de leitura e escrita na escola e fracasso escolar. Formação e trabalho docente na alfabetização. A literatura e as primeiras experiências leitoras. Bases curriculares nacionais para a alfabetização - Letramento e Alfabetização nas Políticas Públicas de Educação para Crianças, Jovens e Adultos no Brasil.</p>	60h	
ESTÁGIO: EDUCAÇÃO INFANTIL	100h	

SEXTO PERÍODO: Disciplinas Obrigatórias		CH
<u>Práticas Pedagógicas na Educação Especial e Inclusão</u>		
<p>Estudo das terminologias do estigma à deficiência; estudo de diferentes concepções teóricas do desenvolvimento humano e suas implicações nas práticas pedagógicas e metodológicas (Vygotsky/Feuerstein, Piaget/Wallon, Paulo Freire, dentre outros) com respostas educacionais às barreiras à aprendizagem e à participação: altas habilidades, auditiva, física, mental, múltiplas e visual. Planejamento e avaliação para o público-alvo da Educação Especial: construção da leitura e da escrita. Conhecimento, discussão e análise das mudanças na última década do século XX. Reflexão, discussão e análise sobre a aprendizagem e a inclusão e suas práticas; Instrumentalização dos futuros docentes, que atuarão em todas as fases do desenvolvimento, com conhecimentos sobre a pessoa com deficiência; e Questões contemporâneas do desenvolvimento humano e suas implicações no cotidiano do indivíduo com deficiência, eliminando/minimizando as barreiras à aprendizagem e participação. Mediação, Aprendizagem, Desenvolvimento e Inclusão.</p>	60h	
<u>Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental</u>		
<p>Organização do trabalho pedagógico com base nas demandas dos alunos em uma perspectiva de Inclusão em Educação. Propostas educacionais e práticas pedagógicas: o cotidiano das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. Planejamentos e planos de aula para os anos iniciais do ensino fundamental. Relação entre professores e alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Currículo, multiculturalidade e práticas pedagógica.</p>	40h	
<u>Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos</u>		
<p>A alfabetização de adultos: fundamentos teóricos-metodológicos. Educação de jovens e adultos na modalidade a distância. O ENCCEJA. O planejamento na EJA. O currículo na EJA. Informática e a educação de jovens e adultos; Recursos de informática e o ensino.</p>	40h	
<u>Fundamentos e Metodologias de História II</u>		
<p>A formação do cidadão brasileiro da monarquia às repúblicas. Ensino-Aprendizagem de História na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de eixos temáticos. A construção do conhecimento histórico em sala de aula através de diferentes tipos de documentos (escritos, iconográficos, memórias) e respectivas metodologias. O ensino da história na era da informática. Recursos multimídias, acesso a programas, bancos de dados e referências bibliográficas e iconográficas.</p>	40h	
<u>Música e Educação</u>		
<p>Música, linguagem e poesia. Funções sociais da música. Campos musicais populares e eruditos. Integração social através da música. Desenvolvimento infantil com recursos musicais: motricidade, cognição, fabulação e criatividade.</p>	40h	
<u>Pesquisa I</u>		
<p>A estruturação e construção de projetos de pesquisa, para trabalho de conclusão de curso (TCC), fundamentada em investigações bibliográficas. As múltiplas possibilidades de Trabalho de Conclusão de Curso: monografia; artigo (Ver regulamento de TCC). Considerações sobre a relevância do conteúdo e da decisão metodológica na construção de projetos de pesquisa.</p>	60 h	
ESTÁGIO: ENSINO FUNDAMENTAL- REGULAR E EJA		100h

SÉTIMO PERÍODO: Disciplinas Obrigatórias		CH
<u>Fundamentos e Metodologias para o Ensino Médio</u>		
Ensino Médio: histórico, finalidade e identidade. Estudantes do Ensino Médio, organização da etapa e desenvolvimento do currículo. Projeto político-pedagógico e orientações para o oferecimento do Ensino Médio pelos sistemas de ensino. A Base Nacional Comum Curricular. Possibilidades de atuação do Pedagogo no Ensino Médio.		40h
<u>Tópicos especiais na Educação do Campo/Quilombola/Indígena</u>		
Escola de campo, quilombola e indígena, enquanto modalidade da educação básica brasileira com formas específicas de organização metodológica e de gestão das escolas; relação orgânica entre os meios de vida comunitário e escolar: a Pedagogia da Alternância em diálogo com a realidade camponesa, indígena e quilombola; políticas públicas: garantia da igualdade como princípio e o reconhecimento da diferença como valor. As políticas de inclusão, de ações afirmativas, de diversidade e de diferença, e os movimentos sociais contemporâneos de cunho identitário.		40h
<u>Tópicos especiais na Educação a Distância</u>		
Educação a Distância: políticas para formação de professores. Educação a distância, educação on-line e ensino híbrido (semipresencial ou <i>blended learning</i>). Adoção de recursos <i>on-line</i> como apoio ao ensino presencial. Principais Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA): Moodle, AulaNet, Google Classroom, e-proinfo e TelEduc. Universidade Aberta do Brasil: política de democratização X massificação? Produção de materiais didáticos para EaD. Interatividade. Docência partilhada: os principais perfis docentes no planejamento, implementação e gestão de cursos. Perfil do aluno da EaD: autonomia e adesão ao curso.		40h
<u>Fundamentos e Princípios da Gestão da Educação</u>		
A organização do ensino no Brasil: determinantes históricos, estruturais e conjunturais da gestão da educação. O sistema educacional brasileiro: organização e funcionamento nos aspectos filosóficos, políticos, normativos, administrativos e técnico-pedagógicos. A gestão da escola pública, sua trajetória e perspectivas.		40h
<u>Pesquisa II</u>		
Acompanhamento da elaboração do projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso, sob supervisão do Orientador de TCC. Normas técnicas de apresentação de trabalhos monográficos e científicos: ABNT		60h
ESTÁGIO: ENSINO MÉDIO, NA MODALIDADE NORMAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR		100h

OITAVO PERÍODO: Disciplinas Pedagógicas		CH
<p align="center"><u>Gestão e Organização do Trabalho na Educação</u></p> <p>A gestão da educação e da escola e a formação dos gestores. O papel do gestor escolar: importância, perfil e qualificação. Princípios da Supervisão, Orientação e Administração Educacional. Órgãos colegiados da escola: papel, composição e atuação. A gestão da escola como processo coletivo e o planejamento participativo. A organização e a dinâmica da escola: projeto político-pedagógico, regimento escolar, plano da direção. Planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico. Ética no exercício profissional.</p>	60h	
<p align="center"><u>Política, Estado e Educação</u></p> <p>Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas Educacionais. Estado e educação. Políticas educacionais e legislação do ensino: educação básica e educação superior. Educação e cidadania, o papel político e social da escola. O espaço público e o controle social em educação. Políticas de Formação de Professores</p>	60h	
<p align="center"><u>Educação das Relações Étnico-Raciais</u></p> <p>Analisar e refletir sobre o lugar dos conceitos: etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença, decolonialidade para a construção da educação antirracista, nos currículos e nas ações afirmativas e políticas nacionais para a promoção da inclusão. O processo e a dinâmica de relações étnico-raciais equânimes e horizontais.</p>	60h	
ESTÁGIO: GESTÃO	100h	

ANEXO 4: DISCIPLINAS OPTATIVAS: EMENTAS

Disciplinas Optativas	CH
<p><u>Fundamentos históricos e legais da educação de jovens e adultos</u></p> <p>Direitos Humanos e Educação enquanto direito humano fundamental. Contexto histórico e marcos legais de afirmação/negação do direito humano de pessoas jovens e adultas à educação. Os movimentos nacionais e internacionais pelo direito à educação para todos e por toda a vida. A trajetória de marginalidade da EJA no cenário educativo nacional. A identidade e a constituição histórica da EJA como política pública.</p>	60
<p><u>Culturas, políticas e práticas em inclusão</u></p> <p>Conceituar Culturas, Políticas e Práticas em Inclusão a partir do exame detalhado da escola e de como as barreiras à aprendizagem e participação devem ser reduzidas para qualquer estudante, de qualquer idade, gênero, etnia, religião, status, deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos gerais do desenvolvimento, entre outros.</p>	40
<p><u>Educação de jovens e adultos no sistema prisional</u></p> <p>Educação e Sistema Prisional. Contexto social brasileiro atual. Princípios e práticas da Pedagogia em espaços educativos do sistema prisional. Pedagogia como ciência da educação e sua aplicabilidade em vários espaços. Os direitos humanos em um contexto universal.</p>	40
<p><u>Prática musical</u></p> <p>O professor pedagogo e as atividades musicais no âmbito escolar. Pedagogias musicais voltadas para pedagogos.</p>	40
<p><u>Projetos em educação não formal</u></p> <p>A partir da problematização da educação dita formal, escolarizada; da correlação com outros conceitos, tais como a desescolarização, a transversalização dos saberes, a educação permanente, a cidade educativa etc.; e da percepção do fenômeno educativo em suas variantes não formais e informais, acesso e elaboração de projetos pedagógicos, correlatos a uma das diversas modalidades de trabalho docente em espaços sociais, culturais, empresariais e hospitalares, incluindo as educações domiciliar, prisional, profissionalizante, patrimonial, comunitária, midiática etc.</p>	40
<p><u>Educação de jovens e adultos na perspectiva da inclusão social</u></p> <p>Princípios éticos norteadores de uma educação inclusiva. Políticas públicas que parametrizam o desenvolvimento inclusivo da EJA. Educação Ambiental e EJA. Gênero e Diversidade sexual na EJA. Diversidade Sociocultural na EJA.</p>	40

<p align="center"><u>Laboratório pedagógico: diversidade, gênero, cultura e meio ambiente</u></p> <p>Compreensão das tensões e conflitos de diversidade cultural e gênero no processo formativo de docentes. Percepção da necessidade de ampliar os canais de diálogo das particularidades pedagógicas e as demandas sociais e culturais na atualidade.</p>	40
<p align="center"><u>O pedagogo na função de inspeção escolar</u></p> <p>A Inspeção Escolar no atual contexto educacional brasileiro. A formação do Pedagogo e o trabalho do Pedagogo na função de Inspeção Escolar diante dos paradigmas epistemológicos da Pedagogia. Estrutura e funcionamento da educação básica e do ensino superior. Organização dos sistemas de ensino. Competências administrativas, técnicas, políticas e pedagógicas para o exercício das funções de Inspeção Escolar.</p>	40
<p align="center"><u>Recursos pedagógicos em libras</u></p> <p>Definição de procedimentos metodológicos, de conteúdos e de atividades para a elaboração de materiais didático-pedagógicos em Libras para surdos. A Língua Brasileira de Sinais e outras diferentes formas de comunicação que tenham como objetivo a inclusão social do surdo e o seu acesso à cidadania plena. Visualidade – desenvolvimento da percepção visual do conhecimento e de expressão. Sendo a Libras como produtora de sentidos, dimensão criadora e inclusiva do uso da Libras no processo educativo. Estratégias de ensino que envolve o uso da Língua de Sinais e da língua portuguesa no processo de letramento de alunos surdos. Noções básicas sobre os aspectos de lexical, morfológico, sintaxe e culturais da Libras, a partir de vivências interativas nesta língua, para orientação de uma prática pedagógica bilíngue. Classificadores da Língua de Sinais. Importância das expressões faciais, corporais e dos recursos visuais na comunicação com surdos. Produção e Compreensão de Sinais com enriquecimento do vocabulário em Libras.</p>	40
<p align="center"><u>Tópicos especiais de legislação educacional brasileira: educação básica</u></p> <p>Dispositivos referentes à educação na constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei do FUNDEB, o Plano Nacional de Educação, Educação especial, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular.</p>	40
<p align="center"><u>Mediação escolar em educação inclusiva</u></p> <p>Introdução à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Questões éticas. Público-alvo da Educação Especial. Estratégias pedagógicas. Atendimento às especificidades.</p>	40
<p align="center"><u>Educação e relações raciais na formação docente</u></p> <p>Representação e formação docente no contexto das relações étnico-raciais; A Lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais.</p>	40
<p align="center"><u>Dificuldades de aprendizagem e tgd</u></p>	40

Caracterização e histórico das dificuldades de aprendizagem (DA) e transtornos gerais do desenvolvimento (TGD). Intervenções pedagógicas e institucionais em alunos com DA e TGD. Etiologia através de estudos de caso. Contribuições através das diferentes correntes pedagógicas.	
<p style="text-align: center;"><u>Educação à distância</u></p> <p>Ambiente virtual de aprendizagem centrado na atividade do aluno e na importância da interação social. Novas formas de ensino on line e estratégias colaborativas através da utilização da internet. Espaço de colaboração on line que possibilita a construção coletiva do conhecimento. Desenvolvimento de novas competências, como capacidade de inovar, adaptabilidade, criatividade, autonomia, comunicação. Figura do professor tutor como um facilitador e mediador da aprendizagem. Ações da tutoria, conteudistas e <i>webdesigners</i>. Tecnologia apoiada em conjuntos de atividades com interesse didático e pedagógico específicos.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Informática na educação de jovens e adultos</u></p> <p>Informática e a educação de jovens e adultos; Recursos de informática e o ensino.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Arte, movimento e inclusão</u></p> <p>Interdisciplinaridade na e pela Arte e Inclusão.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>A lógica no cotidiano escolar</u></p> <p>Os objetivos de se desenvolver o raciocínio lógico. A formalização da lógica sentencial. O conceito de Lógica e o cotidiano escolar. Jogos e atividades lógicas.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Neurociência e neuropsicologia aplicadas à saúde e educação</u></p> <p>Introdução a neuropsicologia, aspectos históricos; Objetivos da neuropsicologia contemporânea; Neurociências: abordagens à investigação do sistema nervoso; Revisão das principais estruturas cerebrais e suas funções; Tipos de lesão cerebral;- Descrição dos Lobos Cerebrais, funções e disfunções; Neuropsicologia da percepção e seus aspectos cerebrais e clínicos; Análise da neuropsicologia dos movimentos voluntários; Equilíbrio. Motricidade, tônus muscular e postura; Neuropsicologia da linguagem, principais distúrbios; Memória e Inteligência; Plasticidade neuronal; Distúrbios de aprendizagem; Gerontologia e psicopedagogia; Aspectos quantitativos e qualitativos, técnicas de avaliação e aplicação da neuropsicologia à psicopedagoga.</p>	60
<p style="text-align: center;"><u>Como analisar filmes em sala de aula</u></p> <p>Introdução ao estudo da análise filmica voltada para o trabalho na educação básica a partir de filmografia relacionada a importantes contribuições para a linguagem cinematográfica.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Jogos e brincadeiras</u></p> <p>Jogo, brinquedo e brincadeira. O lúdico e o processo cognitivo. O jogo simbólico. O jogo de regras. O desenvolvimento, a cooperação, a socialização e a ludicidade. As construções sociais e as brincadeiras. As brincadeiras livres, as tradicionais, as cantadas. As habilidades ou competências nos projetos lúdicos interdisciplinares. Os jogos, as brincadeiras e atividades lúdicas na construção do conhecimento matemático.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Literaturas africanas de expressão portuguesa</u></p>	40

<p>Fundação e desenvolvimento das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Oralidade e ensino de língua portuguesa. O século XIX e a imprensa. O século XX e os marcos da renovação das letras africanas. A literatura pós-colonial. Tendências contemporâneas.</p>	
<p style="text-align: center;">Cinema e educação em debate</p> <p>A dimensão pedagógica da linguagem cinematográfica na construção da leitura e compreensão da realidade. O cinema como estratégia de motivação e incitação a uma prática reflexiva necessária para temas sociais, culturais e pedagógicos que permeiam a formação de professores e sua prática docente.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Produção artesanal de recursos didáticos</u></p> <p>Análise de diferentes recursos didáticos e suas linguagens, objetivando utilizá-los como ferramentas facilitadoras e enriquecedoras do processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Critérios para a seleção e a utilização de recursos didáticos nas diversas situações pedagógicas. Produção artesanal de materiais didáticos.</p>	20
<p style="text-align: center;"><u>Apreciação musical</u></p> <p>A prática musical em diversas tradições no Brasil e no mundo.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Educação e sexualidade</u></p> <p>Diversidade. Gênero. Orientação Sexual. Homofobia e Heterossexismo. Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais. Espaços Formais de Educação Sexual na Escola.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Educadores brasileiros</u></p> <p>Abordar a contribuição filosófica e a intervenção prática de educadores brasileiros, no campo da educação escolar, pode oportunizar a reflexão teórico-prática de novas gerações de educadores, que estão engajados ou ainda se lançarão ao trabalho pedagógico em sistemas e unidades de ensino dotado de historicidade própria, com base em uma determinada política educacional e no conjunto de ações que lhes dá corpo e identidade.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Aspectos biopsicossociais do ser</u></p> <p>Conceitos de cultura e Contracultura. Conceitos essenciais da formação do ser integral. Técnicas de respiração, movimentações corporal e espacial. Conhecimentos de terapêutica holística.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Praticando Ciências – experimentoteca</u></p> <p>Introdução de práticas na área das Ciências Biológicas no curso da Pedagogia como: Noções de Microscopia, preparo de material destinado às atividades laboratoriais. Produção de material didático.</p> <p>O uso de laboratório como meio de pesquisa para implementação de práticas de Ciência, visam aspectos cognitivos e psicomotores da aprendizagem. A construção em si de um olhar humanizado e significativo sobre o experimentar Ciências, habilitando-se a atender às diferentes demandas infantis, à pesquisa científica e a própria formação profissional. O experimento é ponto de partida para desenvolver a compreensão de conceitos, permitir que o professor perceba que as aulas demonstrativas são um importante recurso. A</p>	40

<p>atividade prática demonstrativa implica a ideia da existência de verdades definidas e formuladas em leis já comprovadas, isto é, de uma ciência de realidade imutável. Por outro lado, a atividade prática, como resolução de problemas e comprovação de hipóteses, pode trazer uma concepção de ciências diferente, como interpretação da realidade, de maneira que as teorias e hipóteses são consideradas explicações provisórias. Nessa perspectiva, a prática experimental mostra novos horizontes na prática docente. Demonstrando que os experimentos contribuem para formar sujeitos críticos e atuantes, por meio de conteúdos que ampliem seu entendimento acerca do objeto de estudo – o fenômeno Vida – em sua complexidade de relação.</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Desafios da escrita I e II</u></p> <p>Redação de textos nos três modos de organização do discurso. Identificação de procedimentos sintáticos e estilísticos na composição do texto. Correção de principais tipos de vícios de linguagem. Elaboração de textos técnicos.</p>	20
<p style="text-align: center;"><u>Fotografia e história</u></p> <p>A disciplina apresenta e discute o uso da fotografia como objeto e fonte para construção do conhecimento histórico da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), explora outras possibilidades de seus usos didáticos em História e campos de conhecimento afins e oferece subsídios para a discussão de fotografias dos subprojetos do PROMEMO (Projeto Memória da Formação de Professores no Instituto de Educação: Da Escola Normal à História Imediata)-ISERJ.</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Despertando para a matemática</u></p> <p>Teoria dos números. Introdução à linguagem matemática. Indução. Divisibilidade. Algoritmo da divisão. M.D.C. e M.M.C. Algoritmo de Euclides. Números primos.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Educação popular numa perspectiva marxista</u></p> <p>Problematização do conceito de educação popular. Estudo teórico-conceitual da formação burguesa. Origem das classes. Categorias marxianas como análise crítica da economia política. Educação como desigualdade. educação além do capital. Justificativa: O panorama mundial da economia assente na financeirização monetária e apresentado como globalização, impõe modelos educacionais que reproduzem o metabolismo social do capital. Neste cenário as desigualdades se acentuam, com enorme reflexo sobre a educação. Situação que exigirá dos futuros educadores e educadores, comprometidos com a transformação do ensino, uma práxis revolucionária e emancipatória em favor das classes populares.</p>	20
<p style="text-align: center;"><u>Materiais concretos no ensino de matemática</u></p> <p>Classificação. Ordenação. Sistemas de Numeração. Operações e suas ideias. Os números racionais e suas representações. A metodologia do ensino de frações. Operações com decimais e o contexto do dinheiro. O ensino de geometria nas séries iniciais. Identificação e classificação das figuras espaciais e planas. Reconhecimento dos elementos e propriedades das figuras geométricas.</p>	20

<p style="text-align: center;"><u>Práticas de leitura e escrita na perspectiva discursiva</u></p> <p>O conceito de gênero discursivo: da esfera social para o debate acadêmico-científico e a sala de aula. Enunciação, enunciado e dialogismo. A concepção de linguagem de base sociológica e o trabalho com os gêneros discursivos. O caráter artificial de ensino e aprendizagem dos gêneros na escola. O ser/fazer da escola e do professor a constituição sociocultural do poder argumentativo e inferencial da criança a (não) evolução linguística e cognitiva do aluno. O jogo da enunciação em sala de aula e a metamorfose das palavras na infância. Gêneros discursivos, responsividade docente e discente.</p>	20
<p style="text-align: center;"><u>Cinema e educação em debate</u></p> <p>A dimensão pedagógica da linguagem cinematográfica na construção da leitura e compreensão da realidade. O cinema como estratégia de motivação e incitação a uma prática reflexiva necessária para temas sociais, culturais e pedagógicos que permeiam a formação de professores e sua prática docente.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Formação interdisciplinar de recursos humanos para diferentes metodologias e inclusão</u></p> <p>Esta ementa visa complementar as disciplinas obrigatórias Fundamentos e Metodologias para a Educação Especial (EE) e Inclusão; Práticas Pedagógicas e Metodológicas para a Educação Especial e Inclusão; e a disciplina optativa Culturas Políticas e Práticas em Inclusão. Ênfase nas diferentes concepções teóricas do desenvolvimento humano e suas implicações nas práticas pedagógicas e metodológicas (Vygotsky/Feuerstein, Piaget/Wallon, Paulo Freire, dentre outros) com respostas educacionais às barreiras à aprendizagem e à participação para além do público-alvo da EE: pessoas com deficiências, transtornos e altas habilidades/superdotação; e demais marcadores sociais: gênero, etário, mal formações congênitas provenientes de epidemias virais e iatrogênicas, refugiados, dentre outros. Planejamento e avaliação para este grupo supra: construção da leitura e da escrita. Reflexão, discussão e análise sobre a aprendizagem, a inclusão e suas práticas. Instrumentalização dos futuros docentes, que atuarão em todas as fases do desenvolvimento, com conhecimentos sobre aquelas pessoa. Questões contemporâneas do desenvolvimento humano e suas implicações no cotidiano daqueles indivíduos, eliminando/minimizando as barreiras à aprendizagem e participação. Mediação, Aprendizagem, Desenvolvimento e Inclusão.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>O uso dos multimídias no processo educacional</u></p> <p>Teoria e prática do uso de linguagens e tecnologias multimídia no processo educacional.</p>	20
<p style="text-align: center;"><u>Produção cultural de material didático em libras</u></p> <p>Definição de procedimentos metodológicos, de conteúdos e de atividades para a elaboração de materiais didático-pedagógicos em Libras para surdos. A Língua Brasileira de Sinais e outras diferentes formas de comunicação que tenham como objetivo a inclusão social do surdo e o seu acesso à cidadania plena. Visualidade – desenvolvimento da percepção visual do conhecimento e de expressão. Sendo a Libras como produtora de sentidos, dimensão criadora e inclusiva do uso da Libras no processo educativo. Estratégias de ensino que envolvem o uso da Língua de Sinais e da língua portuguesa no processo de letramento de alunos surdos.</p>	40

<p>Noções básicas sobre os aspectos de lexical, morfológico, sintaxe e culturais da Libras, a partir de vivências interativas nesta língua, para orientação de uma prática pedagógica bilíngue.</p> <p>Classificadores da Língua de Sinais. Importância das expressões faciais, corporais e dos recursos visuais na comunicação com surdos.</p> <p>Produção e Compreensão de Sinais com enriquecimento do vocabulário em Libras.</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Poesia na escola: trabalhando o texto poético no ensino fundamental</u></p> <p>A conceituação de leitura através do texto poético. A contribuição do poema como um jogo estético para a formação do público leitor no Ensino Fundamental. A importância da poesia folclórica e da lírica no trabalho com o leitor. O texto poético na obra de vários autores, visando sua análise e aplicabilidade na prática do docente do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais.</p>	40
<p style="text-align: center;"><u>Desafios da Escrita III</u></p> <p>O exercício de vários aspectos que oferecem dificuldade no uso da língua escrita. Exploração e emprego de vocábulos, expressões e estruturas oracionais em textos de crescente dificuldade. O uso da língua em diversidade textual pertinente com os objetivos do curso e as necessidades do alunado.</p>	20
<p style="text-align: center;"><u>Alfabetização, Currículo e Discurso</u></p> <p>Estudos da linguagem: Teoria da Enunciação e Teoria Histórico-cultural. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. Concepções de currículo e suas relações com a alfabetização. Alfabetização, linguagem e discurso. Alfabetização como processo discursivo: perspectivas teórico-metodológicas.</p>	40h
<p style="text-align: center;"><u>Educação Integral Do Ser</u></p> <p>Este estudo propõe o conhecimento dos fundamentos da Educação Integral e dos princípios do Sistema Livre Progresso, propostos pelos educadores Aurobindo Ghose e Mirra Alfassa, como instrumento de reflexão sobre a formação docente e discente. Parte-se do pressuposto de que a educação formal atual vem se concentrando no desenvolvimento cognitivo e intelectual dos alunos, deixando lacunas em relação aos outros aspectos da formação humana. A importância do ser humano ser compreendido nas suas múltiplas dimensões. A formação docente e discente precisa ser repensada a partir desta compreensão mais ampla do ser humano, através do reconhecimento da sua profundidade e complexidade. A presença humana deve ser valorizada como algo original e singular, e suas potencialidades serem bem aproveitadas através de uma proposta de desenvolvimento integral. O aprofundamento e a divulgação deste estudo visam oportunizar o conhecimento dos professores em relação à constituição do seu próprio ser e, através deste processo de autoconhecimento, facilitar as interações sociais com os alunos.</p>	40h
<p style="text-align: center;"><u>Temas de Saúde Escolar, num Diálogo Interdisciplinar</u></p> <p>Escola e Promoção de saúde. Prevenção em Saúde Escolar: Desempenho físico, alimentação saudável. A creche – importância, cuidados e gerenciamento. Comportamentos disfuncionais do pré-escolar. Doenças da primeira infância. Vacinação: importância e campanhas de vacinação. Questões Otorrinolaringológicas e Fonoaudiológicas que interferem na Aprendizagem. Dificuldades e Distúrbios (Dislexia, TDA-H). A Doença Crônica e medicação na escola. Bullying e seus desdobramentos.</p>	40h

<p>Atenção Primordial: estruturando o ser. Conflito entre pares, mediação escolar, Justiça Restaurativa e Cultura de Paz. Tópicos da NEUROPSICOLOGIA, orientações ao professor e família. AUTISMOS – questões atuais.</p>	
<p style="text-align: center;"><u>Games na Educação</u></p> <p>A disciplina apresenta os Games e a cultura maker, como recursos aplicados à educação, em contextos de uso de Games comerciais e também de produção de Games Educativos, no cotidiano escolar. A Gamificação, ou seja, a utilização de Games como metodologia ativa, também é abordada. Os conteúdos são desenvolvidos por meio de atividades teóricas e práticas, promovendo reflexões e a construção de práticas pedagógicas inovadoras.</p>	60h
<p style="text-align: center;"><u>O Método Natural de Alfabetização de Heloísa Marinho</u></p> <p>A disciplina apresenta o Método Natural de Alfabetização da Professora Heloísa Marinho (1903 – 1994), elaborado através de décadas de estudos e pesquisas realizadas no Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro – ISERJ, com crianças e com professores. O legado deixado pela Professora Heloísa Marinho é resgatado, ao abordarmos sua biografia e principais contribuições para a Educação no Brasil do século XX. São abordados os aspectos filosóficos e teóricos que fundamentam o Método, assim como as atividades práticas de leitura e de escrita que também o compõem, possibilitando reflexões sobre as contribuições do Método Natural para a História da Alfabetização no Brasil e no próprio ISERJ.</p>	60h
<p style="text-align: center;"><u>Fundamentos de Sistemas de Informação para Educação</u></p> <p>Conceitos básicos de sistemas de informação e tecnologia de informação. Componentes de um sistema de informação (SI). Recursos de um SI. As principais funções e aplicações dos SI nas organizações modernas. Os tipos de Sistemas de Informação (SIG, SAD, EIS etc.) para educação. Os desafios de novas tecnologias. Fundamentos das tecnologias de inteligência artificial (IA) nos negócios. Os sistemas de comércio eletrônico e sua aplicação. A infraestrutura de apoio aos Sistemas de Informação.</p>	60h
<p style="text-align: center;"><u>Orientação Educacional</u></p> <p>Fundamentos e princípios da Orientação Educacional. A orientação educacional diante dos aspectos biopsicossociais da escolarização e suas interfaces com as áreas da Saúde, da Psicologia e do Serviço Social. A orientação educacional diante dos alunos com problemas na aprendizagem. Uma orientação educacional inovadora voltada para a construção do Ser Humano Integral: introdução aos estudos sobre a Pedagogia Waldorf e a Simbólica Junguiana.</p>	40h

ANEXO 5

MATRÍCULAS POR CURSO, POR TURNO E POR TURMA (PERÍODO)

	PEDAGOGIA			TOTAL
	M	T	N	
1º período	44	41	58	143
2º período	30	26	32	88
3º período	24	16	25	65
4º período	20	16	23	59
5º período	27	25	54	106
6º período	17	12	41	70
7º período	27	23	48	98
8º período	76	52	126	254
TOTAL				883 alunos

Fonte: Secretaria Acadêmica da Educação Superior (24/junho/2022)

ANEXO 06 - CORPO DOCENTE

PERFIL DO CORPO DOCENTE- 2022.1

(Professores efetivos do curso/ministram disciplinas no período)

Titulação	Total	%
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	04	9,30%
Pós-graduação <i>Stricto Sensu- Mestrado</i>	16	37,21%
Pós-graduação <i>Stricto Sensu- Doutorado</i>	23	53,49%
Total	43	100%

Titulação- agrupamento de nível de titulação	Total	%
Pós- Graduação <i>Stricto Sensu (mestrado e doutorado)</i>	39	90,70%
Pós- Graduação <i>Lato Sensu</i>	04	9,30%

Considerando os indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, previstos no Instrumental de Avaliação para ato regulatório de Reconhecimento (2017) observamos que o curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro: 90,70% dos docentes que atuam na graduação possui pós-graduação *stricto sensu (Mestrado e Doutorado)*;

ANEXO 7- Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar

A Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar se configura como um dos campos de estágio, conforme a **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006** que *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura*

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da DOCÊNCIA na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

Dois documentos organizam a área técnica de nível médio: RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Neste documento, denomina-se de Eixo Desenvolvimento Educacional e Social e compreende os cursos:

- Técnico em Alimentação Escolar;
- Técnico em Biblioteconomia;
- Técnico em Infraestrutura Escolar;
- Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza;
- Técnico em Ludoteca;
- Técnico em Multimeios Didáticos;
- Técnico em Orientação Comunitária;
- Técnico em Secretaria Escolar;
- Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngues em Libras/Língua Portuguesa;
- Técnico em Tradução e Interpretação de Libras,

O eixo tecnológico de DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas. Abrange:

- Planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas;
- Construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios;
- Respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social;
- Integração de indivíduos na sociedade;
- Melhoria de qualidade de vida.

A área de serviços e de apoio escolar tem como característica: Fornecer suporte administrativo-pedagógico nas escolas de Educação Básica, tais com: Secretarias escolares; Laboratórios; Instalações esportivas; Hortas; Alimentação escolar; Multimeios didáticos; Infraestrutura material e ambiental; e outros ambientes requeridos pelas diversas modalidades de ensino.

São competências profissionais gerais do técnico da área:

- Identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea;
- Assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir do estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento educação escolar;
- Identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- Reconhecer e constituir identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- Cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- Formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- Dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
- Coletar, organizar e analisar dados referentes à secretaria escolar, à alimentação escolar, à operação de multimeios didáticos e à manutenção da infraestrutura material e ambiental;

- Redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais, para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

ANEXO 8: QUADRO DESCRITIVO- ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADE	HORAS*
Participação em Grupos de Estudo ou de Trabalho institucionais/ISERJ (GT)	02 horas semanais
Participação em Grupo/Projeto de Pesquisa: programa de Iniciação Científica	02 horas semanais
Participação em Programa de Extensão Institucional	02 horas semanais
Participação em Programa de Monitoria Institucional	02 horas semanais
Participação em Curso/Atividades em EaD	02 horas semanais
Participação em Cursos complementares a formação/Perfil do egresso da Pedagogia	02 horas semanais
Trabalho de conclusão de curso: ouvinte	01 hora por TCC
Oficina/Curso: Ouvinte	03 horas por oficina/curso
Oficina/Curso: Participante/Mediador	03 horas por oficina/curso
Oficina/Curso: Ministrante	03 horas por oficina/curso
Seminário/Palestra: Ouvinte	02 horas por seminário
Seminário/Palestra: Participante/Mediador	02 horas por seminário
Seminário/Palestra: Organizador	04 horas por seminário
Congresso/ Encontro/ Jornada/ Colóquio/ Simpósio: PALESTRANTE	02 horas por atividade diferenciada
Congresso/ Encontro/ Jornada/ Colóquio/ Simpósio: PARTICIPANTE/MEDIADOR	02 horas por atividade diferenciada
Congresso/ Encontro/ Jornada/ Colóquio/ Simpósio: ORGANIZADOR	03 horas por atividade diferenciada
Conferência: OUVINTE	02 horas por cada atividade diferenciada
Conferência: PARTICIPANTE/MEDIADOR	02 horas por cada atividade diferenciada
Conferência: Organizador	04 horas por cada atividade diferenciada
Exposição/Evento cultural: <u>Constituinte da carga horária de disciplinas do curso de Pedagogia.</u>	02 horas por cada atividade
Exposição/Evento Cultural: <u>Não relacionado a carga horária/disciplinas do curso de Pedagogia</u>	03 horas por cada atividade
Visita orientada <u>como parte de atividades profissionais/docentes</u> : organização, supervisão de visita de alunos; cinema, teatro, circo, evento cultural, entre outros	04 horas por cada atividade

Participação efetiva em movimentos sociais, sindical, filantrópico, voluntariado	03 horas por cada atividade diferenciada
Representante de turma/ Membro do Centro Acadêmico/ Participação em reunião de Conselhos Institucionais.	02 horas por cada atividade diferenciada
Participação (diversas linguagens e outras tecnologias): cinema, teatro, circo, evento cultural, entre outros;	02 horas por cada atividade diferenciada
Produções textuais, audiovisuais e outras de interesse acadêmico, publicadas em meios eletrônicos ou impressos	03 horas por cada atividade diferenciada
Participação em Excursões Acadêmicas Institucionais	06 horas por cada atividade
Participação na mídia (cessão ou realização de entrevistas)/ construção ou alimentação de blog.	02 horas por cada atividade diferenciada

ANEXO 9– LINHAS E GRUPOS DE PESQUISA INSTITUCIONAL

LINHA DE PESQUISA INSTITUCIONAL

FORMAÇÃO DOCENTE- história, memória e práticas pedagógicas.

Grupos de Pesquisa cadastrados na Base de dados do Diretório do CNPq

- 1. Identidade e Formação Docente**
- 2. Formação de Professores e Tecnologias: GRUPO FORPROTEC**
- 3. Projeto Memória da formação de professores no Instituto de Educação da origem como Escola Normal à História Imediata (não cadastrado no CNPq, desenvolvido desde 2001, implementado em 2006 com auxílio da FAPERJ)**

LINHA DE PESQUISA INSTITUCIONAL

DIVERSIDADE E CULTURA

Grupos de Pesquisa cadastrados na Base de dados do Diretório do CNPq

- 1. Aprender nas ruas: cidade como lugar de educação;**
- 2. Corpo, multiculturalismo e diversidade.**

GRUPO FORPROTEC: Endereço para acessar o espelho do grupo:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9718259117617341>

Para acessar o AVA/ISERJ utilize o link: <http://iserj.net/ava/>

Site do grupo: <https://avmafra.wixsite.com/forprotec>

ANEXO 10- AÇÕES DE EXTENSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Ações de Extensão do Grupo de Pesquisa FORPROTEC/CNPq:

I - Título do projeto: Autoria docente para Educação a distância

O projeto é: fruto das produções de minicursos à distância dos alunos do curso de Pedagogia. Em andamento.

Nome dos participantes: professora Keite Melo e alunos da disciplina eletiva Design Didático para cursos a distância.

Justificativa: Com a finalidade de aproximar a formação do futuro Pedagogo/professor à autoria da/na modalidade da Educação a distância (EaD), busca-se por meio da referida disciplina eletiva, estimular esses licenciandos a autorizarem-se quanto à produção e *design* de uma formação continuada para docentes, por meio da criação de minicursos para EaD.

Objetivos:

- Propiciar aos licenciandos do curso de Pedagogia, a autoria e *design* de um curso de formação continuada para professores;
- Aproximar os licenciandos aos recursos do *Moodle*, de acordo com sua intencionalidade pedagógica, enquanto autor de cursos;
- Estimular a autonomia dis/docente na e para modalidade EaD;
- Propiciar a avaliação entre pares, com recomendações pertinentes ao planejamento inicial do referido minicurso.

Recursos utilizados: laboratório de informática com pelo menos 15 máquinas com conexão estável, data show ou TV e hospedagem para o ambiente *Moodle*.

Abordagem teórico-metodológica: A sugestão é que o tema do minicurso contemple os estudos iniciados para escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC) ou algum outro tema de maior familiaridade. O aluno-autor-designer produz um minicurso, com assessoria e mediação da professora da disciplina, que acompanha as escolhas e orienta quanto à viabilidade para a modalidade EaD. Nessa produção, os licenciandos se deslocam do planejamento que estão acostumados (voltados às séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos), para a formação continuada de professores. Além disso, ao realizarem a gestão de uma sala virtual do *Moodle*, usufruindo de maior contato com os recursos que potencializam a docência *online* (professor de cursos e professores-tutores), comprometem-se com a aprendizagem discente e autonomia docente em cursos a distância. Atualmente temos dezesseis salas de minicursos disponibilizadas por alunos do curso de Pedagogia do ISERJ, que foram apresentados para os demais cursistas da disciplina, para receber as

recomendações de revisão sugeridas por esses colegas. Todos foram autores/designers e em dado momento, assumiram o papel de avaliadores de cursos para formação continuada. Há ainda, a pretensão de uma orientanda da professora da disciplina, em efetivamente implementar o minicurso que produziu, como parte da sua produção do seu TCC. Se essa iniciativa se confirmar, haverá docência (orientanda e orientadora) e a formação contará como mais uma atividade de extensão, dessa vez, na modalidade EaD. A intenção com essa proposta é evitar o que Pretto e Riccio (2010) anunciaram anos atrás:

Nossa experiência tem mostrado que, na maioria dos casos, o docente passa a fazer parte de equipes de cursos *online* sem ter conhecimento do que é necessário para se apropriar de forma intensa das possibilidades trazidas pelas redes tecnológicas. Ao mesmo tempo, a proposta de uma formação prévia para a atuação docente em cursos *online* nem sempre é bem aceita pelos docentes. Alguns deles acreditam que sua autonomia e experiência docente são suficientes para atuar também nesses cursos, desde que contemplem conteúdos por eles dominados; outros rejeitam a participação no acompanhamento dos alunos entendendo que o ponto crucial do curso é a organização do material didático; outros ainda, assoberbados de trabalho, adentram pelo mundo dos cursos online sem que o tempo lhes permita participar de uma formação mais específica para essa docência. (p. 161).

A seguir, os minicursos produzidos e disponibilizados no Moodle do ISERJ:

Minicursos de 2017-1¹: Uso de multimeios na sala de aula; Inclusão na docência; A importância da ludicidade na alfabetização; Educação e o candomblé; Meio ambiente; Ética e cidadania; Educação e desenvolvimento da criança surda: um novo olhar sobre a deficiência; A importância da literatura na Educação Infantil; Materiais reciclados no trabalho pedagógico; Transtornos globais do desenvolvimento.

Minicursos de 2017-2²: Aromaterapia; O lúdico na educação infantil; Leitura na Educação Infantil; Uso de mídias digitais para confecção de materiais didáticos; Capacitação para professores em Literatura Infantil; Evasão Escolar.

II - Título do projeto: Produção autoral é para circular e contribuir com o fazer docente

O projeto é: fruto das produções dos alunos do curso de Pedagogia, nas disciplinas de Informática educativa e Tecnologias da Informação e Comunicação. (X) em andamento () concluído. Período previsto para conclusão dessa primeira etapa: não há previsão de conclusão. Em constante produção.

Nome dos participantes: professora Keite Melo e alunos das disciplinas de Informática educativa e Tecnologias da Informação e Comunicação.

¹ Disponível em: <http://iserj.net/ava/course/index.php?categoryid=18>

² Disponível em: <http://iserj.net/ava/course/index.php?categoryid=19>

Justificativa: Reunir as produções autorais e remixadas dos alunos do curso de Pedagogia, que estejam no formato de recursos educacionais abertos (REA), com o propósito de compartilhar o conhecimento construído com todos os interessados.

Objetivos:

- Propiciar impacto social das produções discentes, nas referidas disciplinas;
- Divulgar e compartilhar, produções de REA autorais e/ou remixados para todos os interessados em atuar na educação com tecnologias e ludicidade;
- Estimular novas produções baseadas na ética do compartilhamento e licenciadas com *Creative Commons*.

Recursos utilizados: laboratório de informática com pelo menos 15 máquinas com conexão estável, data show ou TV, Google Drive, Dropbox e outros espaços nas nuvens, blogs, software de edição de apresentação e site.

Abordagem teórico-metodológica: No site Recursos Abertos e Educação³, estão reunidos os trabalhos (jogos autorais *offline*, jogos no *app* Kahoot, memes, *gifs* animadas, mapas conceituais, vídeos, blogs e *fanpages* no Facebook) produzidos pelos alunos desde 2015. O endereço do site é sempre disponibilizado às turmas, para que acompanhem a repercussão e sintam-se estimulados a contribuir com mais implicação. A opção por reunir em um só espaço essas produções, busca ultrapassar a autoria dos alunos apenas para fins de avaliação, substituindo pela circulação do conhecimento produzido. A opção por produções lúdicas tem por objetivo mobilizar a motivação propiciada por *games*, que segundo Santaella (2013) estariam ancorados em um “ensino para um que alie diversão e aprendizagem, facilitando uma aprendizagem por descobertas.” (cap. 12, seção 3). Concordamos com a autora que, para formar ou falar de tecnologias precisamos

[...] estar nelas, e não simplesmente mirá-las com arrogância do ponto de vista aéreo de um escritório. Temos de nos inteirar não apenas dos traços mais evidentes que gritam na ponta do iceberg, mas constantemente medir a sua temperatura submersa. Esta pode estar gestando transformações que ainda não aparecem na superfície. (Locais do Kindle 232-235).

III - Laboratório de investigação em tecnologias e formação de professores

A criação do Laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FORPROTEC/CNPq para consolidar as ações de extensão e projetos de intervenção do grupo desenvolvidas desde o ano de 2013. Tem como principal objetivo promover a realização de investigação e construir conhecimento nos domínios das Tecnologias e Formação de Professores.

³ Disponível em: <http://keitemelo.wixsite.com/recursoseducacionais>

O laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* visa consolidar a produção de pesquisa considerada como uma atividade central no campo educacional, posto que produz novos conhecimentos e, por consequência, novas interpretações. Do mesmo modo, a pesquisa em sentido ampliado, enquanto atividade orientada para a apropriação de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimentos é eixo de sustentação dos estudos desse centro. Mais especificamente, os objetivos gerais do Laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* são:

- a investigação em várias áreas no âmbito das tecnologias e formação de professores;
- a educação continuada e difusão científica;
- a promoção de projetos de intervenção na comunidade iserjiana;
- a produção, disseminação e avaliação de recursos didáticos e estratégias educativas no âmbito das tecnologias e sua inserção nas perspectivas curriculares;
- o estudo das políticas educacionais locais, nacionais e internacionais, no âmbito das Tecnologias e Educação.

O laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* também contempla o estudos no campo da Didática, especificamente, nos processos de ensino e aprendizagem em contextos de Educação integrada às tecnologias. Assumindo o pressuposto da mútua implicação e determinação entre ensino e pesquisa, apostamos no estabelecimento de parcerias e relações de colaboração com outros centros de investigação e no intercâmbio de publicações e estudos relativos a temáticas de interesse comum.

O laboratório *de Investigação em Tecnologias e Formação de Professores* pretende estreitar ligação com as decisões, no âmbito da Licenciatura em Pedagogia do ISERJ, pertinentes às ações de formação, pesquisa e desenvolvimento na área da tecnologia e formação de professores. É importante acrescentar o laboratório de Investigação está em consonância com o ideário de formação docente contidas nos documentos, a seguir:

(a) Resolução CNE/CP nº 02/2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada - por entender que esse documento é a materialização das políticas de formação, no que se refere a definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas nos futuros professores, a avaliação de desempenho (de curso e dos professores) e a organização curricular das instituições formadoras;

(b) Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância: que determina uma estrutura organizacional alinhada ao Projeto Pedagógico Institucional, observando as diretrizes

pedagógicas de modo a orientar ações e atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou visa a desenvolver;

(c) Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

(d) Plano Nacional de Educação (2014 -2024), especificamente, a meta 15.

Os documentos acima citados e particularmente a Resolução CNE/CP nº 02/2015 que trata, especificamente, da formação dos professores para atuarem na educação básica, prevê no art. 5º, “o uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores (as) e estudantes” (BRASIL, 2015).

Especificamente, a Resolução CNE/CP nº. 01/2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia indica que a Instituição de Ensino Superior deve estabelecer, ao longo do curso, mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas a produção da pesquisa, e que esta poderia decorrer de experiências propiciadas pelas práticas de ensino ou de outras alternativas de interesse dos estudantes. Como exemplo, o termo pesquisa apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006) relacionado aos saberes da experiência e parte integrante da atividade docente, o que se configura num discurso de valorização da relação teoria e prática

Por fim, o laboratório de investigação toma como objeto prioritário de investigação as políticas e práticas educativas que introduzem criticamente nas perspectivas curriculares a seleção de conteúdos adequados às finalidades pedagógicas do uso das TIC e os conhecimentos específicos necessários ao uso das TIC nas salas de aula.

São participantes do laboratório, criado a partir de 2018 e pertencente a área predominante de Ciências Humanas; Educação: Coordenadora: Prof^a Dr^a Andréa Villela Mafra da Silva; Pesquisadores: Andréa Villela Mafra da Silva; Gabriela Lima da Silva; Keite Silva de Melo; Luis Carlos de Moraes Junior; Rosistela Sousa de Oliveira; Thainá França dos Santos Oliveira; Victoria Regina Borges Tavares Melo; Flavio Amorim Marques
Endereço para acessar o espelho do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FORPROTEC/CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9718259117617341> . Site do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FORPROTEC/CNPq: <https://avmafra.wixsite.com/forprotec>

ACÇÕES DE EXTENSÃO DO PROEJA

PROJETO DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O ProEJA nasceu em 1999, mais precisamente, no mês de outubro. Sua criação, como espaço voltado para o ensino, a extensão e a pesquisa, ocorreu como um desdobramento da implementação do Curso Normal Superior (CNS) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) em maio do mesmo ano e, em especial, em razão de o CNS possuir em sua estrutura curricular um conjunto de disciplinas ligado à área Educação de Jovens e Adultos (EJA), compondo o que se chamou de Ênfase em Educação de Jovens e Adultos.

Mesmo após a transformação do CNS em pedagogia, o ProEJA permanece cumprindo suas atribuições anteriormente descritas. Ou seja, na condição de:

- a) **Espaço de extensão**, sua missão ainda consiste em promover a oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – do primeiro ao quinto ano - à população jovem e adulta pouco ou não escolarizada, que reside e/ou trabalha nas adjacências do ISERJ e que, por alguma razão, foi impedida de realizar seus estudos na idade própria ou obrigada a interrompê-los em algum momento da vida.
- b) **Espaço destinado ao ensino**, além do já exposto, é tarefa do ProEJA, como cumprimento à exigência de estágio supervisionado, receber e atender os/as estagiários/as do Curso de Pedagogia do ISERJ, distribuindo-os em suas classes de jovens e adultos.
- c) **Espaço de pesquisa**, o Proeja também permanece procurando atender a demandas colocadas pelo corpo discente do Curso de Pedagogia no sentido de criar oportunidades para a realização de aprofundamento dos estudos voltados para a produção de pesquisas de caráter monográfico – Trabalhos de Conclusão de Curso – cujos temas estejam, direta ou indiretamente, vinculados ao campo da EJA.

Simultaneamente o ProEJA, respaldado no artigo 37 da LDB 9394/96, promove o atendimento a jovens e adultos que não tenham completado ou curado as séries iniciais do Ensino Fundamental e a margem do progresso cultural, científico e tecnológico, frutos de um processo social excludente. Além do retorno e/ou do acesso à escola, o ProEJA também tem como objetivo oferece ao jovem /adulto um espaço para estabelecer relações de reciprocidade, fazer cultura e perceber-se como fazedores da História.

Consequentemente, o ProEJA tem o compromisso de fornecer subsídios que levem cada cidadão a aprender de maneira ainda mais crítica a realidade social e do trabalho, além de desenvolver os valores éticos, de ter acesso às diferentes culturas e expressões artísticas e as novas ferramentas tecnológicas.

Na estrutura e Funcionamento do curso há oferta de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos em ciclos de duração anual e organizados da seguinte maneira: - 1º Ciclo que corresponde ao 1º ano do Ensino Fundamental; - 2º Ciclo que corresponde aos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e, - 3º Ciclo que corresponde aos 4º e 5º do Ensino Fundamental. Os alunos são em geral pertencentes à comunidade externa com idade mínima de 15 anos e que cursado ou completado os anos iniciais do Ensino fundamental. O Turno de funcionamento é o noturno.

A matrícula se dá em qualquer época do ano, mediante a apresentação de documento comprobatório da série escolar já cursado e sua inclusão é feita no ciclo escolar correspondente a série seguinte. Para aqueles que ao possuem documentos de escolaridade, é realizado uma avaliação diagnóstica sugerida pelo MEC, para que o aluno seja adequadamente inserido no ciclo mais apropriado para seus estudos. O número máximo de alunos matriculados por turma obedece ao seguinte critério: 1º Ciclo, 20 alunos; 2º ciclo, 25 alunos e, 3º Ciclo, 25 alunos.

ACÇÕES DE EXTENSÃO DO NEPRaízes

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS RAÍZES – ISERJ/FAETEC

RELATO DE ATIVIDADES

Desde o ano de 2012, quando foi instituído pelo Conselho Diretor de 18/ 12/ 2012, o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) Raízes desenvolve e articula atividades pedagógicas junto à comunidade interna e externa do ISERJ, sobre a temática e a educação das relações étnico-raciais, conforme orienta e normatiza as Leis 10.639/03 e 11.645/08. A atual conjuntura econômica do país e a crise política por qual passa o Estado do Rio de Janeiro afeta drasticamente as ações de estudo e pesquisa, por isso ao longo do ano de 2017, o NEP se viu obrigado a rever o seu plano de ação, neste sentido adequar seu papel e função, no ISERJ, como também reestruturar as atividades desenvolvidas em todos os segmentos da instituição.

No Ensino Fundamental I houve um replanejamento adequado ao atual cenário social e político. Após amplo debate. Os membros do NEP aprovaram a participação do núcleo no Projeto Sempre às Quartas, este implementado e desenvolvido pelo Segmento PADAFEF/EMEJA, que este ano tem como mote - Giras da Zó, uma justa e merecida homenagem a ativista em prol da educação antirracista – Azoilda Loretto Trindade, professora, pedagoga e estudiosa, falecida há dois anos cuja trajetória de vida de compromisso e com a educação fundamenta e contribui para formação educacional e curricular, tanto para nossa comunidade, quanto para além de nossos muros.

No Curso de Pedagogia foram implementadas duas disciplinas: “Laboratório Pedagógico: Diversidade, Gênero, Cultura e Meio Ambiente” (eletiva) – 2017/01 e “Contação de histórias: diálogos entre oralidade e corporeidade” (optativa) – 2017/02. **A partir de 2018.1 o NEPRaízes se constitui em campo de estágio, para os alunos de oitavo período, na modalidade de estágio em projetos não formais.**

As atividades no NEP são desenvolvidas e implementadas pelas Professoras Ana Cristina Pereira – acripe66@gmail.com e Selma Maria Da Silva selmariamaria@gmail.com

Ações de Extensão do Grupo de Pesquisa IDENTIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE

Movimento de Mobilização Educacional- Mob.E

1 ATIVIDADES DO GRUPO MOBILIZAÇÃO EDUCACIONAL (Mob. E) [2015-2017]

1.1 Cursos de Extensão

Monitoras: Michele Jorge dos Santos de Souza e Silvia Regina Gall

Os cursos de extensão ofertados pelo Mob.E seguem a proposta da capacitação acadêmica, como enriquecimento sobre determinado assunto, em acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária de ser “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e Sociedade”. A carga horária proposta nos cursos de extensão foi estabelecida em 40h, sendo menor que a de uma pós-graduação e possuindo regulamentação específica, o que nos permitiu certa autonomia nos métodos de avaliação. Os cursos foram oferecidos para graduandos e egressos, assim como a pessoas da comunidade externa à IES. No período entre 2015/2017, foram realizados os seguintes cursos de extensão sob a tutela do Mob.E: Fotografia em espaços abertos ou internos – Prof. Wanderlei Corrêa dos Santos; Pedagogia e Corporeidade – Prof. Arnaldo V. Carvalho; Gramática Normativa: Módulo 1 – Prof. Ricardo Silva; Musicalização – Prof. Marcelo Lion; Técnica e recursos de contação de histórias – Prof^ª. Cristiane Pedrosa; Corporeidade e ludicidade – Prof^ª. Patricia Gonçalves; Slides Inteligentes – Prof. Gilson Bueno; Tai Chi Chuan – Prof^ª. Heloisa Helena

1.2 Reestruturação de Espaços Lúdicos

Monitoras: Cristiane Monteiro de Sousa Pedrosa e Andressa Siciliano Soares de Souza

Os primeiros espaços criados em 2015 pelo então Movimento de Ocupação da Biblioteca (MOB) estavam localizados na Biblioteca do Instituto Superior de Educação (ISERJ). Duas salas desse local foram transformadas na Biblioteca Monteiro Lobato e na Sala Multimídia Pioneiros da Educação. A

primeira, a Biblioteca Monteiro Lobato, consistia em um espaço lúdico dedicado às crianças que estudam na Educação Infantil do CAP-ISERJ. Com o objetivo de estimular a leitura e a imaginação dos pequenos, o espaço contava com ornamentação inspirada na história do Sítio do Pica-pau Amarelo, escrita pelo autor que intitulou o nome desse espaço. Em um ambiente facilitador para a aprendizagem, todos os objetos da sala foram organizados de forma a permitir autonomia de uso pelas crianças, nada foi disposto em altura acima do que elas pudessem ter acesso sozinhas. O segundo local, a Sala Multimídia Pioneiros da Educação, foi idealizado para suprir a necessidade de um espaço de aprendizagem que trouxesse uma inovação tecnológica para a biblioteca; disponibilizando aos alunos de todos os segmentos da Instituição acesso a filmes e discussões de relevância para sua formação. Em um ambiente aconchegante e lúdico, a sala contava com televisão, DVD e som, além de almofadas para os alunos se acomodarem e uma linda árvore feita pelos discentes da Pedagogia, recoberta de origamis (tsuru). Ao nos transferirmos para a nossa nova sede, começamos o trabalho de pesquisa-ação com o objetivo de trazer referências, modelos e parâmetros para a construção do Laboratório Lúdico do ISERJ, uma brinquedoteca que servisse não só ao CAP-ISERJ, mas, principalmente, às aulas práticas de técnicas pedagógicas da comunidade do-discente de Pedagogia. O conceito mais importante para reestruturar esse espaço foi o de Estações do Conhecimento, esquadrinhando as possibilidades etimológicas diversas do vocábulo estação como ponto de partida, trilha, chegada e mudança climática. Percebemos que a nossa construção filosófica acerca do conhecimento é cíclica, como a espiral do tempo e as estações que retornam sempre, mas que, apesar de possuírem características semelhantes, em sentido lato, são sempre diferentes. Construimos, em um ambiente imóvel, a mobilidade a partir de centros de interesse, com lugar para a reflexão e o diálogo, a descoberta e a troca, a aprendizagem e a brincadeira, em ligações conceituais entre o outono e a renovação de princípios, o inverno e a reflexão, a primavera e o florescer dos livros e o verão e a confraternização. Todo esse processo buscando suscitar ao florescimento de novos ideários e à prática dialógica da **Construção do Ser Professor**. Ademais, o trabalho com a oratória e a sua importância, que perpassa toda a prática docente, foram valorizados em nossos encontros com a leitura, a escrita e a troca de ideias, a partir de artigos diversos.

1.3 Oficinas pedagógicas

Monitoras: Patrícia Antônia Carvalho Ferreira e Adrielle Lorrane da Silva Ledra

O Projeto de Extensão Mobilização Educacional tem como uma de suas feições a oferta de Oficinas Pedagógicas para as comunidades interna e externa do Instituto Superior do Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, nós buscamos conceitos que fundamentassem essas ações, o que apresentamos nesse resumo. A oficina pedagógica é uma metodologia caracterizada pelo trabalho em grupo, no qual a construção dos saberes se faz de forma coletiva, a partir das experiências, da realidade, em que o

saber não é resultante final, mas, principalmente, a construção do conhecimento e da aprendizagem. A metodologia que a oficina pedagógica propõe considera que a apreensão do conhecimento ocorre de um conjunto de vivências diárias, a partir das quais o processo pedagógico teoria-prática se fundamenta. Sendo assim, a oficina pedagógica é o lugar no qual se aprende fazendo, e o mais importante é o *locus* do aprender fazendo no coletivo. Como oficinas, foram ministradas no Laboratório Lúdico do curso de Pedagogia do ISERJ a lista, a saber: origami, crochê, bijuteria, artes manuais, pintura em vitrais, construção de Instrumentos musicais, artes decorativas, produção de recursos para contação de histórias, contação de história, biscuits, Shodo: escrita japonesa, jogos matemáticos, criação de boneca de pano Abayomi, jogos interativos confeccionados no *Power Point*.

1.4 Pedagogia de Projetos

Monitora: Miriam Christiane Cunha de Paula

A escolha pela Pedagogia de Projetos como metodologia de nossos estudos possibilitou motivação extra aos participantes, porque evidenciou lideranças e exercitou a autonomia no processo ensino-aprendizagem. Todas as oficinas – turbantes, brincos, abayomis –, as visitas mediadas, as exposições foram ancoradas em conteúdos teóricos como por exemplo: matemática aplicada, histórias brasileira e africana, física (ótica), geografia, língua portuguesa. Demonstrou-se, dessa forma, que os conteúdos não estão divorciados das suas apresentações cotidianas e os alunos começaram a perceber isso. Dentro da metodologia de gestão desenvolvida pela Prof^ª Dra. Heloisa Lücke, é-nos apontada a necessidade de não se ater ao espaço físico da escola, de buscar parcerias e, principalmente, de ouvir a necessidade de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, optamos pelos eventos acadêmicos, que atendessem à LDB e ampliassem o olhar dos educandos sobre temas próximos às suas realidades acadêmica e social. A metodologia de procedimento escolhida para sustentar a realização dos eventos foi a 5W2H (what, who, where, when, why, how, how much), sendo adaptada para o âmbito acadêmico. Ao perceber que a área de atuação de um pedagogo, suas habilidades e competências podiam ser ampliadas pela elaboração de um evento, optamos por realizá-los ainda mais vultosos, atendendo a quase todo contingente escolar, propiciando as mais diversas expressões, habilidades e competências em suas execuções.

1.5 Cine Mob.E

Monitoras: Larissa Nunes Caldeira Blanco e Daniele Xavier de Oliveira

Como demonstrou Jean-Claude Carrière, em seu livro *A linguagem secreta do cinema*, a leitura e a escrita de palavras pressupõem aprendizagem, que não está disponível a todas as pessoas. O cinema, no entanto, se permite superar as dificuldades de compreensão, pois essa linguagem, pelos códigos

que lhe são próprios e, ao mesmo tempo, compreensíveis a quase todas as pessoas, facilita a leitura das cenas, assim como todos os aspectos referentes à trama como as emoções das personagens, intenções, motivações. Com a utilização adequada dos códigos dessa linguagem, é possível fazer com que o espectador se desloque dentro da trama, sendo capaz de compreender os diferentes pontos de vista ao longo da história. Podemos, portanto, propor ao espectador diferentes formas de ler o mundo. Observando essa importância do cinema na educação e no desenvolvimento cultural do indivíduo, o Projeto de Extensão Mobilização Educacional oferece à comunidade escolar a exibição de filmes seguidos de momentos de debate. O Cine Mob.E aprecia e atende à Lei nº 13.006 de 26 de junho de 2014 que determina a exibição de, pelo menos, duas horas de produção cinematográfica nacional em escolas de Educação Básica. Além do cumprimento da legislação, as exibições também privilegiam filmes estrangeiros e animações. As atividades do Cine Mob.E tiveram início no semestre de 2015.2 e permanecem até 2017.2.

1.6 Concertos didáticos

Monitoras: Ruth Tamires Cassiano Pereira e Rowena da Silva Coutinho

Dentre as ações desenvolvidas no projeto de extensão Mobilização Educacional (Mob.E), lotado no laboratório lúdico da Pedagogia ISERJ, são apresentadas distintas facetas para suas atividades. Nesse sentido, estabelecemos uma parceria com a Orquestra Villa Lobos e as crianças, delineando o modelo dos concertos didáticos. Em conjunto com o Maestro Sérgio Barboza, foi idealizado o concerto Liberdades, no qual foram realizadas intervenções pedagógicas e lúdicas pelos monitores Mob.E durante as récitas. A intervenção com a plateia foi o principal diferencial dos concertos didáticos visando a estimular o interesse e a aproximação do público com a orquestra. Como objetivo mais pertinente, procurou-se ampliar o conhecimento musical da população das áreas em que as apresentações foram levadas a cabo, a saber: Caxias, Magé e São Cristóvão. O plano de trabalho compreendeu desde a elaboração do conteúdo do material informativo, ensaios, participação nos espetáculos até a escolha do repertório. O projeto Liberdades apresentado no ano de 2016 constituiu-se em 14 concertos de música para orquestra de cordas e um conjunto de imagens e citações elaborados pelos monitores Mob.E, com o objetivo de apresentar um recorte histórico da cultura mundial e brasileira, promovendo iniciativas de inclusão tanto para espectadores como para os executores, ambos oriundos de áreas marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica.

1.7 Exposições e Instalações

Monitora: Larissa Nunes Caldeira Blanco

Como forma de incentivo à valorização da arte, em geral, e à produção artística da comunidade escolar do ISERJ, em particular, o Projeto de Extensão Mobilização Educacional promoveu exposições de trabalhos artísticos. Segue abaixo a relação:

1.7.1 Novos Olhares, pequenos detalhes: memória do Instituto de Educação - fotografias do prédio do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (construção, décadas de 30 e 40, edificação em 2016) (2016.2)

1.7.2. Travessia: Exposição de pinturas da artista Olga Passos (2017.2)

1.7.3. Sonoridades da alma: Instalação da artista Larissa Blanco (2017.2)

1.8. Visitas mediadas

Monitora: Dionara Lacerda Galvão dos Santos e Marcelo Pereira dos Santos

Entre os lugares de memórias, podem-se arrolar museus, escolas, universidades, conjuntos arquitetônicos, agremiações, arquivos, centros de documentação – espaços onde se cruzam memórias individuais e coletivas, familiares e institucionais, materializando e conservando as memórias de um povo. Esses *lugares de memória*, porém, são sempre permeados por relações de poder, envolvendo tensões e conflitos, onde, de um modo geral, valorizam-se as obras e as práticas culturais e imateriais das classes dominantes. Nesse sentido, não podemos desprezar o aspecto ideológico que envolve a definição, a proteção e a conservação dos *lugares da memória*. A preocupação com a necessidade de apropriação pela comunidade do *locus* de onde se insurge o ISERJ fez com o projeto Mobilização Educacional constituísse e implementasse um programa de visitas mediadas ao *campus* da Instituição. Nesse sentido, a própria edificação passa a ser assumida como um espaço educativo norteador da prática pedagógica, possibilitando refazer a leitura do mundo que a rodeia a partir do (re) conhecimento dos chamados “bens de pedra e cal” – seu patrimônio material – e de um amplo e diversificado acervo de expressões culturais – seu patrimônio imaterial. Assim, pesquisas foram elaboradas sobre a história do ISERJ, desenvolvendo e implementando um roteiro de visita, que busca visibilidade para um complexo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

2 PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS

2.1 Almoço temático "Baião de Dois" - Em conformidade a Lei do nordestino em conformidade a Lei 14.952/2009 (2015.1)

2.2 Manifesto contra intolerância religiosa Lei 11.635/07 (2015.1)

2.3 Tapete de Histórias... série de contação do canção popular para educação infantil e anos iniciais - (2015.2)

- 2.4 Visitas mediadas das faculdades (Faculdade de Valença, UNIRIO e UFRJ (2015/2017)
- 2.5 Acalourando - evento de recepção para ingresso ao curso de pedagogia (2015/2017)
- 2.6 Almoço temático "Feijoada" em conformidade a Lei 14.952/2009 (2015.2)
- 2.7 Semana da Matemática - As Sete Faces de Malba Tahan (2016.2)
- 2.8 Inauguração do Laboratório Lúdico Mob.E em 27/10/2016
- 2.9 Evento N`Gratidade em conformidade com a Lei 7.789/89 e LDB 10.639/2003 (2016.2)
- 2.10 Evento Abras´Arte (2017.1)
- 2.11 I Jornada de Projetos de Extensão do ISERJ (2017.2)

ANEXO 11- COMPOSIÇÃO DO NDE (2018-2020)

Apresentamos a composição do Núcleo Docente Estruturante, no período 2018-2020.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)
Ana Maria Severiano de Paiva – Matr. 225688-1
Andréa Villela Mafra da Silva – Matr. 0226548-6
Gilson Oliveira – Matr. 0222673-6
Marcelo Lion Villela – Matr. 0225723-6
Maria Beatriz Albernaz – Matr. 0224978-7
Maria de Lourdes de Melo Pinto – Matr. 225083-5
Selma Maria da Silva – Matr. 0221692-7
Solange Mello do Amaral – Matr. 0226519-7

Apresentamos a composição do Núcleo Docente Estruturante, para o período (2022-2024).

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)
Flávio Amorim Marques – Matr. 0220923-7
Andréa Villela Mafra da Silva – Matr. 0226548-6
Gilson Oliveira – Matr. 0222673-6
Márcio Sales da Silva - Matr. 0224917-5
Maria Cristina Corais - Matr. 0225728-5
Josélia Rocha dos Santos - Matr. 0224973-8
Gustavo do Nascimento Lopes - Matr. 0226527-0
Marcelo da Costa Nicolau - Matr. 0226733-4
Vera Lúcia Neri da Silva - Matr. 3073618-5

ANEXO 12- FLUXOGRAMA

